



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

**BELÉM-PA
2017**



**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU Nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016 e alterações posteriores, e da Portaria TCU nº 59/2017.

ASSESSORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

**BELÉM-PA
2017**

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	3
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE ANEXOS	8
SEÇÃO I	9
APRESENTAÇÃO.....	9
SEÇÃO II.....	12
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS.....	12
SEÇÃO III	23
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	23
3. GOVERNANÇA	65
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	74
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	100
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	108
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	110
8. ANEXOS	113

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABM – Associação Brasileira de Municípios
ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AGI – Assessoria de Gestão Institucional
APL – Arranjos Produtivos Locais
AFRMM – Adicional do Frete para Renovação da Marinha Mercante
BASA – Banco da Amazônia S/A
BCB – Banco Central do Brasil
CA – Capacidade de Atendimento
CADES – Coordenação de Avaliação de Instrumentos de Desenvolvimento Regional
CE – Cláusulas Essenciais
CCOM – Coordenação de Convênios e Monitoramento
CGAFI – Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
CGAV – Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais
CGCOM – Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento
CGFIN – Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
CGIF – Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros
CGV – Capacidade Geral de Vistoria
CIEI – Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo
CIF – Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros
CLCF – Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento
CNA – Confederação da Indústria e Agropecuária
CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CNM – Confederação Nacional dos Municípios
CNTC – Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COFI – Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira
CONDEL – Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultores Familiares
DA – Diretoria de Administração
DGFAI – Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de atração de Investimentos
DIPLAN – Diretoria de Articulação de Políticas

DNOS – Departamento Nacional de Obras de Saneamento
FDA – Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FNP – Frente Nacional dos Prefeitos
ICIF – Índice de Cobertura dos Incentivos Fiscais
IEPB – Índice de Efetividade Produtiva do Benefício
IESI – Índice de Efetividade Social do Incentivo
IFIRPJ – Incentivo Fiscal de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IPV – Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria
IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LC – Lei Complementar
LOA – Lei Orçamentária Anual
MI – Ministério da Integração Nacional
PACOS – Plano de Aquisição de Compras e Serviços
PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna
PC – Prestação de Contas
PFV – Produtividade da Função Vistoria
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNDR – Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PPA – Plano Plurianual
RFB – Receita Federal do Brasil
RI – Regimento Interno
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TA – Termo Aditivo
TCU – Tribunal de Contas da União
TMTP – Tempo Médio de Tramitação de Processos
UF – Unidade Federativa
UF – Unidade Federativa.
UJ – Unidade Jurisdicionada
UPC – Unidade Prestadora de Contas.
VA – Volume de Pleitos Atendidos

LISTA DE QUADROS

- Quadro A.1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas
- Quadro A.1.5 – Macroprocessos finalísticos
- Quadro A.2 – Metas Globais da Sudam em 2016
- Quadro A.2.1.1 - Plano de trabalho da CPOR em 2016
- Quadro A.2.1.2 – Ações realizadas na CGEAP em 2016
- Quadro A.2.1.3 - Plano de trabalho da COGPE em 2016
- Quadro A.2.1.4 - Plano de trabalho da CGCOM em 2016
- Quadro A.2.1.5 - Plano de trabalho da COGID em 2016
- Quadro A.2.3.1.1 – Dotação orçamentária 2016 – SUDAM, em mil reais
- Quadro A.2.3.1.2 – Dotação e Despesas – Orçamento próprio SUDAM 2016
- Quadro A.2.3.1.3 – Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2016
- Quadro A.2.3.1.4 – Restos a Pagar – Orçamento próprio SUDAM 2016
- Quadro A.2.3.1.5 – Restos a Pagar - Emendas SUDAM 2016
- Quadro A.2.3.2.1 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 20WQ
- Quadro A.2.3.2.2 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 214S
- Quadro A.2.3.2.3 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 8918
- Quadro A.2.3.2.4 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 20NE
- Quadro A.2.3.2.5 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 20NK
- Quadro A.2.3.2.6 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 8902
- Quadro A.2.3.2.7 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 7K66
- Quadro A.2.3.2.8 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 8172
- Quadro A.2.3.2.9 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS/Código: 20N8
- Quadro A.2.3.2.10 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS/Código: 20N9
- Quadro A.2.3.3.1 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
- Quadro A.2.3.3.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse
- Quadro A.2.3.3.3 - Situação da análise das contas prestadas no exercício 2016
- Quadro A.2.3.3.4 - Perfil dos atrasos das contas prestadas por recebedores de recursos
- Quadro A.2.3.4.1 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 00M1
- Quadro A.2.3.4.2 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 09HB
- Quadro A.2.3.4.3 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000
- Quadro A.2.3.4.5 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000
- Quadro A.2.3.4.6 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000
- Quadro A.2.3.4.7 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2011
- Quadro A.2.3.4.8 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2012
- Quadro A.2.3.4.9 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 20TP
- Quadro A.2.3.4.10 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 0181
- Quadro A.2.3.5.1 – Despesas por modalidade de contratação
- Quadro A.2.3.5.2 - Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro A.2.3.6.1 – Concessão de suprimento de fundos
Quadro A.2.3.6.2 – Utilização de suprimento de fundos
Quadro A.2.3.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência
Quadro A.2.3.7 – Despesas com publicidade
Quadro A.2.5.1 - Indicadores de gestão de processos
Quadro A.2.5.2 – Indicadores de Desempenho
Quadro A.3.1 – Estruturas de governança
Quadro A.3.3 - Atribuições dos Servidores Lotados na Auditoria-Geral da Sudam
Quadro A.3.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos
Quadro A.4.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC
Quadro A.4.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva
Quadro A.4.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas/Sudam
Quadro A.4.1.1.4 – Distribuição da Lotação Efetiva
Quadro A.4.1.1.5 – Aposentadorias Sudam (2015-2030)
Quadro A.4.1.1.6 – Faixa-etária dos servidores da Sudam
Quadro A.4.1.4 – Faixa-etária de servidores recentes na Sudam
Quadro A.4.1.5.1 - Servidores atendidos em Abono Permanência
Quadro A.4.1.5.2 - Servidores em Abono Permanência por vinculação
Quadro A.4.1.5.3 - Aposentadorias compulsórias por idade, 2015-2010
Quadro A.4.1.6 – Servidores acompanhados no Serviço de Assistência Médica e Odontológica
Quadro A.4.2.3.1 – Demonstrativo do Consumo/Faturamento de Energia, 2013-2016.
Quadro A.4.2.3.2 – Histórico do Consumo Faturado, 2015-2016
Quadro A.4.2.3.3 – Histórico do Valor Faturado, 2015-2016
Quadro A.4.3.4.1 - Metas e Ações do PDTI em 2016
Quadro A.4.3.4.2 – Sistemas da Sudam
Quadro A.4.5.1.1 – Número de contribuintes beneficiados pela renúncia - pessoas jurídicas
Quadro A.4.5.1.2 - Reinvestimento de 30% do IRPJ, 204-2016
Quadro A.4.5.1.3 - Empresas beneficiadas, 2016
Quadro A.4.5.1.4 - Pleitos atendidos, 2016
Quadro A.4.5.1.5 – Incentivos aprovados
Quadro A.4.5.2 – Identificação do FDA
Quadro A.4.5.3.1 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários
Quadro A.4.5.3.2 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores
Quadro A.5.1.1 – Quantidade de Manifestações, 2014-2016
Quadro A.5.1.2 – Quantidade de Manifestações, 2016
Quadro A.5.1.3 – Tipos de Manifestações
Quadro A.5.1.4 – Assuntos mais demandados
Quadro A.5.1.5 – Assuntos mais demandados
Quadro A.5.1.6 – Meios de Entrada
Quadro A.5.1.7 – Percentual de Manifestações por tempo de resposta
Quadro A.5.2.1 – Carta de Serviços ao Cidadão - Parte I
Quadro A.5.2.2 – Carta de Serviços ao Cidadão - Parte II

Quadro A.5.3.1 – Formulário da pesquisa de satisfação

Quadro A.5.3.2 – Pesquisa de satisfação, 2016 – Qualidade no atendimento

Quadro A.5.3.3 – Pesquisa de satisfação, 2016 – Tempo do atendimento

Quadro A.6.1 – Dotações por Ações - 2016

Quadro A.7.2 – Relatório de auditoria anual de contas - Sudam

Quadro A.7.3 – Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de Danos ao Erário

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – ORGANOGRAMA DA SUDAM

ANEXO II - LEGENDA ORGANOGRAMA SUDAM

ANEXO III – INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES

ANEXO IV – FLUXO PROCESSUAL DAS PROPOSTAS DE CONVÊNIO

ANEXO V – CUSTOS DO PESSOAL

ANEXO VI – COMPOSIÇÃO CONDEL/SUDAM

ANEXO VII – MAPA ESTRATÉGICO DA SUDAM

ANEXO VIII – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS – SUDAM

ANEXO IX – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS - FDA

SEÇÃO I

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de gestão foi elaborado em conformidade com a Decisão Normativa TCU nº 154, de 19 de outubro de 2016, e posteriores alterações, e Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017.

A fim de contribuir para a realização da missão da Sudam, a Diretoria de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos - DGFAI - coopera com a execução das atividades com vistas à consecução dos objetivos estratégicos, na atração de investimentos para a Amazônia Legal, com a geração e manutenção de emprego e renda, articulando-os a projetos estruturadores, com o propósito de superar as desigualdades regionais e a pobreza extrema na região, promovendo a integração econômica intra e inter-regional e a expansão da infraestrutura produtiva, por meio da aprovação de projetos de incentivos fiscais, resultando na redução das desigualdades.

Dessa forma, a DGFAI, por meio das ações de atribuição regimental das Coordenações-Gerais que a compõem (CGAV, CGIF e CGFIN) atua no sentido de promover o atendimento às demandas referentes aos incentivos fiscais, aos Fundos de desenvolvimento e constitucional instrumentos de ação da Sudam nos nove estados da Amazônia Legal.

Em 2016, foram aprovados 136 Laudos Constitutivos de Redução de 75% do IRPJ a 61 empresas e 20 projetos de Reinvestimento do IRPJ, tendo sido realizadas 98 vitórias técnicas em empreendimentos situados nos estados da Amazônia Legal. Além destes, outros pleitos diversos foram alvos da atuação da CGIF como, por exemplo, os de Devolução de Recursos e isenção do IRPJ.

No mesmo ano, foram aprovadas 11 consultas prévias para os setores da Indústria e Infraestrutura totalizando R\$ 1.719.807.408,17 de recursos provenientes do FDA, sendo 4 consultas prévias no setor de indústria com participação do fundo de R\$ 248.215.787,00 e 7 consultas prévias no setor de infraestrutura, com participação do fundo de R\$ 1.471.591.621,17. Não houve liberação de recursos do FDA no exercício de 2016.

O Banco Central (BACEN) publicou 3 (três) importantes resoluções em 2016: nº 4.471, de 14 de março, nº 4.224, de 13 de junho e nº 4.543, de 21 de dezembro, esta altera a Resolução nº 4.171/12, concernente ao estabelecimento de critérios, condições e prazos para a concessão de financiamentos ao amparo do FDA, FDNE e FDCO. Esta mesma resolução altera o encargo final ao tomador, para o exercício de 2017, tornando a menor taxa de juros a de 7,85% ao ano e a de 9,10% a maior.

Houve, ainda neste ano, no âmbito da DGFAI, a publicação por meio digital (site da SUDAM) dos relatórios de avaliação de dois instrumentos da autarquia - FDA e Incentivos Fiscais, contemplando deste modo o princípio da publicidade da administração pública em prestar contas de sua ação à sociedade e aos órgãos de controle do governo federal. A DGFAI finaliza, em 2017, outro relatório de um Fundo tão importante quanto o FDA, a saber, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO.

No âmbito da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas – DIPLAN, foram firmados 161 convênios num montante superior a R\$ 100,9 milhões; vale ressaltar que, diferentemente do ano anterior, por exemplo, no qual foram celebrados convênios apenas em seis dos nove estados, em 2016 os convênios foram celebrados em todos os estados da Amazônia Legal. Foram ainda celebrados 2 Termos de Execução Descentralizada (TED): um com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e outro com a Universidade Federal do Pará (UFPA), uma quantia superior a R\$ 1,3 milhões.

Nesse exercício de 2016, a Sudam possuiu dotação finalística oriunda do Orçamento Geral da União – OGU de R\$ 5.188.732,00, dos quais foram utilizados R\$ 4.388.732,00 na execução das ações finalísticas da DIPLAN. Além dos valores oriundos desse orçamento, houve o acréscimo de dividendos para execução das atividades através de Emendas Parlamentares Individuais no montante de R\$ 157.902.251,01.

Ainda no âmbito dos convênios, elencamos algumas medidas realizadas em 2016 para melhora dos resultados alcançados:

- Assessorias dos parlamentares enviaram os contatos de todos os proponentes que serão beneficiados com suas emendas tão logo definidos quais serão;

- Todas as declarações necessárias tem seu modelo disponibilizado via SICONV junto ao Programa no qual se cadastrará;

- O fluxo processual de celebração foi mapeado (anexo IV) com suas respectivas ações em conjunto com todas as áreas da Sudam envolvidas, para que assim ficassem claras as etapas a serem cumpridas, bem como definição de fluxos paralelos, evitando impedimentos a avanços devido a posse do processo por alguma área.

- Apresentação de seus programas e ações junto aos parlamentares através da sua Cartilha de orientação aos convenientes para indicação de emendas parlamentares.

- Visita da DIPLAN à Câmara dos Deputados para apresentação da cartilha com os programas e ações da Sudam.

Os resultados mostram que o trabalho realizado gerou forte crescimento dos resultados alcançados em termos de Convênios, o número de celebrações em 2016 é cerca de quatro vezes a soma de Termos celebrados entre 2014 e 2015. Nota-se uma tendência crescente nesta quantidade, considerando a expectativa de orçamento, na fase preliminar, do ano de 2017 e a extensa demanda que a região possui. Desta forma, fica claro que o esforço será cada vez maior, bem com a necessidade de melhor organização e suporte técnico para manutenção da boa qualidade do trabalho realizado e da trajetória de crescimento.

Dentre as dificuldades na realização dos trabalhos das áreas finalísticas da Sudam no exercício de 2016, destacam-se:

- Recursos insuficientes para aquisição de passagens e pagamento de diárias para a realização das vistorias prévias, previstas no Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam;

- Quadro de servidores insuficiente para o volume crescente de processos;

- Grande retrabalho de análises sobre projetos encaminhados de forma inconsistente e incompleta pelos autores, ocasionando perda na eficiência da unidade. Para solucionar esse problema, se encontra em andamento um programa de reformulação do Regulamento de Incentivos Fiscais, nele introduzindo maior nível de detalhamento, com vistas a torná-lo mais autoexplicativo possível;

- Grande concentração na demanda de projetos às proximidades do final do exercício, ocasionando sérias dificuldades com as programações de vistorias, assim como em relação à emissão de pareceres a serem aprovados ainda dentro do exercício.

- A pequena literatura existente acerca da avaliação de resultados dos instrumentos utilizados nas políticas de desenvolvimento regional, e a pouca experiência do corpo técnico em fazer esse tipo de análise de desempenho.

Por fim, para assegurar o planejamento, transparência, controle e melhoria contínua na gestão, a Sudam, por intermédio da Assessoria de Gestão Institucional, concluiu a etapa de construção do planejamento estratégico, finalizado no workshop realizado entre os dias 17/11 e

15/12, com a participação de 35 servidores, representantes de todas as unidades técnicas da Sudam, onde foram revisadas a missão, visão, bem como estabelecidos o negócio, objetivos estratégicos, iniciativas e indicadores, com base na metodologia do Balanced ScoreCard (BSC).

SEÇÃO II

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1. Finalidade e competências

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam é uma entidade autárquica vinculada ao Ministério da Integração Nacional. Sua finalidade consiste em promover o desenvolvimento incluyente e sustentável da Amazônia Legal e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

A Sudam tem por responsabilidade político-institucional executar políticas públicas para redução das desigualdades regionais. Nesse sentido, seu principal instrumento de execução é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, com o propósito não só de minimizar os desníveis regionais, mas também seus efeitos negativos no âmbito da Amazônia Legal, por meio da atração de investimentos, implantação de projetos de incentivos e benefícios fiscais e de apoio às transferências voluntárias, mediante convênios e outros ajustes.

Dentre as competências institucionais da Sudam, devidamente estabelecidas na LC 124/07, destacamos:

- Definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável de sua área de atuação;
- Formular planos e propor diretrizes para o desenvolvimento de sua área de atuação, em consonância com a política nacional de desenvolvimento regional, articulando-os com os planos nacionais, estaduais e locais;
- Atuar, como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, para promover a diferenciação regional das políticas públicas nacionais e a observância dos parágrafos 1º e 7º do art. 165 da Constituição Federal;
- Assessorar o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Geral da União, em relação aos projetos e atividades previstas na sua área de atuação;
- Apoiar, em caráter complementar, investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social, capacitação de recursos humanos, inovação e difusão tecnológica, políticas sociais e culturais e iniciativas de desenvolvimento sub-regional;
- Estimular, por meio da administração de incentivos e benefícios fiscais, os investimentos privados prioritários, as atividades produtivas e as iniciativas de desenvolvimento sub-regional em sua área de atuação.
- Promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental da Amazônia, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões.

1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento

A Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007 Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação; dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA; altera a Medida Provisória no 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei Complementar nº 67, de 13 de junho de 1991 e dá outras providências.

O Decreto nº 8275, de 27 de junho de 2014 aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

A Resolução nº 33 de 29 de outubro de 2014, por sua vez, aprova o Regimento Interno da Autarquia.

A Sudam dispõe de portarias, manuais, normas e publicações e mesmo cartilhas que se relacionam às suas atividades internas ou mesmo nas relações institucionais; destacamos:

- a) Plano de Ação 2016 – documento balizador das ações institucionais para o ano de 2016. O Plano envolve um leque de programas e ações convergentes com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e contempladas no Plano Plurianual da União - PPA 2016-2019.
- b) Manual de Normas e procedimentos – Uso da Telefonia Móvel Celular - Dispõe sobre as normas e procedimentos para o controle e a utilização dos serviços de comunicação telefônica móvel celular.
- c) Norma de Procedimentos nº 001/2010 - Disciplina os procedimentos para o acesso, a circulação e a permanência de pessoas e veículos, a entrada e saída de bens e documentos.
- d) Norma de Procedimentos nº 002/2011 - Disciplina os procedimentos relativos às ações de capacitação no âmbito da Sudam.
- e) Manual de Uso da Marca da Sudam em projetos – Disciplina procedimentos para o uso de Placas de Identidade Visual em projetos e convênios aprovados pela Sudam.
- f) Portaria Normativa nº 001/2011 - Dispõe sobre os procedimentos para concessão de diárias e passagens.
- g) Código de Ética Profissional dos Servidores da Sudam - prescreve os padrões de conduta profissional exigidos dos servidores da SUDAM, estabelece deveres e vedações e disciplina a constituição e atuação da Comissão de Ética Profissional.
- h) Cartilha de Programas e Ações para alocação de Emendas Parlamentares à Sudam – 2016 – documento de orientação acerca dos programas e as ações orçamentárias passíveis de alocação de Emendas Parlamentares, Emendas de Bancadas, Emendas de Frente Parlamentar ou de Relator Geral ao Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para o exercício de 2016.

1.3. Ambiente de atuação

O ambiente de atuação da SUDAM, conforme definido na Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953 e alterações posteriores, bem como na Lei Complementar que a institui, é a Amazônia Legal e fundamenta-se no pensar o desenvolvimento de forma planejada, organizada e articulada viabilizando a utilização dos instrumentos de ação da SUDAM para acelerar o crescimento econômico da Região com distribuição de renda e responsabilidade sócio ambiental, em conformidade com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional- PNDR e Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, como marcos estratégicos das políticas públicas para a Amazônia.

Além da Sudam, atuam na Amazônia Legal outras entidades financiadoras de projetos na região (FNO, Governos estaduais, prefeituras, convênios públicos e parcerias-público-privadas) ofertando financiamentos com taxas menores que o mercado financeiro, representadas por

instituições bancárias ligadas aos governos estaduais. No entanto, as taxas administradas pelo FDA são subsidiadas e os prazos de carência e de amortização.

A Sudam, por meio da DIPLAN, atua na articulação com os *stakeholders* no nível federal, estadual e municipal, setor produtivo, instituições de pesquisa, instituições financeiras e a sociedade em geral para elaborar programas e projetos especiais prioritários estratégicos para o desenvolvimento regional, em conformidade com a PNDR e PRDA, bem como na produção de insumos voltados para a formulação de projetos de fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais-APL's, de acordo com concepção das Rotas de Integração Nacional e no apoio aos estudos dos microeixos de transporte de cargas e passageiros nos estados da Amazônia Legal, que vêm identificando os projetos logísticos estratégicos e prioritários para investimentos, tendo como base a redução de custos de transporte, aumento de competitividade e contribuição para o desenvolvimento sustentável da Região.

As ações que merecem destaque também são as de: promoção e a implementação de programas e ações voltados ao desenvolvimento econômico, social, cultural e à proteção ambiental; apoio a investimentos públicos e privados, voltados à elaboração e à implementação de programas de capacitação para gestão de projetos de desenvolvimento sub-regional; acompanhamento da implementação de programas e projetos multi-institucionais voltados à conservação, preservação e recuperação do meio ambiente e o uso sustentável dos recursos naturais da região; formulação, articulação e a elaboração de propostas técnicas de programas e projetos multi-institucionais voltados ao desenvolvimento científico e tecnológico; promoção, em articulação com organismos e instituições locais, de ações de apoio às micro e pequenas empresas e microempreendedores; a elaboração do Programa de Desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação da Amazônia, ajustando-o permanentemente às necessidades de geração e difusão de tecnologias requeridas para o seu desenvolvimento sustentável; acompanhamento da efetividade dos convênios celebrados pela Sudam para aferição do alcance dos seus objetivos, quanto à promoção da inclusão social e do desenvolvimento sustentável; proposição e promoção de mecanismos de cooperação para o gerenciamento das ações governamentais voltadas à redução das desigualdades sociais, à melhoria das condições de vida da população e à elevação da qualidade do gasto público na área social e, finalmente, ações de identificação, disseminação e apoio a projetos inovadores de inclusão e empreendedorismo social na Amazônia.

1.4. Organograma funcional

O Organograma funcional da Sudam vigente em 2016 está exposto no anexo I.

Quadro A.1.4 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Superintendência	<ul style="list-style-type: none"> • Exercer a representação da Sudam; • Cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Deliberativo da Sudam e da Diretoria Colegiada; • Firmar acordos, contratos e convênios com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, previamente autorizados pela Diretoria Colegiada; 	Paulo Roberto Correia da Silva	Superintendente DAS 101.6	01/01 – 03/04; 19/05 – 31/12.
		Keila Adriana Rodrigues de Jesus	Superintendente Substituta	04/04 – 18/05.

	<ul style="list-style-type: none"> • Prover cargos e funções, admitir, requisitar, dispensar e praticar os demais atos de administração de pessoal. 			
Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos (DGFAI)	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, a proposta de programação anual de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborada pelo Banco da Amazônia S.A.; • Avaliar, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA e dos benefícios e incentivos fiscais e financeiros; • Realizar os atos de gestão relacionados aos benefícios e incentivos fiscais e financeiros, ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO e ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, inclusive aqueles decorrentes de contratos com o agente operador. 	Inocêncio Renato Gasparim	Diretor DAS 101.5	01/01 – 03/01; 14/01 – 17/07; 28/07 – 12/10; 14/10 – 21/11; 23/11 – 31/12.
		Keila Adriana Rodrigues de Jesus	Diretor Substituto DAS 101.5	04/01 – 13/01; 13/10 – 13/10; 22/11 – 22/11.
Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGFIN)	<ul style="list-style-type: none"> • Assessorar a Diretoria Colegiada nos assuntos relacionados à sua área de competência; • Analisar, em articulação com o Ministério da Integração Nacional, proposta de programação anual de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, elaborada pelo Banco da Amazônia S.A. • Realizar os atos de gestão relacionados a financiamento de projetos beneficiados pelo Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, aos atos de competência da Sudam referentes ao Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, inclusive aqueles decorrentes de contratos com o agente operador; 	Marta Maria Rocha de Matos	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01 – 03/01; 14/01 – 10/04; 21/04 – 12/10; 14/10 – 17/10; 27/10 – 31/12.
		Admilson Fernando de Oliveira	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	04/01 - 13/01 11/04 – 20/04
		Maria José Correa Alves	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	13/10 – 13/10; 18/10 – 26/10;

	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar a análise de consulta prévia de pleitos relativos ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA; • Coordenar a análise de pleitos relacionados à concessão de benefícios financeiros. 			
Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGAFI)	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar proposta de regulamento, disciplinando a participação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA nos projetos de investimento; • Implementar ações relativas à aplicação dos instrumentos financeiros administrados pela Sudam. 	Alda Francy Teixeira Freitas da Costa Nunes	Coordenador DAS 101.3	01/01 – 31/12
Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento (CLCF)	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar pleitos de liberação de recursos a projetos beneficiários dos instrumentos financeiros, administrados pela Sudam, na forma da legislação vigente. 	Carlos Felipe Mota Bordalo	Coordenador DAS 101.3	01/01 – 10/02; 20/02 – 02/05; 24/05 – 11/07.
		Ângela Cristina Ribeiro Quirino	Coordenador DAS 101.3	19/12 – 31/12.
		Manoel Prudêncio Barbosa da Silva	Coordenador DAS 101.3 Substituto	11/02 – 19/02; 03/05 – 23/05; 12/07 – 18/12.
Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CGIF)	<ul style="list-style-type: none"> • Assessorar a Diretoria Colegiada nos assuntos relacionados à sua área de competência; • Coordenar as atividades desenvolvidas, relativas aos benefícios e incentivos fiscais e financeiros; • Analisar e emitir pareceres relacionados à concessão de benefícios e incentivos fiscais e financeiros; • Coordenar a elaboração de proposta de regulamento dos incentivos e benefícios fiscais administrados pela Sudam; • Coordenar a elaboração de proposta de definição, na área de atuação da Sudam, dos setores produtivos prioritários e das iniciativas de desenvolvimento sub-regional, objeto de incentivos e benefícios fiscais e financeiros; 	Indalécio Rodrigues Pacheco	Coordenador-Geral DAS 101.4	16/01 – 17/07; 04/08 – 09/10; 23/10 – 31/12.
		Túlio Luís Mauro Barata	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	01/01 – 15/01;
		Marilda de Oliveira de Brito Cohen	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	18/07 – 03/08; 10/10 – 22/10.

	<ul style="list-style-type: none"> • Notificar as empresas proponentes dos benefícios fiscais administrados pela Sudam, visando à devida instrução processuais, para análises dos pleitos. 			
Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CIF)	<ul style="list-style-type: none"> • Executar atividades referentes à concessão de incentivos e benefícios fiscais e financeiros; • Acompanhar o processo de concessão dos incentivos fiscais a pessoas jurídicas localizadas na Região, na área de atuação da Sudam; • Elaborar proposta de regulamento dos incentivos e benefícios fiscais e financeiros administrados pela Sudam. 	Marilda de Oliveira de Brito Cohen	Coordenador DAS 101.3	01/01 – 10/04; 16/04 – 26/06; 17/07 – 31/12.
		Fábio Roberto Araújo dos Santos	Coordenador DAS 101.3 Substituto	11/04 – 15/04; 27/06 – 16/07.
Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais (CGAV)	<ul style="list-style-type: none"> • Assessorar a Diretoria Colegiada nos assuntos relacionados à sua área de competência; • Coordenar as atividades desenvolvidas e avaliar a relevância para o desenvolvimento da região dos resultados obtidos com a aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e financiamento e dos benefícios 	Celso Ângelo de Castro Lima	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01 – 03/01; 16/01 – 31/05; 09/06 – 24/07; 30/07 – 20/11; 01/12 – 31/12.
		Kléber Antônio da Costa Mourão	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	04/01 – 15/01; 01/06 – 08/06; 25/07 – 29/07.

	e incentivos fiscais e financeiros administrados pela Sudam.	Sergio Felipe Melo da Silva	Coordenador-Geral Substituto DAS 101.4	21/11 – 30/11
Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas (DIPLAN)	<ul style="list-style-type: none"> • Articular com órgãos públicos e instituições representativas da sociedade a proposição de estratégias, diretrizes e prioridades para orientar a elaboração de planos, programas e projetos; • Articular com o MI, MPOG, MDIC, MCT e outros ministérios setoriais, a formulação de diretrizes que promovam a diferenciação regional das políticas federais, em especial, a Política Industrial, Tecnológica e do Comércio Exterior; • Formular planos e programas para o desenvolvimento; • Elaborar estudos e pesquisas, sistematizar e programar bases de dados para subsidiar os processos de formulação, monitoramento e avaliação dos planos e programas. 	Keila Adriana Rodrigues de Jesus	Diretor DAS 101.5	01/01 – 10/07; 26/07 – 06/11; 17/11 – 28/11; 04/12 – 31/12.
		Inocêncio Renato Gasparim	Diretor Substituto DAS 101.5	11/07 – 25/07; 07/11 – 16 /11; 29/11 – 03/12.
Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária (CPOR)	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar em conjunto com as coordenações, a proposta orçamentária de cada ano; • Lançar a proposta orçamentária no Sistema Integrado do Planejamento e Orçamento – SIOP; • Cadastrar os Programas/Ações no Portal de Convênios – SICONV, de acordo com o limite orçamentário disponível; • Elaborar o documento de Prestação de Contas da Presidência da República, referente às principais ações desenvolvidas pela Sudam e encaminhá-lo ao MI, para compor o relatório final do Ministério. 	Kepler João Assis da Mota Júnior	Coordenador Substituto DAS 101.3	01/01 – 31/12.
		Flavio Rodrigo Reis Blanco	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01 – 31/12.

Coordenação de Elaboração, Monitoramento e Avaliação dos Planos e Programas de Desenvolvimento (CEMP)	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar, articular, propor estratégias, diretrizes, planos, programas, estudos, pesquisas, base de dados, informações e o monitoramento das ações estratégicas da Sudam. 	Wanderley Lopes de Andrade Júnior	Coordenador DAS 101.3	01/01 – 29/05; 04/06 – 11/07.
		Janete Oliveira Bordalo	Coordenador Substituto DAS 101.3	30/05 – 03/06; 12/07 – 15/09.
		Paulo José Contente Pereira	Coordenador Substituto DAS 101.3	16/09 – 31/12.
Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento, programas e Projetos Especiais (COGPE)	<ul style="list-style-type: none"> • Propor e realizar estudos e pesquisas para formulação de programas e projetos especiais que potencializem o desenvolvimento regional e promovam a integração intra e inter-regional. 	Aline Fernanda Wisniewski Dias	Coordenador- Geral DAS 101.4	01/01 – 08/05; 21/05 – 24/07; 30/07 – 29/12.
		Francisco Doriney Batista de Souza	Coordenador- Geral Substituto DAS 101.4	09/05 - 20/05; 25/07 - 29/07; 30/12 - 31/12.
Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento (CGCOM)	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver e aperfeiçoar os procedimentos relativos à descentralização das ações da Sudam que se derem por meio de contratos de repasse, convênios e instrumentos congêneres, verificando a especial observância às disposições contidas na Legislação vigente, sendo todas as atividades relacionadas à análise de propostas, instrução processual, acompanhamento e fiscalização de convênios e Termo de Cooperação celebrados pela autarquia e análise final das prestações de contas física e financeira. 	Roberto Carlos Sampaio Barbosa	Coordenador- Geral DAS 101.4	01/01 – 24/07; 09/08 – 27/11; 29/11 – 31/12.
		Nairo Rildo dos Santos	Coordenador- Geral Substituto DAS 101.4	25/07 - 08/08
		Getúlio Vilas Moreira	Coordenador- Geral Substituto DAS 101.4	28/11 – 28/11.

Coordenação de Convênios e Monitoramento (CCOM)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e aperfeiçoar os procedimentos relativos à descentralização das ações da Sudam que se derem por meio de contratos de repasse, convênios e instrumentos congêneres, verificando a especial observância às disposições contidas na Legislação vigente, sendo todas as atividades relacionadas à análise de propostas, instrução processual, acompanhamento e fiscalização de convênios e Termo de Cooperação celebrados pela autarquia e análise final das prestações de contas física e financeira. 	Getúlio Vilas Moreira	Coordenador DAS 101.3	01/01 – 03/07; 19/07 – 31/12
		Joesley Pereira Mendes	Coordenador Substituto DAS 101.3	04/07 - 18/07.
Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável (COGID)	<ul style="list-style-type: none"> Promover a implementação de programas e ações voltados ao desenvolvimento econômico, social, cultural e à proteção ambiental na área de atuação da Sudam, em conjunto com a Diretoria de Planejamento; Desenvolver ações voltadas à captação de outras fontes de financiamento para a demanda do desenvolvimento local e da infraestrutura. 	Marcelo Siqueira Vieira Pinto	Coordenador-Geral DAS 101.4	01/01 – 28/08; 03/09 – 31/12.
		Everaldo de Vasconcelos Martins	Coordenador-Geral DAS 101.4 Substituto	29/08 – 02/09.
Diretoria de Administração	<ul style="list-style-type: none"> Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Nacional de Correição, Sipecc, Sisp, Sisg, Siorg e Sinar; Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades inerentes à gestão e à segurança da informação; Planejar, coordenar e acompanhar a execução das atividades atinentes à manutenção e conservação das instalações físicas, dos acervos bibliográfico e documental e às contratações para suporte às atividades administrativas. 	Fátima Lucia Pelaes	Diretor DAS 101.5	01/01 – 07/04
		Margareth dos Santos Abdon	Diretor DAS 101.5	23/12 – 31/12.
		Keila Rodrigues de Jesus	Diretor Substituto DAS 101.5	08/04 – 10/07; 26/07 – 06/11; 17/11 – 28/11; 04/12 – 22/12.

Fonte: DA.

Nota: O Quadro A.1.4 é composto por todas as unidades até o nível DAS 101.3 das Diretorias Finalísticas e pelos componentes da Diretoria Colegiada da Sudam, conforme Decreto nº 8.275/2014.

1.5. Macroprocessos finalísticos

Quadro A.1.5 – Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e serviços	Principais clientes	Subunidades responsáveis
Concessão de incentivos fiscais administrados pela Sudam	Análise e vistoria técnica, quando pertinente, de projetos encaminhados à Sudam, com emissões de relatórios e pareceres conclusivos a serem submetidos à apreciação da Diretoria Colegiada da Sudam que, ao aprovar, expede Laudos Constitutivos, Declarações, Resoluções e Atos.	<ul style="list-style-type: none"> - Redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ; - Isenção do IRPJ para indústria produtiva de itens de inclusão digital; - Reinvestimento de 30% do IRPJ; - Isenção do Adicional do Frete Para Renovação da Marinha Mercante; - Depreciação Acelerada Incentivada. 	Empresas situadas na Amazônia Legal, que exerçam atividades enquadradas entre os setores considerados prioritários pelo Governo Federal para o desenvolvimento da região, conforme definido no Decreto 4.212/2002.	- Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros (CGIF).
Concessão de incentivos financeiros a projetos privados situados na Amazônia Legal.	Análise técnica de consultas-prévias enviadas à Sudam, com emissão de parecer conclusivo a ser submetido à deliberação da Diretoria Colegiada que, ao aprovar, emite Termo de Enquadramento; autorizar a participação do FDA no projeto aprovado pelo agente operador; e aprovar as liberações de recursos para os projetos.	Concessão de incentivos financeiros a projetos produtivos de implantação, ampliação, modernização e diversificação nos setores de infraestrutura, tradicionais, de inovação tecnológica e de serviços.	Empresas privadas situadas na Amazônia Legal que exerçam atividades enquadradas entre os setores considerados prioritários pelo Governo Federal para o desenvolvimento da região, aprovados anualmente pelo CONDEL / Sudam, e que atendam os normativos do Regulamento do Fundo, aprovado pelo Decreto 7.839/2012.	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGAFI); - Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento (CLCF). - Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento (CGFIN).
Transferências Voluntárias	Análise de propostas, celebração, acompanhamento, monitoramento, gestão e análise de prestação de contas de ajustes celebrados visando a execução orçamentária e financeira da Sudam.	<ul style="list-style-type: none"> - Convênios - Termos de Cooperação Técnica 	Universidade Federal do Oeste do Pará; Universidade Federal Rural da Amazônia; Universidade Federal do Tocantins; Universidade Federal do Pará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto Estadual de Pesquisas do Amapá; Instituto Nacional de	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento (CGCOM); - Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária (CPOR).

			Pesquisas na Amazônia; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado do Pará.	
Planejamento, Articulação e Integração de Políticas Públicas	Promover a articulação junto aos demais Ministérios e entes federativos para a formulação de diretrizes, políticas, programas e planos voltados à diferenciação regional das políticas federais, bem como promover a integração das políticas na Amazônia, possibilitando a sinergia das ações voltadas para o desenvolvimento regional.	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de Integração Intra-regional; - Portal de Negócios da Amazônia; - Estudos de identificação dos Microeixos de Transportes de Cargas realizados nos estados do Amazonas, Pará e Amapá; - Elaboração e aprovação das Diretrizes e Prioridades para Aplicação dos Recursos do FNO 2014; - Documento Etanol da Amazônia-Estudo do Mercado; - Política de Desenvolvimento Industrial para a Amazônia Legal 	Órgãos Públicos Federais, Estaduais, municipais e a sociedade em geral.	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento (CGEAP); - Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais (COGPE); - Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável (COGID).

Fonte: DIPLAN/DGFAI.

SEÇÃO III

DESENVOLVIMENTO

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

O Planejamento Estratégico vem sendo desenvolvido desde o ano de 2015, por meio da contribuição de representantes de todas as unidades da Sudam e com a realização de workshops mediados por especialistas na área de gestão estratégica com foco na administração pública, onde foram abordados, discutidos e validados assuntos referentes ao planejamento estratégico da Sudam.

Ao longo de 2016, foi discutida a necessidade de atualização do atual Mapa Estratégico da Sudam, bem como foi dado início à elaboração do Planejamento Estratégico para o quadriênio seguinte, adotando a metodologia do Balanced Scorecard, amplamente utilizada por demais instituições públicas.

A etapa de construção do planejamento estratégico foi concluída na finalização do workshop realizado entre os dias 17/11 e 15/12, com a participação de 35 servidores, representantes de todas as unidades técnicas da Sudam, onde foram revisadas a missão, visão, bem como estabelecidos o negócio, objetivos estratégicos, iniciativas e indicadores, com base na metodologia do Balanced ScoreCard (BSC).

Desta forma, ocorreu a validação e conclusão do trabalho por parte da Assessoria de Gestão Institucional em 15/12/16 que contou com a participação dos representantes das unidades técnicas da Sudam que participaram do workshop.

Nesse sentido, com a conclusão dos trabalhos, a Sudam iniciou o seu direcionamento estratégico, bem como analisou sua avaliação institucional de desempenho para adequação ao Mapa Estratégico vigente, em consonância com as diretrizes estratégicas do Ministério da Integração Nacional – MI.

Conforme o Ato Nº 35, de 14 de dezembro de 2015, posteriormente referendado pela Diretoria Colegiada e publicado no Boletim Interno, de 31/12/2015, as metas globais da Sudam para o exercício de 2016, eram:

Quadro A.2 – Metas Globais da Sudam em 2016

Meta Global	Descrição da meta	Unidades Organizacionais Relacionadas às Metas Intermediárias	Peso
Promover a integração e a expansão econômica.	Realização de ações de desenvolvimento econômico sustentável que contribuam para a aproximação político-econômica dos atores nacionais e estrangeiros, com o intuito de propiciar o aumento da produtividade e competitividade regional.	CGCOM, CGIF, CGAV, COGID, CGFIN, COGPE	25
Formular e atuar em políticas e planos regionais integrados.	Instrumentos de ação da Sudam, juntamente às atividades colaborativas nos processos de ordenamento e desenvolvimento territorial sustentáveis.	CGEAP, CORDEC	25
Ampliar e fortalecer os investimentos em	Produção de conhecimentos e tecnologias que contribuam	COGID, COGPE	25

P&D e o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação.	para expansão da produtividade, competitividade e inovação regional.		
Implementar modelo de gestão eficiente e transparente voltado para resultados.	Medidas e ações que contribuam para a melhoria da gestão e do controle da Sudam.	ASCOM, CGCOM, AUD, PFE, CGA, GAB, AGI, CLC, CPOR, COFI, ASCOL, OUV	15
Ampliar o aprendizado e crescimento organizacional	Investimentos necessários para ampliar o desempenho do capital intelectual da Sudam – humano, de informação & conhecimento e organizacional (cultura e valores).	CGP, CGTI	10

Fonte: AGI.

As metas globais correspondem aos objetivos estratégicos previstos na proposta do Mapa Estratégico, para o período dos 4 anos seguintes.

2.1. Planejamento organizacional

A Sudam, através das subunidades da DIPLAN, atuou no planejamento, cujos resultados alcançados estão elencados abaixo, conforme cada subunidade de planejamento:

a) COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (CPOR)

No exercício de 2016 foram definidas como Metas intermediárias da CPOR, a produção do Plano de Ação da SUDAM e a elaboração de relatórios de execução orçamentária e de critérios de distribuição de recursos finalísticos, como demonstrado no quadro abaixo:

Quadro A.2.1.1 - Plano de trabalho da CPOR em 2016

Metas intermediárias	Indicador
Meta Global: IMPLEMENTAR MODELO DE GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE VOLTADO PARA RESULTADOS.	
Elaboração do Plano de Ação Sudam 2016	Programação orçamentária elaborada
Elaboração de relatório de execução orçamentária	Produção de relatórios
Elaboração de critérios de distribuição de recursos conforme art. 79 da LDO 2016	Críticos elaborados

Fonte: DIPLAN.

b) COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO (CGEAP)

A CGEAP em cumprimento as competências previstas no Regimento Interno, aprovado, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia e com fundamento nos objetivos estratégicos da SUDAM e nas diretrizes emanadas do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA elaborou um Plano de Ação para 2016, realizando neste mesmo ano o acompanhamento.

Quadro A.2.1.2 – Ações realizadas na CGEAP em 2016

Ação e iniciativas	Descrição
--------------------	-----------

Formulação de Diretrizes e Prioridades para os Instrumentos de Desenvolvimento Regional	O objetivo é elaborar as Diretrizes e Prioridades para o FNO, FDA com vistas a garantir um alinhamento entre os instrumentos e a PNDR e PRDA.
FDA - Estabelecer Propostas de Diretrizes e Prioridades.	
FNO - Estabelecer Propostas de Diretrizes e Prioridades do Fundo.	
Implantação de Base de Dados da Amazônia Legal	O objetivo é prover os três níveis de governo, da sociedade civil e dos setores empresariais com informações, inclusive com os principais indicadores socioeconômicos e ambientais, e a análise conjuntural da Amazônia, para melhor conhecer suas especificidades e assim possibilitar uma proposição de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento desta região.
Boletim Amazônia em números	
Gestão dos Planos Regionais e Estaduais de Desenvolvimento	O objetivo é articular a integração das ações dos três níveis de governo, da sociedade civil e dos setores empresariais na Amazônia para a gestão e implementação dos planos regionais e estaduais de desenvolvimento.
Planos Estaduais de Desenvolvimento	
Plano Marajó - Monitoramento da Execução (Sistema MONITORA)	
Consórcio Tapajós	
Plano Xingu - Monitoramento	
Implementação de Projetos de Integração da Amazônia	Promover a integração econômica entre os estados da Região, contribuindo para a melhoria das políticas públicas em sua Faixa de Fronteira
Nova Regionalização do IBGE	
Integração da Faixa de Fronteira	

Fonte: DIPLAN.

c) COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS (COGPE)

A Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais – COGPE planeja sua missão à luz da missão maior da SUDAM, que por sua vez, pauta-se pelas diretrizes da Lei Complementar nº 124/2007, que a criou, pelas suas atribuições definidas no Decreto nº 8.275/2014, e obedecendo aos preceitos e à estratégia de desenvolvimento regional da PNDR. Com esses fundamentos, a SUDAM definiu, também, seus objetivos e eixos estratégicos de atuação para realizar as ações necessárias que possibilitarão o alcance dos resultados esperados. Dessa forma, a COGPE se insere nesse contexto, definindo sua missão, com base nessas referências, de modo a contribuir e a agregar esforços, no seu âmbito de atuação e competências, para o atingimento dos resultados que se pretende alcançar.

Assim, as metas intermediárias da COGPE, considerando as metas globais estabelecidas para a SUDAM: **superar a desigualdade regional e a pobreza extrema na Amazônia e promover a transformação produtiva com inovação tecnológica sustentável**, para o exercício de 2016, foram as listadas no quadro a seguir:

Quadro A.2.1.3 - Plano de trabalho da COGPE em 2016

Metas Intermediárias	Indicador
Coordenar e promover articulações para a realização do seminário de divulgação dos resultados do estudo “Identificação dos Microeixos de Transporte nos estados de Roraima e Tocantins”.	Evento Realizado
Acompanhar a execução do projeto “Identificação dos Microeixos de Transporte nos estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia”.	Estudo concluído
Coordenar e promover articulações para a realização do seminário de divulgação dos resultados do estudo “Identificação dos Microeixos de Transporte nos estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia”.	Evento Realizado
Apoiar a elaboração de projetos que visem ao desenvolvimento das Rotas de	Projeto apoiado

Integração Nacional na Amazônia Legal.	
Coordenar e acompanhar a execução do projeto “Memórias do Desenvolvimento Regional”	Projeto concluído
Apoiar projetos de APLs em articulação com os Núcleos Estaduais de APL (NEAPL)	Projeto apoiado
Elaborar o estudo “Levantamento da Capacidade Institucional em C, T & I na Amazônia Legal”.	Estudo concluído

Fonte: DIPLAN.

d) COORDENAÇÃO-GERAL DE CONVÊNIOS E MONITORAMENTO (CGCOM)

A CGCOM, em cumprimento de suas competências previstas no Regimento Interno da Sudam, elaborou ações para 2016 com a finalidade de promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, fundamentada nos objetivos estratégicos da Sudam, como segue abaixo:

Quadro A.2.1.4 - Plano de trabalho da CGCOM em 2016

Metas Intermediárias	Indicador
Analisar as propostas apresentadas (Convênios e TEDs) para o orçamento da SUDAM.	Propostas analisadas
Apoiar projetos de infraestrutura econômica.	Convênios firmados
Apoiar projetos que promovam atividades produtivas locais.	Convênios firmados
Apoiar projetos	Curso de Especialização para Gestores Apoiado
Reduzir o estoque de prestações de contas de convênios encerrados até 31/12/2014	Estoque reduzido
Finalizar o estoque de prestações de contas de convênios da extinta ADA	Estoque Finalizado

Fonte: AGI.

No exercício de 2016, todas as 198 propostas apresentadas para análise (149 de emendas impositivas, 47 de emendas de comissão e 11 propostas e 01 TED do Plano de Ação de 2016) foram analisadas. 78 delas se tornaram convênios da área de infraestrutura e 28 são convênios na área de apoio as atividades produtivas locais, através de aquisição de equipamentos agrícolas.

Em relação aos processos de prestações de contas, de 34 processos que deram entrada na unidade de prestação, 32 tiveram análise concluída e 02 estavam em análise na unidade.

Por fim, em relação ao estoque de prestações de contas de convênios da extinta ADA, foi dada entrada de 04 processos da Extinta ADA na Unidade de Prestação de Contas, sendo que 01 foi aprovado, ao passo que os demais permaneceram em análise, inclusive um deles que foi enviado para a análise da PFE com vista à apuração de responsabilidade.

e) COORDENAÇÃO-GERAL DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COGID)

A COGID em cumprimento de suas competências previstas no Regimento Interno da SUDAM elaborou ações para 2016 com a finalidade de promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, fundamentada nos objetivos estratégicos da SUDAM e nas diretrizes emanadas do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA, como segue abaixo.

Quadro A.2.1.5 - Plano de trabalho da COGID em 2016

Metas Intermediárias	Indicador
Proposta de Ação para Inserção de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social no Mercado de Trabalho via Organização Produtiva.	Proposta Elaborada

Proposta de Metodologia para Avaliar a Efetividade dos Ajustes (Convênios e Termos de Cooperação) Firmados pela SUDAM.	Proposta Elaborada
Enquadramento de Pleitos nos Objetivos Estratégicos da SUDAM na Área de Competência da COGID, conforme estabelecido pela Resolução Nº 38/2015 de 1º/10/2015 aprovada pela Diretoria Colegiada.	Pereceres Emitidos
Elaboração do Termo de Referência da Proposta de atualização e detalhamento do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento da Amazônia, Período 2016-2019.	Termo de Referência Elaborado

Fonte: DIPLAN.

2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Tendo em vista o início da reformulação do Mapa Estratégico desta Superintendência, iniciado em 2015 e determinado pela Administração, o que exigiu uma alteração no sistema de monitoramento disponibilizado à Sudam pelo MI, houve suspensão também das oportunas reuniões de monitoramento, no âmbito desta Autarquia.

Nas coordenações que compõem a DIPLAN, foram realizadas reuniões periódicas com os técnicos responsáveis pelas ações desenvolvidas. Tais reuniões se fundamentam na exposição do andamento da execução e exposição das restrições que atingem o desenvolvimento das atividades, buscando solução de continuidade e disseminação do conhecimento, analisar as ações desenvolvidas, bem como nivelar o conhecimento e ajustes para o alcance de seu plano de ação. O monitoramento das ações se deu ainda pela apuração periódica das metas intermediárias e individuais de desempenho previstas anualmente para as unidades que compõem as áreas finalísticas da Autarquia.

Por fim, em relação ao monitoramento do orçamento da Sudam, no exercício de 2016, foram produzidos relatórios de execução orçamentária cujo objetivo era apresentar o desempenho dos recursos da Sudam e, conseqüentemente, do Plano de Ação em dois períodos distintos (2015 e primeiro semestre de 2016), configurando-se um mecanismo para melhorar a execução dos recursos da Autarquia.

2.3. Desempenho orçamentário

O orçamento é instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto dos ingressos e das aplicações de recursos em determinado período. Instrumento por meio do qual se viabiliza a execução das políticas públicas, a receita orçamentária é fonte de recursos utilizada pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade.

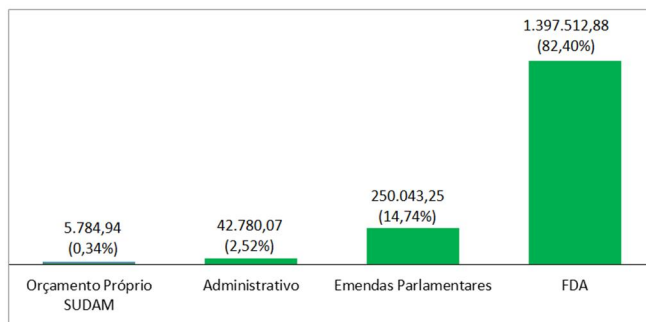
A programação orçamentária é elaborada anualmente e compreende duas fases: qualitativa e quantitativa, sendo materializada através da PLOA (Projeto de Lei Orçamentária Anual). A fase qualitativa compreende a descrição dos programas e ações que irão compor o orçamento da Instituição se materializando através da LOA (Lei Orçamentária Anual). A fase quantitativa tem duas dimensões: a física e a financeira. A dimensão física define a quantidade de bens e serviços a serem entregues. A dimensão financeira estima o montante necessário para o desenvolvimento da ação orçamentária. Assim como no PPA (Plano Plurianual), a Ação Orçamentária integrará exclusivamente a LOA.

2.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

À DIPLAN, cabe a gestão das ações finalísticas da Instituição. Nesse sentido, o processo finalístico da SUDAM, via Lei Orçamentária Anual - LOA 2016 foi composto por três programas: 2029 (Desenvolvimento Regional, e Territorial), 2040 (Gestão de Riscos e de Desastres) e 2052 (Pesca e Aquicultura).

A Lei Orçamentária Anual – LOA foi sancionada em 14 de janeiro de 2016, destinando ao orçamento da Autarquia o montante de R\$ 1.696.121.135,00 (dotação inicial). Desse total, 0,34% foram de recursos do orçamento próprio; 2,52% de apoio administrativo; 14,74% de emendas parlamentares alocadas via LOA 2016 e 82,40% para o FDA como visto no quadro A. 2.3.1.1.

Quadro A.2.3.1.1 – Dotação orçamentária 2016 – SUDAM, em mil reais



Fonte: Sistema Tesouro Gerencial.

A dotação inicial para o processo finalístico da SUDAM – recursos próprios – foi de R\$ 5.784.936,00 (Quadro A.2.3.1.1). Porém, com a edição do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, o Ministério da Integração realizou contingenciamento de 24,24% das despesas discricionárias da SUDAM, reduzindo o limite para empenho destinado aos Programas Finalísticos.

Já em relação ao total de despesas empenhadas, tem-se o valor R\$ 4.388.732,00 em seis ações orçamentárias. Devido, também, ao mencionado contingenciamento, o montante de despesas empenhadas foi menor do que a dotação final. Para mais informações vide quadro A.2.3.1.2.

Quadro A.2.3.1.2 – Dotação e Despesas – Orçamento próprio SUDAM 2016

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	FONTE SOF	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS		
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	20NK	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS	0250	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00
		20WQ	GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	0100	1.200.000,00	650.000,00	650.000,00	650.000,00
			PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	0250	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
		8902	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS	0100	700.000,00	700.000,00	700.000,00	0,00
2040	GESTAO DE RISCOS E RESPOSTA A DESASTRES	8172	COORDENAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL	0100	296.204,00	250.000,00	250.000,00	0,00
				0250	800.000,00	800.000,00	800.000,00	500.000,00
2052	PESCA E AQUICULTURA	20NE	APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E	0100	285.546,00	285.546,00	285.546,00	0,00
				0250	1.203.186,00	1.203.186,00	703.186,00	488.732,00

			CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS FASES DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA				
TOTAL				5.784.936,00	5.188.732,00	4.388.732,00	1.655.732,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

Com relação às Emendas Parlamentares, a SUDAM recebeu, em 2016, um montante de R\$ 250.043.252,00, distribuídos da seguinte forma:

- R\$ 68.933.960,00 provenientes de indicações de 22 parlamentares;
- R\$ 50.000.000,00 do Relator do Orçamento 2016;
- R\$ 56.943.513,00 de Emendas de Bancadas; e
- R\$ 74.165.779,00 provenientes de Emendas de Comissão.

A dotação final das emendas foi de R\$ 250.292.471,00 sendo R\$ 249.219,00, maior que a dotação inicial (R\$ 250.043.252,00) devido a uma dotação suplementar em julho de 2016.

O aporte de recursos de emendas parlamentares foi destinado a cinco ações orçamentárias: 20NK, 214S, 7K66, 8902 e 8918 (conforme Quadro A.2.3.1.3). No final do exercício, 63,08% da dotação atualizada foi empenhada, totalizando R\$ 157.902.251,01 e beneficiando 262 projetos que serão descritos na seção seguinte.

Quadro A.2.3.1.3 – Dotação e Despesas – Emendas Parlamentares 2016

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO		DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL	20NK	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS	6.311.218,00	6.311.218,00	250.000,00	0,00
		214S	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS	67.985.297,00	67.985.297,00	48.074.422,01	4.229.055,10
		7K66	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO	96.864.773,00	97.113.992,00	87.985.815,00	3.758.181,00
		8902	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	78.681.964,00	78.681.964,00	21.392.014,00	5.719.481,00
		8918	AMPLIACAO E FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS	200.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00
TOTAL				250.043.252,00	250.292.471,00	157.902.251,01	13.906.717,10

Fonte: Tesouro Gerencial

Em 2016, a SUDAM executou, através do seu Plano de Ação, um total de R\$ 3.743.495,00 em restos a pagar. Esses recursos foram destinados a seis ações orçamentárias: 20N8, 20N9, 20NK, 20WQ, 8902, e 20NE (Quadro A.2.3.1.4). A ação 20WQ – Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial foi a que executou maior quantidade de recursos R\$ 900.000,00 correspondendo a um percentual de 24,04%, seguida da Ação 8902 - Promoção de Investimentos em Infraestrutura Econômica com 18,64% do total de restos a pagar inscritos e pagos.

Quadro A.2.3.1.4 – Restos a Pagar – Orçamento próprio SUDAM 2016

PROGRAMA GOVERNO	AÇÃO GOVERNO	FONTE SOF	RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)
------------------	--------------	-----------	--	--------------------------------------

2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL TERRITORIAL	E	20N8	PROMOÇÃO DE INICIATIVAS PARA O APRIMORAMENTO DA PRODUÇÃO E INSERÇÃO MERCADOLÓGICA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	0100	3.240,00	3.240,00
					0250	596.760,00	596.760,00
			20N9	APOIO AO ASSOCIATIVISMO E AO COOPERATIVISMO - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA	0250	497.000,00	497.000,00
			20NK	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS	0250	500.000,00	500.000,00
			20WQ	GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL	0250	900.000,00	900.000,00
			8902	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	0250	698.000,00	698.000,00
2052	PESCA E AQUICULTURA		20NE	APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS FASES DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA	0250	548.495,00	548.495,00
TOTAL						3.743.495,00	3.743.495,00

Fonte: Tesouro Gerencial.

Ainda, com relação aos restos a pagar, no que diz respeito a Emendas Parlamentares, a SUDAM iniciou o exercício de 2016 com um valor de R\$ 21.765.037,31 em restos a pagar inscritos e executou um total de R\$ 10.617.549,64 para restos a pagar pagos (Quadro 2.3.1.5). Os recursos de restos a pagar inscritos foram destinados a três ações: 20NK, 7K66, 8902 com destaque para a Ação 8902 que detinha um valor de R\$ 12.329.574,31 correspondendo a um percentual de 56,64% do total de restos a pagar inscritos. Destes, foram executados, também, três ações: 20NK, 7K66 e 8902, repetindo a mesma performance do restos a pagar inscritos, a Ação 8902 destaca-se com o maior volume de recursos pagos com R\$ 5.909.574,31 correspondendo a um percentual de 55,65 % do total de restos a pagar pagos.

Quadro A.2.3.1.5 – Restos a Pagar - Emendas SUDAM 2016

PROGRAMA GOVERNO		AÇÃO GOVERNO		RESTOS A PAGAR INSCRITOS (PROC E N PROC)	RESTOS A PAGAR PAGOS (PROC E N PROC)	
2029	DESENVOLVIMENTO REGIONAL TERRITORIAL	E	20NK	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUB-REGIONAIS	2.953.000,00	1.753.000,00
			7K66	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LOCAL INTEGRADO	6.482.463,00	2.954.975,33
			8902	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA	12.329.574,31	5.909.574,31
TOTAL				21.765.037,31	10.617.549,64	

Fonte: Tesouro Gerencial.

2.3.2. Informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da DIPLAN

A Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas foi responsável pela execução das Ações de Programas Temáticos a seguir:

Quadro A.2.3.2.1 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 20WQ

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO	
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL
CÓDIGO	20WQ TIPO: ATIVIDADE
TÍTULO	GESTÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL
OBJETIVO	PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO POR MEIO DO PLANEJAMENTO DA OCUPAÇÃO E DO USO DO ESPAÇO DE FORMA SUSTENTÁVEL E

COM ABORDAGEM TERRITORIAL. CÓDIGO: 0789						
PROGRAMA		DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL CÓDIGO: 2029 TIPO: TEMÁTICO				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA				
AÇÃO PRIORITÁRIA		()SIM (X)NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS				
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.500.000	950.000	650.000	650.000	650.000	0	0
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
				PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
-			-	-	-	3
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
900.00	900.000	0	-	-	1	

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial.

Análise crítica da ação 20WQ

A SUDAM, por meio da ação 20WQ apoiou, em 2016, dois projetos:

1- Apoio ao Prêmio Qualidade Amazonas no município de Manaus destinado a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, no valor de R\$ 15.000,00. O objetivo geral do evento é estimular a competitividade dos bens e serviços do estado do Amazonas, através de instrumentos que venham contribuir para o aumento da qualidade, produtividade e competitividade;

2- Apoio parcial ao projeto “Desenvolvimento local: a geração de trabalho, renda e alimentos em comunidades do Vale do Acará, Pará, Brasil – Projeto Vale do Acará”, para atender despesas com gerenciamento de projeto de geração de trabalho, emprego e renda em comunidade do Acará/PA através de termo de execução descentralizada pertencente à Universidade Rural da Amazônia – UFRA, no valor de R\$ 635.000,00.

Cabe ressaltar que a execução física foi de três em virtude do projeto “Desenvolvimento local: a geração de trabalho, renda e alimentos em comunidades do Vale do Acará, Pará, Brasil – Projeto Vale do Acará” ter sido apoiado com recursos de dois Planos Orçamentários: PO 0001, no valor de R\$ 150.000,00, e PO 0004, no valor de R\$ 485.000,00.

Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores

Localizador 6000 - No Localizador 6000 (Na Amazônia Legal) da Ação 20WQ foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação 1 (um) projeto no valor de R\$ 900.000,00:

1- Apoio parcial ao estudo de “Identificação dos Microeixos de Transporte dos estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão”, com a descentralização de crédito no valor de R\$ 900.000,00 (natureza da despesa: custeio) para a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP da Universidade Federal do Pará - UFPA. O objetivo do projeto é desenvolver um plano estratégico de prioridades para ações e investimentos na logística de transporte de passageiros e cargas dos estados citados acima.

Quadro A.2.3.2.2 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 214S

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO	
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL
CÓDIGO	214S TIPO: ATIVIDADE

TÍTULO	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS					
OBJETIVO	PROMOVER A ESTRUTURAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS, ARRANJOS PRODUTIVOS E ROTAS DE INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL. CÓDIGO: 0840					
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL CÓDIGO: 2029 TIPO: TEMÁTICO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	()SIM (X)NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
69.285.297	69.285.297	49.374.422,01	5.246.055,10	4.746.055,10	0	44.628.366,91
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
				PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
ATIVIDADE PRODUTIVA APOIADA			UNIDADE	102	-	32

Fonte: SIOF e Tesouro Gerencial.

Análise crítica da ação 214S

A SUDAM, por meio da ação 214S apoiou, em 2016, trinta e dois projetos:

- 19 (dezenove) projetos para obras e serviços de engenharia (pavimentação, construção de infraestrutura e aquisição de equipamentos de usina de asfalto, recuperação de estradas, infraestrutura turística, eletrificação rural e duplicação de rodovia) nos municípios de Augustinópolis/TO, Boa Vista/RR, Caracaraí/RR, Cruzeiro do Sul/AC, Itupiranga/PA, Mateiros/TO, Maurilândia do Tocantins/TO, Natividade/TO, Normandia/RR, Nova Ipixuna/PA, Oliveira de Fátima/TO, Paraíso do Tocantins/TO, Porto Nacional/TO, Santa Rosa do Tocantins/TO, São Félix do Tocantins/TO, São Valério da Natividade/TO, Tucumã/PA e Ulianópolis/PA no valor de R\$ 32.600.000,00;

- 1 (um) projeto de bovinocultura no município de Normandia/RR no valor de R\$ 3.000.000,00;

- 5 (cinco) projetos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas nos municípios de Floresta do Araguaia/PA, Marechal Thaumaturgo/AC, Porto Walter/AC, Rodrigues Alves/AC e Uiramutã/RR no valor de R\$ 2.600.000,00;

- 1 (um) projeto de patrocínio da Sudam para realização do "3º festival do milho" no município de Porto Walter/AC, no valor de R\$ 17.000,00;

- 6 (seis) projetos referentes à Termo de Execução Descentralizado – TED pela Sudam a SDR/MI nos municípios de Benevides/PA, Ipixuna do Pará/PA, Peixe-Boi/PA e Ulianópolis/PA no valor de R\$ 9.547.800,01.

Foram cancelados, por inadimplência dos proponentes, 5 (cinco) projetos no início do período de 2017 dos municípios de Babaçulândia/TO, Cristalândia/TO, Monte do Carmo/TO, Ponte Alta do Tocantins/TO e Salvaterra/PA no valor de R\$ 1.609.622,00.

Com relação à Execução Física atingiu-se um percentual de 31,37% do previsto, entretanto informa-se que houve um superdimensionamento da meta prevista.

Quadro A.2.3.2.3 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 8918

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO	
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL
CÓDIGO	8918 TIPO: ATIVIDADE
TÍTULO	AMPLIAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS PRODUTIVAS

OBJETIVO	PROMOVER A ESTRUTURAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS, ARRANJOS PRODUTIVOS E ROTAS DE INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL. CÓDIGO: 0840					
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL CÓDIGO: 2029 TIPO: TEMÁTICO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
200.000	200.000	200.000	200.000	200.000	0	0
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
EMPREENHIMENTO BENEFICIADO			UNIDADE	PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
				1	-	1

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial.

Análise crítica da ação 8918

A SUDAM, no ano de 2016, apoiou um projeto com os recursos da ação 8918:

1- Apoio ao projeto de aquisição de patrulha mecanizada no município de Macapá, no valor de R\$ 200.000,00.

Quanto à execução física, a meta prevista foi alcançada.

Quadro A.2.3.2.4 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 20NE

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	20NE		TIPO: ATIVIDADE			
TÍTULO	APOIO A PROJETOS DE PESQUISA E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NAS FASES DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA					
OBJETIVO	ESTIMULAR A AMPLIAÇÃO DA PRODUÇÃO AQUÍCOLA E PESQUEIRA DE FORMA SUSTENTÁVEL E COMPETITIVA CÓDIGO: 1133					
PROGRAMA	PESCA E AQUICULTURA		CÓDIGO: 2052		TIPO: TEMÁTICO	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.488.732	1.488.732	988.732	488.732	488.732	0	500.000
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
PROJETO IMPLEMENTADO			UNIDADE	PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
				1	-	2
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
548.495	548.495	0	PROJETO IMPLEMENTADO	UNIDADE	2	

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial.

Análise crítica da ação 20NE

O montante de R\$ 988.732,00 dispendido pela SUDAM na ação 20NE no ano de 2016 foi destinado aos seguintes projetos:

1- Aquisição e instalação de Fábrica de Gelo no valor de R\$ 500.000,00 (natureza da despesa: capital) para o Município de Rodrigues Alves - AC;

2- Apoio parcial ao projeto de "Desenvolvimento local: a geração de trabalho, renda e alimentos em comunidades do Vale do Acará, Pará, Brasil - Projeto Vale do Acará". Houve descentralização de crédito, no valor de R\$ 488.732,00 (natureza da despesa: capital/custeio) para a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA.

Quanto à execução física atingiu-se um percentual de 200% do previsto, sendo que dois projetos foram apoiados.

Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores

Localizador 6000 - No Localizador 6000 (Na Amazônia Legal) da Ação 20NE foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação 2 (dois) projetos no valor de R\$ 548.495,00:

1- Apoio parcial à aquisição de máquinas e equipamentos para o município de Normandia-RR. O valor de repasse foi de R\$ 298.500,00;

2- Apoio ao projeto de "Capacitação e formação de multiplicadores em tanques-redes" que visa à geração de tecnologia de produção de Camurim em tanques-rede, sendo uma alternativa de geração de renda para as comunidades do município de Curuçá-PA. Houve descentralização de crédito, no valor de R\$ 249.995,00 para a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias - FUNPEA da Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA.

Quadro A.2.3.2.5 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 20NK

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	20NK		TIPO: ATIVIDADE			
TÍTULO	ESTRUTURAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS EM ESPAÇOS SUBREGIONAIS					
OBJETIVO	PROMOVER A ESTRUTURAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS, ARRANJOS PRODUTIVOS E ROTAS DE INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL. CÓDIGO: 0840					
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL CÓDIGO: 2029 TIPO: TEMÁTICO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
6.811.218	6.811.218	750.000	0	0	0	750.000
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
ARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO		UNIDADE	52	-	3	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			

VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
3.453.000	2.253.000	800.000	ARRANJO PRODUTIVO LOCAL APOIADO	UNIDADE	5

Fonte: SIOF e Tesouro Gerencial.

Análise Crítica da Ação 20NK

Localizador 0016 - Os recursos da ação 20NK nesse localizador foram destinados para apoio a um projeto, via Emenda Parlamentar Individual:

1- Apoio ao projeto de capacitação no município de Serra do Navio/AP, no valor de R\$ 250.000,00.

Localizador 6000 - A SUDAM, por meio da ação 20NK, localizador 6000, apoiou dois projetos:

1- Apoio ao projeto de construção de mercado de peixe no município de Porto Walter/AC, no valor de R\$ 300.000,00;

2- Apoio ao projeto de aquisição de máquinas e equipamentos no município de Porto Walter/AC no valor de R\$ 200.000,00.

Quanto à execução física atingiu-se um percentual de 5,77% do previsto para a ação 20NK. Informa-se que a meta prevista foi superdimensionada.

Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores

Localizador 6000 - No Localizador 6000 (Na Amazônia Legal) da Ação 20NK foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação 3 (três) projetos no valor de R\$ 500.000,00:

- Apoio à aquisição de "patrulha mecanizada" que tem por objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos para o atendimento aos pequenos agricultores do município de Nova Bandeirantes-MT. O valor de repasse foi de R\$ 199.000,00;

- Apoio parcial ao estudo de "Identificação dos microeixos de transportes dos estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão" com descentralização de crédito no valor de R\$ 200.000,00 para a Fundação e Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP/Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA;

- Apoio parcial à aquisição de "máquinas e equipamentos agrícolas" que busca implementar uma política de apoio ao pequeno agricultor familiar indígena no desenvolvimento da agricultura local, atingindo cerca de 1000 famílias de comunidades indígenas do município de Normandia-RR. O valor de repasse foi de R\$ 101.000,00.

Localizador 0402 - No Localizador 0402 (No município de Macapá) da Ação 20NK foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação 2 (dois) projetos no valor de R\$ 1.753.000,00:

- Apoio a "Capacitação profissional para Mulheres" no município de Macapá-AP. O valor de repasse da SUDAM para este projeto foi de R\$ 753.000,00;

- Apoio a "Capacitação de Empreendedores Populares" no Município de Macapá. O valor de repasse da SUDAM para este projeto foi de R\$ 1.000.000,00.

Restos a Pagar Não Processados – Cancelados

Localizador 0016 - No Localizador 0016 (No estado do Amapá) da Ação 20NK foram cancelados, de exercícios anteriores, nesta ação 1 (um) projeto no valor de R\$ 800.000,00:

- Convênio nº 802498 – Município de Laranjal do Jari – AP no valor de R\$ 800.000,00
Processo nº 59004-000134-2014-47.

Quadro A.2.3.2.6 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 8902

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	8902		TIPO: ATIVIDADE			
TÍTULO	PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA ECONÔMICA					
OBJETIVO	PROMOVER A ESTRUTURAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS, ARRANJOS PRODUTIVOS E ROTAS DE INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL. CÓDIGO: 0840					
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL CÓDIGO: 2029 TIPO: TEMÁTICO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
79.381.964	79.381.964	22.092.014	5.719.481	5.719.481	0	16.372.533
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
INICIATIVA APOIADA		UNIDADE	220	-	55	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
13.027.574	6.607.574	20.000	INICIATIVA APOIADA	UNIDADE	12	

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial.

Análise crítica da ação 8902

Localizador 0015 - Os recursos desta ação e localizador, no total empenhado de R\$ 5.071.667,00, foram destinados para apoio a dezessete projetos:

1- Apoio a 5 (cinco) projetos para obras e serviços de engenharia (pavimentação, recuperação de estradas, construção de quiosques e da Casa do Mel) nos municípios de Garrafão do Norte, Peixe-Boi, Santa Maria das Barreiras, São Félix do Xingu e Tucumã no valor de R\$ 2.200.667,00;

2- Apoio a 12 (doze) projetos para aquisição de máquinas e equipamentos (patrulha mecanizada, caminhões, máquinas e implementos agrícolas e máquina perfuratriz) nos municípios de Garrafão do Norte, Pau D'Arco, Piçarra, Portel, Santa Maria das Barreiras, São Félix do Xingu, Tucumã e Uruará no valor de R\$ 2.871.000,00.

Localizador 0017 - O montante de R\$ 250.000,00 empenhado nesta ação e localizador foi destinado ao apoio de um projeto:

1- Apoio a 1 (um) projeto de construção de feira coberta no município de Nova Rosalândia no valor de R\$ 250.000,00.

Localizador 0051 - O total empenhado de R\$ 9.890.347,00 em recursos desta ação e localizador foi destinado para apoio a trinta projetos:

1- Apoio a 14 (quatorze) projetos para obras e serviços de engenharia (pavimentação, construção de laticínios, centro de conveniência e centro de eventos, implantação de bueiros e iluminação pública) nos municípios de Colíder, Colniza, Denise, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Olímpia, Nova Xavantina, Poxoréo, Ribeirão Cascalheira, São José do Rio Claro, Serra Nova Dourada, Tabaporã, União do Sul e Vila Rica, no valor de R\$ 5.643.505,00;

2- Apoio a 15 (quinze) projetos para aquisição de máquinas e equipamentos (patrulha mecanizada, caminhões, máquinas agrícolas e rolo compactador) nos municípios de Água Boa, Alta Floresta, Alto Boa Vista, Barra do Bugres, Conquista D'Oeste, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Brasilândia, Nova Canaã do Norte, Novo Mundo, Paranatinga, Santa Carmem e Santa Cruz do Xingu, no valor de R\$ 3.746.842,00;

3- Apoio a 1 (um) projeto de fomento a exposição e comercialização de produtos agropecuários no município de Terra Nova do Norte no valor de R\$ 500.000,00.

Localizador 6000 - O total de R\$ 6.880.000,00 empenhados para a ação 8902 localizador 6000, no ano de 2016, foi destinado a sete projetos:

1- Apoio a 6 (seis) projetos para obras e serviços de engenharia (pavimentação, construção de passarela e infraestrutura turística) nos municípios de Afuá/PA, Cruzeiro do Sul/AC, Novo Progresso/PA, Peixe-Boi/PA, Porto Walter/AC e Xinguará/PA, no valor de R\$ 6.680.000,00;

2- Apoio a 1 (um) projeto de aquisição de máquina para suporte a infraestrutura no município de Porto Walter/AC no valor de R\$ 200.000,00.

Com relação à execução física, atingiu-se um percentual de 25% da meta prevista para a ação 8902, entretanto informa-se que houve um superdimensionamento da meta prevista.

Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores

Localizador 6000 - No Localizador 6000 (Na Amazônia Legal) da Ação 8902 foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação 2 (dois) projetos no valor de R\$ 698.000,00:

1- Apoio para a aquisição de "máquinas e equipamentos" com o objetivo de prestar assistência técnica e apoio a piscicultura artesanal, além de proporcionar o crescimento dessa produção no município de Mâncio Lima - AC. O valor de repasse da SUDAM ao projeto foi de R\$ 350.000,00;

2- Apoio para a aquisição de "patrulha mecanizada" com o objetivo de promover a alavancagem do crescimento da produção agrícola em comunidades do município de Brasiléia-AC, onde residem, aproximadamente, 940 famílias. O valor de repasse da SUDAM foi de R\$ 348.000,00.

Localizador 7036 - No Localizador 7036 (Na faixa de fronteira) da Ação 8902 foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação 8 (oito) projetos no valor de R\$ 3.262.574,31:

1- Apoio ao projeto de "aquisição de equipamentos para infraestrutura básica" para o município de Rolim de Moura. O repasse da SUDAM no valor de R\$ 802.750,00 foi feito para o Governo de Rondônia;

2- Pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 500.000,00 do projeto de "Serviços de drenagem, terraplenagem e pavimentação em ruas e avenidas" no município de Boa Vista-RR. O repasse integral da SUDAM será de R\$ 1.000.000,00;

3- Apoio à "Aquisição de patrulha mecanizada" para o município de Plácido de Castro-AC. O valor de repasse da SUDAM foi de R\$ 350.000,00;

4- Pagamento da primeira parcela no valor de R\$ 500.000,00 do projeto de "Construção de galeria de concreto tipo bueiro em zona rural" no município de Santa Luzia D'Oeste-RO. O valor de repasse integral da SUDAM será de R\$ 1.000.000,00;

5- Apoio à "Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas" para o município de Sena Madureira-AC. O valor de repasse da SUDAM foi de R\$ 217.670,00;

6- Apoio à "Aquisição de Máquinas e Equipamentos" para o município de Rodrigues Alves-AC. O valor de repasse da SUDAM foi de R\$ 243.650,00;

7- Apoio à "Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas" para o município de Rio Branco-RR. O valor de repasse da SUDAM foi de R\$ 398.504,31;

8- Apoio à "Aquisição de barcos com motores e caminhonete" para o município de Jordão-AC. O valor de repasse da SUDAM foi de R\$ 250.000,00.

Localizador 6501 - No Localizador 6501 (crédito extraordinário), os recursos desta ação e localizador são provenientes de créditos extraordinários em favor da Sudam no valor de R\$ 2.000.000,00 destinados ao estado de Rondônia, conforme Medida Provisória nº 709 de 30 de dezembro de 2015. Os recursos foram destinados à aquisição de equipamentos para infraestrutura básica.

Localizador 0402 - No Localizador 0402 da Ação 8902 (no município de Macapá) foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação 1 (um) projeto no valor de R\$ 647.000,00:

1- Apoio à Aquisição de Máquinas e Equipamentos para o município de Macapá-AP. O valor de repasse da SUDAM foi de R\$ 647.000,00.

Restos a Pagar Não Processados – Cancelados

Localizador 0051 - No Localizador 0051 da Ação 8902 (no estado do Mato Grosso) foram cancelados, de exercícios anteriores, nesta ação R\$ 20.000,00 de Tangara da Serra/MT por vigência expirada.

Quadro A.2.3.2.7 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 7K66

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	7K66		TIPO: ATIVIDADE			
TÍTULO	APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL LOCAL INTEGRADO					
OBJETIVO	PROMOVER A ESTRUTURAÇÃO DE ATIVIDADES PRODUTIVAS, ARRANJOS PRODUTIVOS E ROTAS DE INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL. CÓDIGO: 0840					
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL CÓDIGO: 2029 TIPO: TEMÁTICO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO, CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS

96.864.773	97.113.992	87.985.815	3.758.181	3.758.181	0	84.227.634
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
				PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
PROJETO APOIADO			UNIDADE	253	-	180
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
6.232.463	2.954.975	250.000	PROJETO APOIADO	UNIDADE	3	

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial.

Análise Crítica da Ação 7K66

Localizador 0011 - No Localizador 0011 da Ação 7K66 (estado de Rondônia) foram apoiados:

- 2 (dois) projetos para aquisição de máquinas e implementos agrícolas no município de Alto Alegre dos Parecis e na Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG do Estado de Rondônia no valor de R\$ 1.070.000,00;

- 1 (um) projeto de construção de espaço alternativo no município de Alvorada d'Oeste no valor de R\$ 312.142,00.

Localizador 0014 - No Localizador 0014 da Ação 7K66 (estado de Roraima) foram apoiados:

- 16 (dezesesseis) projetos para obras e serviços de engenharia (eletrificação rural, construção e recuperação de estradas vicinais, construção de galpão e adequação de rodoviária municipal) no estado de Roraima e nos municípios de Alto Alegre, Amajari, Bonfim, Caracará, Caroebe, Mucajaí, Normandia, Rorainópolis e São Luiz no valor de R\$ 17.146.416,00;

- 8 (oito) projetos para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e perfuratriz para poços artesianos no estado de Roraima e nos municípios de Alto Alegre, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã no valor de R\$ 2.449.171,00;

- 1 (um) projeto de capacitação e assistência técnica no município de Normandia no valor de R\$ 190.852,00.

Localizador 0015 - No Localizador 0015 (estado do Pará) da Ação 7K66 foram apoiados:

- 2 (dois) projetos de implantação de feira coberta nos municípios de Barcarena e Muaná no valor de R\$ 855.503,00;

- 1 (um) projeto de sistema de abastecimento de água no município de Viseu no valor de R\$ 600.00,00.

Localizador 0017 - No Localizador 0017 (estado do Tocantins) da Ação 7K66 foram apoiados:

- 35 (trinta e cinco) projetos para obras e serviços de engenharia (pavimentação, construção de ponte e bueiros, implantação de sistema de abastecimento de água, construção e recuperação de estradas vicinais e construção de praça) nos municípios de Almas, Aurora do Tocantins, Cachoeirinha, Combinado, Conceição do Tocantins, Couto de Magalhães, Dianópolis, Divinópolis, Dois Irmãos do Tocantins, Duerê, Itacajá, Itapiratins, Jaú do Tocantins, Lavandeira, Mateiros,

Miranorte, Monte do Carmo, Natividade, Novo Alegre, Palmeirópolis, Paraíso do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Nacional, Presidente Kennedy, Sandolândia, Santa Rosa do Tocantins, São Félix do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Valério da Natividade e Taipas do Tocantins no valor de R\$ 10.741.534,00;

- 1 (um) projeto de aquisição de equipamentos no município de Chapada da Natividade no valor de R\$ 256.000,00.

Localizador 0021 - No Localizador 0021 (estado do Maranhão) da Ação 7K66 foram apoiados:

- 8 (oito) projetos para obras e serviços de engenharia (pavimentação, construção e ampliação de estradas vicinais e implantação de sistemas de abastecimento de água) nos municípios de Campestre do Maranhão, Centro do Guilherme, Itinga do Maranhão, Lago dos Rodrigues, Maranhãozinho, Olho d'Água das Cunhãs, São João do Paraíso e Serrano do Maranhão no valor de R\$ 3.847.114,00;

- 2 (dois) projetos de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas e escavadeira hidráulica no município de Estreito no valor de R\$ 487.465,00.

Localizador 0051 - No Localizador 0051 (estado do Mato Grosso) da Ação 7K66 foram apoiados:

- 1 (um) projeto de implantação de pavimentação asfáltica no município de Matupá no valor de R\$ 1.071.218,00.

Localizador 0402 - No Localizador 0402 (Município de Macapá-AP) da Ação 7K66 foram apoiados:

- 4 (quatro) projetos para obras e serviços de engenharia (pavimentação, reforma de feira, construção de passarela e readequação de iluminação pública) no município de Macapá no valor de R\$ 7.650.000,00;

- 2 (dois) projetos de aquisição de máquina e caminhão caçamba no município de Macapá no valor de R\$ 1.350.000,00.

Localizador 7190 - No Localizador 7190 (Serviços e Aquisição de equipamentos - no Estado do Pará) da Ação 7K66 foram apoiados:

- Termo de Execução Descentralizado – TED pela Sudam a SDR/MI para atender despesas com aquisição de caminhões compactadores de lixo, caminhões caçamba e lanchas fluviais para transportes de passageiros para municípios do estado do Pará no valor de R\$ 39.958.400,00, atendendo 96 Municípios.

Com relação à Execução Física atingiu-se um percentual de 71,15% do previsto, entretanto informa-se que houve um superdimensionamento da meta prevista.

Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores

Localizador 0014 - No Localizador 0014 (no estado de Roraima) da Ação 7K66 foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação duas parcelas de R\$ 1.227.487,66 no valor de R\$ 2.454.975,33 do projeto de "Implantação de eletrificação rural na vicinal do mel na Região do

Tucano" de valor integral de R\$ 3.682.463,00, o objetivo do projeto é levar energia elétrica ao meio rural proporcionando maior produtividade nos trabalhos laborais com geração de renda e melhora na qualidade de vida, contribuindo para a fixação do homem no campo.

Localizador 0017 - No Localizador 0017 (no estado de Tocantins) da Ação 7K66 foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação 2 (dois) projetos no valor de R\$ 500.000,00:

1- Apoio à "Implantação de pavimentação em bloquete em vias públicas" no município de São Sebastião do Tocantins-TO. O valor de repasse da SUDAM foi de R\$ 250.000,00;

2- Apoio à "Pavimentação em bloquete sextavado de concreto, drenagem de águas pluviais e sinalização viária" no município de Augustinópolis -TO. O valor de repasse da SUDAM foi de R\$ 250.000,00.

Restos a Pagar Não Processados – Cancelados

Localizador 0017 - No Localizador 0017 (no estado de Tocantins) da Ação 7K66 foram cancelados, de exercícios anteriores, nesta ação 1 (um) projeto no valor de R\$ 250.000,00:

1- Apoio à "Implementação de infraestrutura logística com a pavimentação de ruas" no município de São Bento do Tocantins –TO, no valor de R\$ 250.000,00.

Quadro A.2.3.2.8 - Ação/Subtítulos – OFSS /Código: 8172

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	8172		TIPO: ATIVIDADE			
TÍTULO	COORDENAÇÃO E FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL					
OBJETIVO	APRIMORAR A COORDENAÇÃO E A GESTÃO DAS AÇÕES DE PREPARAÇÃO, PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO PARA A PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL POR MEIO DO FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC, INCLUSIVE PELA ARTICULAÇÃO FEDERATIVA E INTERNACIONAL. CÓDIGO: 0172					
PROGRAMA	GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES		CÓDIGO: 2040		TIPO: TEMÁTICO	
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM (X) NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
296.204	250.000	250.000	250.000	0	0	0
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
ENTIDADE APOIADA		UNIDADE	1	-	1	

Fonte: SIOP e Tesouro Gerencial.

Análise Crítica da Ação 8172

Localizador 6000 - No Localizador 6000 (Na Amazônia Legal) da Ação 8172 foram apoiados:

- 1 (um) projeto para atender ao contrato de prestação de serviços com a Fundação de Amparo e Desenvolvimento a Pesquisa – FADESP em apoio a UFPA para execução do projeto “Gestão de risco de desastres na Amazônia: subsídios ao planejamento de ações e estratégias para prevenção e preparação em ações de proteção e defesa civil - proteção Amazônia” no valor de R\$250.000,00.

Algumas considerações são válidas, a saber, os recursos orçamentários e financeiros previstos para 2016, nesta ação, sob a responsabilidade da Coordenação de Defesa Civil – CORDEC/SUDAM, foram totalmente utilizados no apoio financeiro ao referido Projeto, objeto do Termo de Execução Descentralizada nº 688365/2016 celebrado com a Universidade Federal do Pará – Faculdade de Meteorologia, no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

O projeto insere-se dentro das ações de prevenção de proteção e defesa civil, e tem como objetivo o aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e prevenção de alertas temporais de desastres, com base na evolução já alcançada através do monitoramento e previsão de eventos meteorológicos, climáticos e hidrológicos extremos e monitoramento de focos de calor. Envolve também a realização de estudos e pesquisas sobre os impactos dos desastres naturais na Amazônia, como subsídio para a implementação de políticas, estratégias, programas ou ações preventivas e de preparação em proteção e defesa civil, conforme preconiza a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, instituída por meio da Lei nº 12.608/2012.

Quanto à execução orçamentária e financeira as ações de Proteção e Defesa Civil da SUDAM, consignadas no Programa da Coordenação de Defesa Civil - CORDEC foi impactada, em especial pelos seguintes fatores:

- A reduzida disponibilidade de recursos orçamentários destinadas à SUDAM para as ações de Proteção e Defesa Civil em face da dimensão territorial (Amazônia Legal) de sua área de jurisdição e do elevado número de ocorrência de eventos extremos na região;

- O insuficiente quadro técnico e de apoio da Coordenação de Defesa Civil - CORDEC para o desenvolvimento das ações preventivas de defesa civil, considerando a extensa área de abrangência, a Amazônia Legal, além das atividades necessárias ao cumprimento das atribuições regimentais, do plano operativo, da gestão e acompanhamento dos instrumentos firmados (vistorias técnicas, representações em eventos e reuniões técnicas de trabalho; além de instruções/capacitações e palestras a convite de instituições parceiras;

- As vedações do período eleitoral, com destaque ao contido no art. 73, VI, a, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, e art. 50, que proíbe a União e os Estados realizarem transferência voluntária de recursos nos três meses que antecedem as eleições.

Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Neste item foram executadas 02 (duas) Ações conforme quadros a seguir:

Quadro A.2.3.2.9 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS/Código: 20N8

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO	
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL
CÓDIGO	20N8 TIPO: ATIVIDADE
TÍTULO	PROMOÇÃO DE INICIATIVAS PARA O APRIMORAMENTO DA PRODUÇÃO E A INSERÇÃO MERCADOLÓGICA – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL CÓDIGO: 2029 TIPO: TEMÁTICO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
AÇÃO PRIORITÁRIA	(X) SIM () NÃO CASO POSITIVO: () PAC (X) BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES	

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS		
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
600.000	600.000	0	TECNOLOGIA APLICADA	UNIDADE	3

Fonte: SIOF e Tesouro Gerencial.

Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores

Localizador 6000 - No Localizador 6000 (Na Amazônia Legal) da Ação 20N8 foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação 3 (três) projetos no valor de R\$ 600.000,00:

- Apoio parcial ao estudo de "Identificação dos microeixos de transporte dos estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia e Maranhão" com a descentralização de crédito no valor de R\$ 100.000,00 para a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa - FADESP da Universidade Federal do Pará – UFPA;

- Apoio à aquisição de uma "patrulha mecanizada" que tem por objetivo proporcionar assistência técnica continuada, capacitação dos produtores da agricultura familiar, bem como a disponibilização dos maquinários e equipamentos viabilizando o beneficiamento e comercialização da produção em assentamentos no município de Água Boa-MT. O valor de repasse da SUDAM para esse projeto foi de R\$ 200.000,00;

- Apoio ao projeto de "Realização de cursos e oficinas de artesanato" que tem por objetivo capacitar 300 mulheres desempregadas que trabalhem direta ou indiretamente com artesanato em comunidades do município de Mazagão-AP. O valor destinado ao projeto foi de R\$ 300.000,00.

Quadro A.2.3.2.10 - Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar - OFSS/Código: 20N9

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO					
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL				
CÓDIGO	20N9	TIPO: ATIVIDADE			
TÍTULO	APOIO AO ASSOCIATIVISMO E AO COOPERATIVISMO – PLANO BRASIL SEM MISÉRIA				
PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TERRITORIAL CÓDIGO: 2029 TIPO: TEMÁTICO				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA				
AÇÃO PRIORITÁRIA	(X) SIM () NÃO CASO POSITIVO: () PAC (X) BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES					
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS		
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
497.000	497.000	0	ORGANIZAÇÃO APOIADA	UNIDADE	2

Fonte: SIOF e Tesouro Gerencial.

Restos a Pagar não Processados – Exercícios Anteriores

Localizador 6000 - No Localizador 6000 (Na Amazônia Legal) da Ação 20N9 foram pagos, de exercícios anteriores, nesta ação 2 (dois) projetos no valor de R\$ 497.000,00:

- Apoio ao Projeto: "Mulheres de talentos, costurando e bordando tapeçaria" que tem por objetivo a qualificação social e profissional de 150 mulheres no município de Ferreiras Gomes-AP. O valor destinado ao Projeto foi de R\$ 297.000,00;

- Apoio ao Projeto: "Realização de oficinas de empreendedorismo para mulheres castanheiras na Comunidade de Maracá", que tem por objetivo promover a organização e

cooperação das mulheres castanheiras do Maracá; desenvolver o arranjo produtivo local dos derivados da Castanha do Brasil e ampliar as oportunidades de acesso ao mercado de derivados dessa Castanha no município de Mazagão-AP. O valor destinado ao Projeto foi de R\$ 200.000,00.

2.3.3. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A UPC de Prestação de Contas da Coordenação de Convênios e Monitoramento - CCOM iniciou as suas atividades no mês de Março de 2015 quando passou a fazer o acompanhamento dos convênios em fase final de execução e a sua posterior conclusão de prestação de contas, bem como a verificação eventual de alguns ajustes que apresentavam essa etapa incompleta.

Desde o início, até o mês de dezembro de 2015, a unidade contava com uma estrutura funcional de 3 (três) economistas e 1 (uma) contadora. E como ferramenta de suporte para as atividades, eram utilizados 4 computadores desktops - sistema operacional Windows 7- utilizando nestes o sistema SICONV do Governo Federal.

Houve padronização de procedimentos internos de prestação de contas para uniformizar os procedimentos/processos internos, através da utilização de *check-lists*, ofícios e pareceres, dentre outros, objetivando desta forma, o aumento da eficiência da análise da unidade.

Quanto à capacitação, o primeiro curso oferecido foi referente à fase de execução com visão de concedente no SICONV, realizado entre os dias 22 e 24 de Abril de 2015. Nesse mesmo período, foi agendada a realização posterior de dois outros cursos, que não foram realizados, sobre prestação de contas financeira e Legislação referente a convênios/prestação de contas.

Até dezembro de 2016 não houve nenhum outro curso de capacitação adicional sobre prestação de contas ou curso correlato. Apesar de ter ocorrido o curso sobre SICONV, não houve aprofundamento suficiente para garantir segurança nos procedimentos tomados durante a execução/prestação de contas física e financeira no SICONV.

Destaca-se que existe uma complexidade em relação à análise de prestação de contas, tendo em vista que surgem novos casos a serem analisados, com suas especificidades, e devido a nossa falta de conhecimento técnico, passamos naquele momento a construir uma linha de raciocínio para o desempenho de nossas atividades.

Quadro A.2.3.3.1 - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam					
UG/GESTÃO:	533013/53202					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no Exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	167	31	11	109.674.179	21.738.537	6.313.911
Termo de Cooperação	1	3	3	1.123.732	799.945	3.715.908
Totais	168	34	14	110.797.911	22.538.482	10.029.819

Fonte: CCOM/CGCOM

Quadro A.2.3.3.2 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse

Unidade Concedente		
Nome: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam		
UG/GESTÃO: 533013/53202		
Exercício	Quantitativos e Montante	Instrumentos

da Prestação das Contas	Repassados		(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasso
Exercício do relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	20	4	0
		Montante Repassado	8.685.539,96	2.938.668,00	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0
Exercícios Anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0	0	0

Fonte: CCOM/ Setor de análise de Prestação de Contas

Quadro A.2.3.3.3 - Situação da análise das contas prestadas no exercício 2016

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam			
UG/GESTÃO: 533013/53202			
Contas repassadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios	Termo de Cooperação
Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	18	4
	Quantidade Reprovada	2	0
	Quantidade de TCE	2	0
	Montante Repassado (R\$)	8.685.539,96	2.938.668,00
Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
	Montante Repassado (R\$)	0	0

Fonte: CCOM/ Setor de análise de Prestação de Contas

Quadro A.2.3.3.4 - Perfil dos atrasos das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam					
UG/GESTÃO: 533013/53202					
Instrumentos de transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 30 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	5	1	0	0	0
Termo de Cooperação					

Fonte: CCOM/ Setor de análise de Prestação de Contas

Análise Crítica

Desde o início das atividades da unidade de prestação de contas vinculadas a Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento - CGCOM, a partir do mês de março até o mês de dezembro de 2015, a unidade contava com uma estrutura funcional de 3 (três) economistas e 1 (uma) contadora, e no final de 2016 a unidade contava com mais 01 (uma) contadora e 01 (uma) técnica de contabilidade, num total de 07 servidores. E como ferramenta de suporte para as atividades, eram utilizados 4 computadores desktops - sistema operacional Windows 7 – utilizando nestes o sistema SICONV do Governo Federal.

Houve padronização de procedimentos internos de prestação de contas para uniformizar os procedimentos / processos internos, através da utilização de check list, ofícios e pareceres, dentre outros, objetivando desta forma, o aumento da eficiência da análise da unidade.

Quanto à capacitação, o 1º curso oferecido foi referente à fase de execução com visão de concedente no SICONV, realizado entre os dias 22 e 24 de Abril de 2015. Nesse mesmo período,

foram agendadas a realização posterior de dois outros cursos, que não foram realizados, prestação de contas financeira e Legislação referente a convênios / prestação de contas.

Até dezembro de 2015 não houve nenhum outro curso de capacitação adicional sobre prestação de contas ou curso correlato. Apesar de ter ocorrido o curso sobre SICONV, não houve aprofundamento suficiente para garantir segurança nos procedimentos tomados durante a execução/prestação de contas física e financeira no SICONV.

O quadro constante no anexo III representa o tipo e a identificação da transferência, do beneficiário, os valores e as contrapartidas pactuadas, os repasses efetuados no exercício e acumulados até o final do exercício, as datas de início e fim de vigência, considerando todos os termos aditivos, bem como a situação da transferência registrada no SIAFI.

2.3.4. Informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da DA

Quadro A.2.3.4.1 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 00M1

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	00M1		TIPO: OPERAÇÕES ESPECIAIS			
TÍTULO	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXÍLIO-FUNERAL E NATALIDADE					
INICIATIVA	DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS COM O PAGAMENTO DE AUXÍLIO-FUNERAL À SERVIDORES E APOSENTADOS E AUXÍLIO NATALIDADE À SERVIDORA POR MOTIVO DE NASCIMENTO DE FILHO.					
OBJETIVO	CUSTEAR AS DESPESAS COM O FUNERAL DEVIDO À FAMÍLIA DO SERVIDOR OU DO MILITAR FALECIDO NA ATIVIDADE OU APOSENTADO OU A TERCEIRO QUE CUSTEAR, COMPROVADAMENTE, AS DESPESAS COM O FUNERAL DO EX-SERVIDOR OU DO EX-MILITAR, BEM COMO COM O PAGAMENTO DE AUXÍLIO NATALIDADE DEVIDO À SERVIDORA OU MILITAR, CÔNJUGE OU COMPANHEIRO SERVIDOR PÚBLICO OU MILITAR POR MOTIVO DE NASCIMENTO DE FILHO.CÓDIGO:					
PROGRAMA	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MI CÓDIGO: 2111 TIPO: GESTÃO E MANUTENÇÃO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	()SIM ()NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
21.204	21.204	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
PESSOA BENEFICIÁRIA - BENEFÍCIO AUXÍLIO NATALIDADE		UNIDADE				1
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA.

Análise

Não houve despesas empenhadas nessa ação, tampouco restos a pagar de exercícios anteriores a serem liquidados ou cancelados.

Quadro A.2.3.4.2 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 09HB

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	09HB TIPO: OPERAÇÕES ESPECIAIS					
TÍTULO	CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.					
INICIATIVA	ASSEGURAR O PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS					
OBJETIVO	PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NA FORMA DO ART. 8º DA LEI Nº 10.887, DE 18/06/2004.					
PROGRAMA	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MI CÓDIGO: 2111 TIPO: GESTÃO E MANUTENÇÃO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM () NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
4.160.000	4.298.344	4.133.453,52	4.133.453,52	4.133.453,52	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
PESSOA BENEFICIADA		UNIDADE	224		224	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA.

Análise

Foram efetuados recolhimentos de Previdência Social de 224 servidores do quadro de pessoal desta Autarquia, assim distribuídos: 202 ativos permanente, 14 aposentados, 1 requisitados, 3 cedido, 2 excedentes de lotação e 2 servidores em exercício descentralizado de carreira/requisitados da Advocacia Geral da União – AGU.

Para o exercício, os recursos aprovados pela LOA/2016 foram de R\$ 4.160.000,00, entretanto, houve suplementação de recursos no valor de R\$ 138.344,00, sendo executado o valor de R\$ 4.133.453,00 conforme demonstrado nos registros do SIAPE e SIAFI.

Quadro A.2.3.4.3 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO	
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL
CÓDIGO	2000 TIPO: OPERAÇÕES ESPECIAIS
TÍTULO	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
INICIATIVA	ATENDER AS DEMANDAS DE SERVIÇOS E COMPRAS DURANTE O EXERCÍCIO PARA O BOM ANDAMENTO DAS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO, CONFORME PACOS – PLANEJAMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS.
OBJETIVO	PAGAMENTO DAS DESPESAS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO COM RECURSOS LIBERADOS PARA O ÓRGÃO DURANTE O EXERCÍCIO.
PROGRAMA	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MI CÓDIGO: 2111 TIPO: GESTÃO E MANUTENÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	()SIM ()NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
10.247.306,00	7.793.841,00	7.091.237,67	5.800.506,32	5.796.585,30	3.921,02	1.290.731,35
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
				PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
1.741.529,45	686.323,93	963.490,64				

Fonte: DA.

Análise

A dotação inicial para a ação Administração da Unidade foi de R\$ 10.247.30,00; mas após o contingenciamento, dessa dotação autorizada, foi estabelecido o limite orçamentário no valor de R\$ 7.793.841,00, sendo que R\$ 1.017.658,00 são para despesas de capital e R\$ 6.776.183,00 para despesas de custeio.

A dotação final para Capacitação de Servidores Públicos Federais foi de R\$120.000,00, da qual foi descentralizado o valor de R\$ 28.365,00 em favor da UG 170216-CRTE/PA. Foi empenhado o valor de R\$ 59.047,84, dos quais foram liquidados R\$ 58.748,44.

A dotação final para Tecnologia da Informação foi de R\$ 1.448.626,00, da qual foi empenhada R\$ 1.130.146,47 e liquidada e paga R\$ 502.004,87. Destes, R\$ 284.090,00 foram despesas de capital com equipamentos e materiais permanentes e R\$ 217.914,87 despesas correntes com serviços contratados de terceiros.

Quadro A.2.3.4.4 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	2000	TIPO: OPERAÇÕES ESPECIAIS				
TÍTULO	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
INICIATIVA	ATENDER AS DEMANDAS DE SERVIÇOS E COMPRAS DURANTE O EXERCÍCIO PARA O BOM ANDAMENTO DAS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO, CONFORME PACOS – PLANEJAMENTO DE COMPRAS, OBRAS E SERVIÇOS.					
OBJETIVO	PAGAMENTO DAS DESPESAS DE CUSTEIO E INVESTIMENTO COM RECURSOS LIBERADOS PARA O ÓRGÃO DURANTE O EXERCÍCIO.					
PROGRAMA	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO CÓDIGO: 2125 TIPO: GESTÃO E MANUTENÇÃO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA						
AÇÃO PRIORITÁRIA	()SIM ()NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO

						PROCESSADOS
0,00	0,00	76.452,00	76.452,00	76.452,00	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
				PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA.

Análise

O montante de R\$ 76.452,00 é referente ao rateio de despesas condominiais, custeadas pelo programa 2125-Programa de gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, não figurando na dotação orçamentária da Sudam.

Quadro A.2.3.4.5 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	2004 TIPO: OPERAÇÕES ESPECIAIS					
TÍTULO	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES					
INICIATIVA	PROPORCIONAR AOS SERVIDORES, EMPREGADOS, SEUS DEPENDENTES E PENSIONISTAS, CONDIÇÕES PARA A SAÚDE FÍSICA E MENTAL.					
OBJETIVO	CONCESSÃO DO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICOS AOS SERVIDORES, EMPREGADOS, ATIVOS, INATIVOS, DEPENDENTES E PENSIONISTAS.					
PROGRAMA	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MI CÓDIGO: 2111 TIPO: GESTÃO E MANUTENÇÃO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	()SIM ()NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.260.000,00	1.260.000,00	1.259.999,30	1.105.532,49	1.105.532,49	0,00	154.466,81
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
				PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
PESSOA BENEFICIADA			UNIDADE			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
77.150,72	68.136,69	9.014,03				

Fonte: DA.

Análise

Foram empenhados R\$ 1.259.999,30 e liquidados e pagos R\$ 1.105.532,49, destes R\$ 1.095.391,13 gastos com serviços contratados de terceiros e R\$ 9.568,44 com indenizações e restituições a servidores.

Quadro A.2.3.4.6 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2000

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	() INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	2010 TIPO: OPERAÇÕES ESPECIAIS					
TÍTULO	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
INICIATIVA	OFERECER AOS SERVIDORES DURANTE A JORNADA DE TRABALHO, CONDIÇÕES ADEQUADAS AOS SEUS DEPENDENTES, CONFORME ART. 3º, DECRETO 977, DE 10/11/93.					
OBJETIVO	CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR, PAGO DIRETAMENTE NO CONTRA-CHEQUE, A PARTIR DE REQUERIMENTO, AOS SERVIDORES E EMPREGADOS QUE TENHAM FILHOS, EM IDADE PRÉ-ESCOLAR, CONFORME DISPÕE O DECRETO 977/93.					
PROGRAMA	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MI CÓDIGO: 2111 TIPO: GESTÃO E MANUTENÇÃO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM () NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
18.000,00	75.070,00	67.440,56	67.440,56	67.440,56	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
				PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
PESSOAS ASSISTIDAS			UNIDADE			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA.

Quadro A.2.3.4.7 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2011

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	() INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	2011 TIPO: OPERAÇÕES ESPECIAIS					
TÍTULO	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
INICIATIVA	EFETIVAR O PAGAMENTO DE AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS NOS DESLOCAMENTOS DE SUA RESIDÊNCIA PARA O LOCAL DE TRABALHO, E VICE-VERSA, DE ACORDO COM A LEI 7.418/85 E ALTERAÇÕES E MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.165-36 DE 23/08/2001.					
OBJETIVO	PAGAMENTO DE AUXÍLIO TRANSPORTE EM PECÚNIA DE NATUREZA JURÍDICA INDENIZATÓRIA, DESTINADO AO CUSTEIO PARCIAL DAS DESPESAS REALIZADAS COM TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL OU INTERESTADUAL PELOS MILITARES, SERVIDORES E EMPREGADOS PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DA UNIÃO, NOS DESLOCAMENTOS DE SUAS RESIDÊNCIAS PARA O LOCAL DE TRABALHO E VICE-VERSA.					
PROGRAMA	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MI CÓDIGO: 2111 TIPO: GESTÃO E MANUTENÇÃO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM () NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
216.000,00	216.000,00	37.432,15	37.432,15	37.432,15	0,00	0,00

EXECUÇÃO FÍSICA					
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META		
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
PESSOAS BENEFICIADAS		UNIDADE			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES					
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS		
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA
0,00	0,00	0,00			

Fonte: DA.

Quadro A.2.3.4.8 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 2012

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	2012 TIPO: OPERAÇÕES ESPECIAIS					
TÍTULO	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES					
INICIATIVA	CONCEDER AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO, SOB FORMA DE PECÚNIA, PAGO NA PROPORÇÃO DOS DIAS TRABALHADOS E CUSTEADO COM RECURSOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE DE LOTAÇÃO OU EXERCÍCIO DO SERVIDOR OU EMPREGADO.					
OBJETIVO	PAGAMENTO EM CARÁTER INDENIZATÓRIO E SOB FORMA DE PECÚNIA O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS ATIVOS, DE ACORDO COM A LEI 9.527/97.					
PROGRAMA	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MI CÓDIGO: 2111 TIPO: GESTÃO E MANUTENÇÃO					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM () NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.080.000,00	1.258.819,00	1.245.660,20	1.245.660,20	1.245.660,20	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META		UNIDADE DE MEDIDA	META			
			PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA	
PESSOAS BENEFICIADAS		UNIDADE				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA.

Quadro A.2.3.4.9 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 20TP

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO	
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL
CÓDIGO	20TP TIPO: OPERAÇÕES ESPECIAIS
TÍTULO	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO
INICIATIVA	GARANTIR MENSALMENTE O PAGAMENTO DOS PROVENTOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DA UNIÃO, QUE TRABALHAM E CONTRIBUEM NAS ATIVIDADES EXECUTADAS PELO ÓRGÃO.
OBJETIVO	PAGAMENTO DE PROVENTOS AOS SERVIDORES ATIVOS DA UNIÃO.
PROGRAMA	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MI CÓDIGO: 2111 TIPO: GESTÃO E MANUTENÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM () NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO	

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
24.553.014,00	28.664.785,00	28.268.895,60	28.268.895,60	28.268.895,60	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
				PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
PESSOA BENEFICIADA			UNIDADE			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA.

Quadro A.2.3.4.10 – Ação/Subtítulos – OFSS/Código: 0181

IDENTIFICAÇÃO DA AÇÃO						
RESPONSABILIDADE DA UPC NA EXECUÇÃO DA AÇÃO	(X) INTEGRAL () PARCIAL					
CÓDIGO	0181	TIPO: OPERAÇÕES ESPECIAIS				
TÍTULO	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS					
INICIATIVA	GARANTIR O PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS - NACIONAL					
OBJETIVO	PAGAMENTO DE PROVENTOS ORIUNDOS DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO PODER EXECUTIVO OU DOS SEUS PENSIONISTAS.					
PROGRAMA	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO CÓDIGO: 0089 TIPO: PREVIDÊNCIA					
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	53202 - SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA					
AÇÃO PRIORITÁRIA	() SIM () NÃO CASO POSITIVO: () PAC () BRASIL SEM MISÉRIA () OUTRAS					
LEI ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA						
DOTAÇÃO		DESPESA			RESTOS A PAGAR DO EXERCÍCIO	
INICIAL	FINAL	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS
1.078.350,00	1.301.031,00	1.244.693,07	1.244.693,07	1.244.693,07	0,00	0,00
EXECUÇÃO FÍSICA						
DESCRIÇÃO DA META			UNIDADE DE MEDIDA	META		
				PREVISTA	REPROGRAMADA	REALIZADA
PESSOA BENEFICIADA			UNIDADE			
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES						
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA			EXECUÇÃO FÍSICA - METAS			
VALOR EM 1º JANEIRO	VALOR LIQUIDADADO	VALOR CANCELADO	DESCRIÇÃO DA META	UNIDADE DE MEDIDA	REALIZADA	
0,00	0,00	0,00				

Fonte: DA.

2.3.5. Informações sobre execução de despesas

Quadro A.2.3.5.1 – Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2016	2015	2016	2015
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.114.090,75	4.416.456,57	4.114.090,75	4.416.456,57
a) Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00

c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	4.114.090,75	4.416.456,57	4.114.090,75	4.416.456,57
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	2.467.835,18	1.923.572,85	2.467.835,18	1.923.572,85
h) Dispensa	834.902,95	692.009,49	834.902,95	692.009,49
i) Inexigibilidade	1.632.932,23	1.231.563,36	1.632.657,23	1.231.563,36
3. Regime de Execução Especial	16.103,42	8.396,79	16.103,42	8.396,79
j) Suprimento de Fundos	16.103,42	8.396,79	16.103,42	8.396,79
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	33.794.446,71	30.647.848,39	33.794.446,71	30.436.246,85
k) Pagamento em Folha	33.647.042,19	30.408.469,13	33.647.042,19	30.196.867,59
l) Diárias	147.404,52	239.379,26	147.404,52	239.379,26
5. Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Total (1+2+3+4+5)	40.392.476,06	36.996.274,60	40.392.476,06	36.784.673,06

Fonte: DA.

Análise

Na modalidade de contratação, as licitações que tiveram maior relevância foram as seguintes modalidades: a) Pregão que são em sua maioria contratos de serviços terceirizados como de limpeza, vigilância, manutenção predial, apoio administrativo, fornecimento de passagens aéreas, telefonia, aquisição de software entre outros, com 6,84% de decréscimo, comparado a 2015, o equivalente a R\$302.365,82; b) Dispensa, em 2016, houve um aumento de 20,65% em relação a 2015, equivalente a R\$142.893,46; c) Inexigibilidade são contratos de serviços médicos, odontológicos e de capacitação, com aumento de 32,59% em relação a 2015, equivalente a R\$401.368,87; d) Suprimento de Fundos houve um acréscimo considerável de 91,78%, equivalente a R\$7.706,63, devido ao aumento na demanda de viagem de fiscalização de convênios e também de aquisições de materiais e serviços. Quanto ao decréscimo no valor gasto com diárias equivalente a 38,42% em relação a 2015, foi para cumprir uma determinação do Ministério da Integração nacional para redução de gastos com diárias e passagens aéreas no âmbito do Governo Federal.

Quadro A.2.3.5.2 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	33.647.042,19	30.408.469,13	33.647.042,19	30.408.469,13	0,00	0,00	33.794.255,72	30.196.867,59
01 - Aposentadorias e Reformas	1.172.654,65	1.021.968,35	1.172.654,65	1.021.968,35	0,00	0,00	1.172.654,65	983.448,14
11 - Vencimento e Vantagens Fixas	26.977.800,01	24.849.900,95	26.977.800,01	24.849.900,95	0,00	0,00	27.125.013,54	24.676.819,62
13 - Obrigações Patronais	4.540.635,02	4.215.210,08	4.540.635,02	4.215.210,08	0,00	0,00	4.540.635,02	4.215.210,08
Demais elemento do grupo	955.952,51	321.389,75	955.952,51	321.389,75	0,00	0,00	955.952,51	321.389,75
3. Outras Despesas Correntes	12.589.450,20	12.519.972,91	8.132.309,04	8.407.244,47	4.457.141,16	4.112.728,44	11.290.188,80	8.399.058,34
14 - Diárias Civil	147.404,52	239.379,26	147.404,52	239.379,26	0,00	0,00	147.404,52	239.379,26
33 - Passagens e Desp. Locomoção	283.734,42	465.499,05	283.734,42	465.499,05	0,00	0,00	283.734,42	465.499,05
37 - Locação de Mão de Obra	3.315.817,98	3.378.289,87	3.064.605,26	3.132.822,21	251.212,72	245.467,66	3.234.567,09	3.132.822,21
39 - Outros Serviços de terceiros PJ	3.568.419,04	3.833.994,32	2.783.389,79	2.732.472,75	785.029,25	1.101.521,57	3.078.277,15	2.732.472,75
Demais elemento do grupo	5.274.074,24	4.602.810,41	1.853.175,05	1.837.071,20	3.420.899,19	2.765.739,21	4.546.205,62	1.822.855,07
DESPESAS DE CAPITAL								

Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	108.674.257,61	20.894.990,14	10.984.811,61	3.100	97.689.446,00	20.891.890,14	20.988.521,09	3.100
42 - Auxílios	108.055.199,00	20.688.537,31	10.677.662,00	0,00	97.377.537,00	20.688.537,31	20.538.711,64	0,00
51 - Obras e Instalações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
52 - Equipamentos e Material Permanente	339.064,61	206.452,83	307.149,61	3.100	31.915,00	203.352,83	449.809,45	3.100
Demais elemento do grupo	279.994,00	0,00	0,00	0,00	279.994,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DA.

Análise

Na execução orçamentária com Despesas Correntes, de 2015 para o exercício de 2016, houve um acréscimo de 10,65% nas despesas com pessoal equivalente a R\$ 3.238.573,06. Nas Outras Despesas Correntes houve aumento de 0,55%, equivalente a R\$ 69.477,29.

As despesas de maior relevância são referentes às: a) diárias com um decréscimo de 38,42%, correspondendo a R\$ 91.974,74; b) passagens e despesas com locomoção, uma redução de 39,05%, equivalente a R\$ 181.764,63; c) locação de mão de obra com redução de 1,85%, correspondendo a R\$ 62.471,89; d) outros serviços de terceiros PJ com decréscimo de 6,92%, representando R\$ 265.575,28; e) demais elementos do grupo houve acréscimo de 14,58%, que equivale a R\$ 671.263,83.

Nas Despesas de Capital houve um acréscimo considerável de 420,10%, equivalente a R\$ 87.779.267,47. Dessas destacam-se as despesas com: a) auxílios tratam de valores repassados em forma de transferências voluntárias, sendo que em 2016 houve um aumento de 422,29% equivalendo a R\$ 87.366.661,69, mas, do montante empenhado, apenas R\$ 10.677.662,00 foi liquidado; b) equipamento e material permanente constitui-se em aparelhos e equipamentos de informática, mobiliários para a melhoria das instalações e desenvolvimento das atividades da Sudam, houve um aumento de 64,23%, correspondendo a R\$ 132.611,78; c) demais elementos do grupo, empenhou-se o montante de R\$ 279.994,00 com serviços de terceiros, mas nada foi liquidado.

2.3.6. Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro A.2.3.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	533013	SUDAM			18	38.800,13	3.000,00
2015	533013	SUDAM			09	8.396,79	5.000,00

Fonte: SIAFI/COFI.

Quadro A.2.3.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	533013	SUDAM			18	0	16.103,42	16.103,42
2015	533013	SUDAM			09	0	8.396,79	8.396,79

Fonte: SIAFI/COFI.

Quadro A.2.3.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

UG DO SIAFI		CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO GASTO		
CÓDIGO	SIGLA	ELEMENTO DE DESPESA	SUBITEM DA DESPESA	TOTAL
533013	SUDAM	33390.30.00 MATERIAL DE CONSUMO	33390.30.01 COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	3.636,66
			33390.30.03 COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	230,05
			33390.30.16 MATERIAL DE EXPEDIENTE	454,70
			33390.30.17 MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	1.136,49
			33390.30.26 MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	13,98
		33390.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	33390.33.03 LOCAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE	7.061,50
			33390.33.96 DESPESAS COM LOCOMOCAO – PGTO. ANTECIPADO	459,25
			33390.33.99 OUTRAS DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	890,79
		33390.39.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	33390.39.16 MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	2.220,00

Fonte: SIAFI/COFI.

Análise

No exercício de 2016, houve um acréscimo de 100% na escala de uso do GPGF em relação ao ano anterior. Foram concretizadas 18 (dezoito) solicitações de Suprimento de Fundos com Cartão de Pagamento do Governo Federal em 2016, enquanto que, no exercício de 2015, foram 09 (nove) processos de solicitação.

Nas despesas de Suprimento de Fundos houve um acréscimo considerável de 91,78%, totalizando o valor de R\$ 16.103,42 (Dezesseis mil cento e três reais e quarenta e dois centavos), em comparação com o exercício de 2015 que totalizou R\$ 8.396,79 (Oito mil trezentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos). Houve acréscimo tanto para viagem de fiscalização de convênios como também para aquisições de serviços e materiais para suprir as necessidades urgentes desta instituição no exercício de 2016.

A SUDAM somente recorreu ao instituto do suprimento de fundos em situações de caráter excepcional, comprovada a necessidade nos termos da Lei, a fim de que não houvesse prejuízo ao bom andamento das atividades da instituição, sejam na área administrativa, predial e viagens a serviço de fiscalizações e vistorias técnicas de convênios.

2.3.7. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro A.2.3.7 – Despesas com publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			

Legal	2111/2000	99.000,00	84.376,12
Mercadológica			
Utilidade pública			

Fonte: DA.

Análise

Nesta ação, a SUDAM possui contrato com duas empresas prestadoras de serviços com publicidade. Uma é o Fundo de Imprensa Nacional – FUNIN, para cobrir despesas com publicações no Diário Oficial da União, de atos oficiais e demais matérias de interesse do órgão e a outra é a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, para cobrir despesas com prestação de serviços de distribuição de publicidade impressa ou eletrônica.

Durante o exercício de 2016, foi empenhado ao FUNIN o valor de R\$ 89.000,00 e pago R\$ 77.109,43 e empenhado para a EBC o valor de R\$ 10.000,00 e pago R\$ 7.266,69.

2.4. Desempenho operacional

2.4.1. COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (CPOR)

O monitoramento do orçamento da SUDAM, no exercício de 2016, foi realizado através dos relatórios de execução orçamentária que tiveram por objetivo apresentar o desempenho dos recursos liberadas para a SUDAM e, conseqüentemente, do Plano de Ação em dois períodos distintos (JAN-JUN; JAN-DEZ) de 2016, sendo desta forma um meio para melhorar a aplicação dos recursos destinados à Autarquia.

No ano de 2016, procurou-se desenvolver com eficiência as atividades inerentes às competências da CPOR, tais como:

a) Elaboração do Plano de Ação 2016 contendo as ações orçamentárias e não orçamentárias, detalhando as prioridades e atividades elencadas pelas Coordenações, tendo sido aprovado pela Diretoria Colegiada da SUDAM através da Resolução nº 06, de 01 de março de 2017;

b) Elaboração da proposta orçamentária 2017, qualitativa e quantitativa (PLOA e LOA);

c) Discussão dos ajustes (cortes) da proposta orçamentária junto às Diretorias da SUDAM e ao MI;

d) Recebimento e cadastro dos Programas/Ações no Portal dos Convênios – SICONV das Emendas Parlamentares e dos Programas/Ações do Plano de Ação SUDAM, de acordo com o limite orçamentário disponível;

e) Elaboração de critérios para transferências voluntárias para atendimento ao disposto no art. 81 da Lei Nº 13.408 de 26 de dezembro de 2016 - LDO 2016, aprovados em conjunto com o Plano de Ação SUDAM 2016, através da Resolução nº 06, de 01 de março de 2016, da Diretoria Colegiada da SUDAM;

f) Elaboração de Pareceres Orçamentários das Emendas Parlamentares e das demandas apresentadas à SUDAM via SICONV e de Ofício, onde foram emitidos 213 (duzentos e treze) pareceres da análise orçamentária, perfazendo uma média de 53/técnico ao longo do ano de 2016;

g) Elaboração do Relatório de Execução Orçamentária da SUDAM, onde foram elaborados 02 (dois) Relatórios, sendo, um referente ao ano de 2015 e o outro ao primeiro semestre de 2016; e

h) Acompanhamento da execução orçamentária dos programas finalísticos e das Emendas Parlamentares.

2.4.2. COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO (CGEAP)

A CGEAP atenta à exigência cada vez maior do mercado e para superar os desafios que se apresentam no processo de oferta de produtos e serviços produziu em 2016 insumos voltados para o planejamento do desenvolvimento regional utilizados nas ações desenvolvidas pela SUDAM e disponibilizando aos estados, municípios e a sociedade em geral, proposta de ações inovadoras atendendo essa exigência. Assim, no exercício de 2016 esta Unidade destacou as seguintes ações realizadas:

a) Formulação de Diretrizes e Prioridades para os Instrumentos de Desenvolvimento Regional

- Elaboração da Proposta de “Diretrizes e Prioridades para Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, 2017” – A CGEAP emitiu parecer estabelecendo as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FNO para 2017 observando as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério de Integração Nacional e em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR e o Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia – PRDA. A referida proposta foi aprovada, “ad referendum”, pelo Conselho Deliberativo da SUDAM por meio do Ato nº34, de 12/08/2016, publicado na Seção 1 do DOU de 18/08/2016 .
- Análise e Parecer Técnico do “Relatório de Aplicação dos Recursos do FNO exercício 2015”- Emissão do PARECER TÉCNICO/CGEAP/DIPLAN Nº01/2016, de 14/04/2016, no cumprimento do mister desta Coordenação, referente ao cumprimento das diretrizes e prioridades para o referido exercício. O citado parecer é peça contributiva na composição do parecer final de avaliação do Relatório das atividades desenvolvidas e dos resultados obtidos do FNO, apresentado pelo Banco da Amazônia, em atendimento ao que disciplina o inciso II, do art. 18 do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014.
- Elaboração e aprovação das “Diretrizes e Prioridades para Aplicação dos Recursos do FDA 2017” - A CGEAP emitiu parecer estabelecendo as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, observadas as diretrizes e orientações gerais, estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional – MI no financiamento aos empreendimentos de grande relevância para a economia regional, aprovado “ad referendum” por intermédio do Ato nº36, de 20 de dezembro de 2016.

b) Implementação da Base de Dados da Amazônia Legal

- Boletim Amazônia - Em 2016, a CGEAP elaborou 02 (dois) boletins técnicos versando sobre Educação: Básica e Superior. Os indicadores apresentados nestes boletins visam mostrar a realidade da região no que diz respeito à cobertura e à qualidade da Educação Básica e Superior, permitindo acompanhar os avanços alcançados e as deficiências do sistema educacional na Amazônia Legal, apontando quais os problemas e necessidades que carecem de políticas específicas que atendam as demandas da Educação Básica e Superior, do alunado, de docentes e das comunidades locais.

c) Implantação de Projetos de Integração

- Integração da Faixa de Fronteira – Buscando levantar questões, hipóteses e conhecer melhor a realidade local das Fronteiras Amazônicas, visando contribuir para a melhoria das políticas públicas sobre fronteiras a CGEAP, em 2016, participou em Roraima de oficinas de trabalho, capitaneada pelo Ministério da Integração Nacional, onde foram realizadas além de apresentações e avaliações em grupo, trabalhos de campo nos municípios de Santa Helena de Uairen, Pacaraima e Bonfim, juntamente com atores dos Estados Fronteiriços(Arco Norte).
- Nova Regionalização do IBGE – A SUDAM elaborou Parecer Técnico sobre a nova proposta de regionalização do IBGE, com o objetivo de avaliar, revisar e ajustar a nova proposta de divisão regional do território brasileiro em Regiões geográficas imediatas (RGIs) e Regiões Geográficas Intermediárias (RGInts), especificamente nos Estados que compreendem a área de atuação da SUDAM contribuindo para o aprimoramento do recorte proposto considerando as especificidades e as desigualdades intrarregionais, bem como a implementação das políticas públicas que garantam o desenvolvimento socioeconômico da região. Aproximadamente 66% das sugestões apontadas pela Sudam foram acatadas pela equipe técnica do IBGE.

d) Gestão de Planos Regionais e Estaduais de Desenvolvimento

- Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (Plano Marajó): Cumprindo o Art. 5º da Portaria Nº 269 de 21 de julho de 2014 do Ministério da Integração Nacional que instituiu a SUDAM como Coordenadora Executiva do Comitê Gestor de Políticas Inter setoriais do Plano Marajó, a SUDAM vem fortalecendo as articulações com as instituições que atuam no Arquipélago do Marajó. Desde o primeiro semestre de 2016, vem ocorrendo reuniões com a Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM em que são discutidas estratégias de atuação conjunta naquele arquipélago. Em Novembro de 2016, com a presença de dez instituições que atuam no Marajó, esta Autarquia promoveu um encontro, onde ficou evidente a necessidade desta atuação articulada para tomada de decisões quanto às políticas implementadas no Arquipélago. Como Coordenadora-Executiva do Plano Marajó, a SUDAM, tomou assento no Conselho Gestor da APA Marajó e vem promovendo visitas aos diversos órgãos federais e estaduais.
- Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRS-Xingu (Plano Xingu): Até a presente data a SUDAM ainda não conseguiu assento no Comitê Gestor do PDRS, tendo como consequência a não ingerência da SUDAM na atuação do Plano, o que não impede o acompanhamento via internet dos dados disponibilizados pelo IBGE, PNUD e FAPESPA bem como ONG'S com atuação local, desta forma, 2016 a CGEAP intensificou e sistematizou o processo de acompanhamento das atividades de forma remota e emitiu Relatório Gerencial com um apanhado estatístico objetivando acompanhar e registrar as atividades na área de abrangência do Plano Xingu.
- Consórcio Tapajós – No ano de 2016 a SUDAM, a convite do Governo do estado do Pará, participou do Grupo de trabalho Permanente do Tapajós (GT-Tapajós), criado pelo Governo do Estado por meio do decreto nº 1.535, de 04 de maio de 2016, com a finalidade de estabelecer estratégias de atuação, tendo em vista ações dirigidas ao desenvolvimento sustentável na região.
- Foi elaborado pela CGEAP um Relatório Intermunicipal do Tapajós, com a atualização dos Indicadores econômicos e sociais e levantamento das ações dos entes federativos na região do Consórcio.

2.4.3. COORDENAÇÃO-GERAL DE ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS (COGPE)

A COGPE, por meio de articulação com o Ministério da Integração Nacional (MI), o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) colaborou para a realização da oficina de trabalho para a Região, na SUDAM, reunindo os atores do setor produtivo para discutir uma agenda de cooperação para o desenvolvimento da Região Norte, por meio da integração de ações como os Territórios da Cidadania (MDA), Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP-APL) e Rotas de Integração Nacional (MI). Na ocasião, foi apresentado um mapa de convergências de ações dos três Ministérios para, a partir daí, definir uma proposta de atuação conjunta para a Amazônia visando ao desenvolvimento dos setores de Açaí e Fruticultura, Piscicultura e Pesca e Biodiversidade.

Neste exercício, a COGPE recebeu projetos voltados para o fortalecimento de arranjos produtivos locais, a exemplo do fortalecimento da cadeia de valor do açaí no Acre; a melhoria da qualidade do açaí nos municípios do Marajó; projeto de abastecimento de água em comunidades rurais; e a cadeia de produção da mandioca com palma de óleo do dendê. Todas essas iniciativas envolvem a articulação e parceria com instituições e governos nas três esferas e deverão ser executadas no próximo exercício.

Ainda nesse âmbito de atuação, a COGPE participou no MDIC de reunião relativa aos resultados alcançados na 7ª Conferência Brasileira de APLs, realizada no início de 2016, representando a SUDAM e, naquela oportunidade, apresentou suas ações pertinentes a APLs na Amazônia.

Participou também, neste período, de reunião no Ministério da Integração Nacional (MI) sobre o georreferenciamento das Rotas de Integração Nacional coordenada por este Ministério; Arranjos Produtivos Locais (APLs) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); e Planos Territoriais de Cadeias Produtivas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A COGPE participa do Núcleo Estadual de APLs do Pará, o qual faz parte da governança do Grupo de Trabalho de APL do MDIC, discutindo e articulando ações de desenvolvimento e elaboração de projetos no estado, tendo participado em 2016, de três reuniões na SEDEME (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia). É representante também da SUDAM no Comitê de Rotas de Integração, iniciado em 2015 pelo MI.

Analisa proposta da Universidade Federal do Tocantins (UFT) para a elaboração do estudo visando à identificação da Capacidade Institucional Instalada em Ciência e Tecnologia na Amazônia Legal. O processo devidamente instruído com parecer de análise (COGPE nº 01/2016) favorável foi submetido à Diretoria Colegiada da SUDAM para sua aprovação.

Realizou o acompanhamento da execução do projeto “Identificação dos Microeixos de transporte cargas e passageiros dos estados do Acre, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia” estudo que vem sendo realizado por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) firmado com a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

A COGPE elaborou o relatório dos programas orçamentários voltados à infraestrutura de energia elétrica; tratamento e abastecimento de água potável; e transportes terrestres e aquaviários no arquipélago do Marajó, estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) da União de 2016, identificando aqueles com potencial de canalizar investimentos nesta região.

A COGPE coordenou e promoveu articulações para a realização dos seminários de divulgação dos resultados do estudo “Identificação dos Microeixos de Transporte nos estados de Roraima e Tocantins” realizados em parceria com as Federações de Indústrias dos respectivos estados.

A COGPE coordena a execução do Projeto “Memórias do Desenvolvimento Regional”, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, tendo realizado em 2016, reunião com a Universidade Federal do Pará com o objetivo de firmar um termo de cooperação para o desenvolvimento do projeto.

A COGPE coordenou grupo de trabalho o qual levantou por completo os recursos orçamentários no âmbito da administração pública federal capaz de financiar projetos elaborados por esta autarquia.

Foi realizado um trabalho de priorização dos projetos logísticos identificados nos estudos dos Microeixos, que resultou nas Notas Técnicas COGPE nº 01/2016 e nº 02/2016 para serem encaminhadas ao Ministério da Integração Nacional, objetivando o envio à Secretaria do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do Governo Federal e às bancadas dos Estados a fim de viabilizá-los por meio de emendas parlamentares.

A COGPE assessorou o Superintendente no tema “licenciamento ambiental”, dentro das atividades do Grupo de Trabalho Interinstitucional, presidido pelo Ministro da Integração Nacional, para resolução dos entraves ao Desenvolvimento na Amazônia Legal.

A COGPE participa do Grupo de Trabalho de estudos e análises da conjuntura amazônica, que desenvolve uma caracterização da mão-de-obra em termos de escolaridade e renda na Amazônia Legal, e também, juntamente com a COGID, elaborou o termo de referência da atualização do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação da SUDAM.

2.4.4. COORDENAÇÃO-GERAL DE INCLUSÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (COGID)

Os resultados obtidos pela unidade foram; a aplicação dos critérios para enquadramento dos pleitos que demandaram a celebração de convênios, contratos de repasse e instrumentos congêneres; a elaboração da proposta de metodologia para avaliar a efetividade dos convênios com vigências a partir de 2017; a elaboração do Termo de Referência para atualização do Programa de CT&I da Sudam; e a recepção do Projeto “Apoio a Organização Produtiva de Mulheres e Jovens em Comunidades da Ilha de Outeiro em Belém, Curuçambá e Abacatal em Ananindeua/PA” (Embrapa).

2.4.5. COORDENAÇÃO DE DEFESA CIVIL (CORDEC)

A unidade dispõe de ações orçamentárias consignadas no orçamento da SUDAM, que envolvem repasses de recursos via Convênio e outros instrumentos legais congêneres, implicando na necessidade do gerenciamento e acompanhamento desses ajustes firmados, os quais se encontram em execução. Destacam-se nesse sentido, o projeto SINTEGRA que envolve ações de Monitoramento hidro climatológico das principais bacias e subbacias hidrográficas da Amazônia, com a responsabilidade de elaboração e emissão de boletins de alerta diários e sazonais para os municípios pólos das bacias dos rios Araguaia-Tocantins, Xingu, Tapajós, Jari, Acre e Amazonas (Óbidos, Oriximiná e Manaus), bem como o de Integração e Interdisciplinaridade, que abrange ações de capacitação de gestores, técnicos e agentes de proteção e defesa civil estaduais e municipais para atuarem em ações de prevenção e preparação. Essas ações inserem-se no cumprimento da missão institucional do órgão e no âmbito do Programa 2040 – Gestão de Riscos e de Desastres, integrante do PPA-2016-2019 do Governo Federal. E ainda o Convênio SICONV Nº 752332/2010 firmado entre a Sudam e a Prefeitura Municipal de Vitória do Jari/AP, com objetivo de construção de 77 unidades habitacionais destinadas a relocação de famílias residentes em áreas de risco do município, o qual concluiu a fase de prestação contas final, tendo sido a mesma rejeitada.

Em relação às dificuldades enfrentadas pela unidade para o desenvolvimento das atividades em 2016, destacam-se: a necessidade de ampliação dos recursos materiais disponíveis (espaço físico, móveis/equipamentos, veículos), com vistas a atender as atividades desenvolvidas no âmbito da CORDEC e dos Projetos, realizados em parceria com a Universidade Federal do Pará – UFOA, assim como a limitação imposta pelo Decreto nº 7.446/2001 para gastos com passagens e diárias, que constituiu e tem se constituído numa dificuldade para que a unidade cumpra com o cronograma de viagens destinadas à realização das visitas técnicas e de acompanhamento dos ajustes firmados (Convênios, Termos de Cooperação), em cumprimento às obrigações pactuadas nos respectivos instrumentos legais e no atendimento de demandas realizadas por órgãos estaduais e Municipais de Proteção e Defesa Civil, objetivando apoio técnico e instrução/capacitação.

2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Em 2016, por meio da DGFAI, a SUDAM teve aprovados pela Diretoria Colegiada, os relatórios de avaliação dos incentivos fiscais concedidos e do FDA. Os relatórios objetivam avaliar os resultados dos instrumentos da PNDR.

Utilizou-se metodologia similar à dos 6 E's do desempenho, que alinha execução, eficiência, eficácia e efetividade, essa última projetada, dos Incentivos Fiscais Concedidos e do FDA sobre o emprego e investimento no período 2007-2014 e 2006-2014, utiliza-se também do método da matriz de estrutura lógica e em parte a “Cesta de indicadores” aprovada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) com base nas determinações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os incentivos fiscais, assim como os Fundos Constitucionais e os Fundos de Desenvolvimento Regional, são instrumentos da PNDR, iniciada a partir de 2007, que visam reduzir as desigualdades regionais através do planejamento estatal e da ativação das potencialidades locais no território brasileiro.

Os relatórios fazem parte do 1º ciclo avaliativo dos instrumentos da PNDR para a Amazônia, com indicadores de execução, eficiência, eficácia e efetividade. A avaliação se baseia nos conceitos da Gespública, Programa nacional da Gestão Pública e Desburocratização.

2.5.1. Indicadores de Gestão de processos

Quadro A.2.5.1 - Indicadores de gestão de processos

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado (2016)	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Capacidade geral de vistoria	92,22%	80%	95,14%	Anual	CGV= N° vistorias realizada/total de pleitos processados no exercício
Produtividade da função vistoria	4,61	(**)	7,00	Anual	PFV= N° de vistorias realizadas/N° de técnicos que realizaram vistorias
Índice de cumprimento dos planos de vistoria	1,52	(***)	1,61	Anual	IPV= N° de laudos emitidos no exercício/ N° de vistorias realizadas no exercício
Volume de pleitos atendidos	91,52%	80%	93,52%	Anual	VA= N° de laudos e portarias emitidos no exercício/N° de pleitos existentes
Capacidade de	96,79%	80%	97,54%	Anual	CA= N° de laudos e portarias

atendimento					emitidos no exercício/Nº de pleitos com entrada no exercício
Tempo médio de tramitação de processos	95 dias	(****)	125 dias	Anual	TMTP= soma da duração de processos solucionados com sucesso/Nº de processos solucionados com sucesso
Descrição dos campos					
Metas: metas definidas para o alcance dos objetivos socioeconômicos do projeto ou programa financiados pelos recursos renunciados. O gestor deverá informar, em nota explicativa, os documentos (atos normativos ou administrativos), nos quais as metas estão especificadas e fundamentadas.					
Descrição: especificação da meta a ser alcançada. Exemplo: atender 100% dos clientes no exercício;					
Indicador: unidade de medida utilizada para averiguar o cumprimento da meta. Exemplo: % de atendimentos no exercício.					
Previstas: quantitativo que se pretende alcançar em determinada meta. Exemplo: 100%					
Realizadas: quantitativo, dentre aquele previsto, que foi efetivamente realizado no exercício ao qual o relatório de gestão/prestação de contas se refere. Exemplo: (nº de pessoas atendidas / nº de pessoas que necessitam de atendimento) x 100					
Renúncia/PIB (%) : participação porcentual da renúncia efetiva realizada no exercício em relação ao produto interno bruto regional e nacional. Caso o gestor não disponha das informações relativas ao PIB regional, ao menos o nacional deverá ser informado.					
Geração de empregos: Estimativa de empregos diretos e indiretos gerados a partir da implementação dos projetos e programas financiados com recursos de renúncia de receitas.					

Fonte: DGFAI.

Nota: Índice de referência é o índice observado no ano anterior.

Análise crítica

Em relação aos índices alcançados pelos indicadores acima demonstrados, o único deles que apresentou uma variação não positiva, foi o aumento do Tempo Médio de Tramitação de Processos, fato que é plenamente justificável em função da ocorrência de cortes orçamentários da Autarquia, advindos da necessidade da promoção de ajustes financeiros nos Órgãos do Governo Federal, provenientes da crise econômica que Brasil enfrentou em 2016.

Com efeito, diante da menor disponibilidade orçamentária e visando controlar a utilização dos recursos financeiros deste Órgão, garantindo-lhes maior racionalidade dentro de um cenário de máximo aproveitamento, foram implementadas medidas de gerenciamento dos recursos, traduzidas, fundamentalmente, na acumulação maior de pleitos aptos a serem vistoriados e posicionados em áreas próximas entre si, para que fosse possível a formação de grupo maior de empresas, de forma que as viagens voltadas à vistoria pudessem, numa só oportunidade, abranger maior quantidade de empreendimentos envolvendo menor quantidade de técnicos, fatos esses que exerceram influência no aumento de tempo em que os processos tramitaram por esta Unidade, bem como no estabelecimento de vitorias de forma prioritária a projetos que apresentassem nítida viabilidade técnico-econômica.

São válidas as seguintes considerações:

- a) Alguns dos indicadores já vêm sendo informados ao Ministério da Integração desde 2007 e compõem o Relatório de Avaliação da Redução do IRPJ;
- b) Todos os dados usados na obtenção dos indicadores informados são os mesmos informados ao MI;
- c) Não foi possível calcular os valores para os indicadores Índice de Cobertura dos Incentivos Fiscais (ICIF), Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo (CIEI), Índice de Efetividade Social do Incentivo (IESI) e Índice de Efetividade Produtiva do Benefício (IEPB) pelos motivos já expostos em anos anteriores;

- d) Outros dados, como os Valores da Renúncia referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, são decorrentes da apuração dos valores da renúncia fiscal feita pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente à tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 04 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;
- e) Os valores referentes à Geração de Empregos informados na coluna respectiva dizem respeito aos projetos de Redução e Isenção do IRPJ, de Reinvestimento e depreciação acelerada incentivada.
- f) Capacidade Geral de Vistoria = N° de vistorias realizadas / Total de pleitos processados no exercício - CGV = $98 / 103 = 95,14\%$

Nota: O total de pleitos com entrada no exercício foi de 195. No entanto, para o cálculo deste indicador, considerou-se o número de pleitos instruídos de forma completa e para os quais a legislação exige a realização de vistoria prévia à análise.

- g) Produtividade da Função Vistoria = N° de vistorias realizadas / N° de Técnicos que realizaram vistorias - PFV = $98 / 14 = 7,00$
- h) Índice de Cumprimento dos Planos de Vistoria = N° de Laudos emitidos no exercício / N° de vistorias realizadas no exercício - IPV = $123 / 76 = 1,61$

Nota: Considerou-se o número de vistorias somente a projetos de redução do IRPJ e o número de laudos constitutivos emitidos no exercício.

- i) Volume de Pleitos Atendidos = N° de Laudos e Portarias Emitidos no Exercício / N° de Pleitos Existentes menos os arquivados = N° Final de pleitos + N° de entradas - VPA = 159 (123 Laudos Const. + 11 laudos incorporação + 2 laudos de Isenção + 3 Res. De devolução de recursos + 20 Res. De Reinvestimento) / 170 = 93,52%

Nota: Do número de pleitos existentes, foram subtraídos os pleitos arquivados no exercício. Grande parte destes pleitos veio a ser reapresentada e teve laudos e/ou portarias emitidas em 2015.

- j) Capacidade de Atendimento = N° de Laudos e Portarias Emitidos no Exercício / N° de Pleitos com Entrada no Exercício - arquivados = $159 / 163(195-32) = 97,54\%$

Notas:

Do número de pleitos com entrada no exercício, foram subtraídos os pleitos arquivados. Grande parte dos pleitos arquivados veio a ser reapresentada e teve laudos e/ou portarias emitidas em 2014.

O tempo médio de tramitação de processos é a razão entre o somatório da duração de processos solucionados com sucesso e a quantidade destes processos. Para pleitos com entrada em 2016, do mesmo ano e de exercícios anteriores, tivemos os seguintes resultados:

$$\text{TMTTP ano 2016} = 10.615 / 85 = 125 \text{ dias (para pleitos com entrada em 2016)}$$

$$\text{TMTTP} = 11.430 / 91 = 126 \text{ dias (para pleitos de 2016 e exercícios anteriores)}$$

Não foi possível calcular os valores para os indicadores Índice de Cobertura dos Incentivos Fiscais (ICIF), Capacidade de Impacto Econômico do Incentivo (CIEI), Índice de Efetividade Social do Incentivo (IESI) e Índice de Efetividade Produtiva do Benefício (IEPB). A Sudam não detém as informações necessárias para a avaliação destes indicadores.

Outros dados, como os Valores da Renúncia referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, são decorrentes da apuração dos valores da renúncia fiscal feita pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente a tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB;

Os valores referentes à Geração de Empregos informados na coluna respectiva dizem respeito apenas aos projetos de Isenção e de Redução do IRPJ. Os números referentes aos empregos indiretos foram estimados.

2.5.2. Indicadores de Desempenho

O Plano Plurianual vigente, referente aos anos de 2016-2019, reforça a opção por um modelo de desenvolvimento de inclusão social e redução das desigualdades, com foco na qualidade dos serviços públicos e no equilíbrio da economia.

Quadro A.2.5.2 – Indicadores de Desempenho

Denominação	Descrição	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
CGA%	Determinar se as consultas prévias protocoladas na SUDAM no âmbito do FDA estão sendo analisadas no mesmo exercício	100%	100%	100%	Anual	$C.P. \text{ analisadas} \times 100 / \text{Total de C.P. analisadas}$
PFA	Determinar se a produtividade dos servidores na análise das consultas prévias tem aumentado	1,43	> 1	3,14	Anual	$C.P. \text{ analisadas} \times 100 / n^\circ \text{ de técnicos}$
TCCP%	Determinar se a empresa tem encaminhado as consultas prévias dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela SUDAM e se a qualidade técnica das consultas prévias apresentadas tem melhorado	30,00%	100%	50,00%	Anual	$C.P. \text{ aprovadas} \times 100 / \text{Total C.P. analisadas}$
TMTP dias	Indicar o tempo médio de aprovação de uma consulta prévia	23	< 30	24	Anual	$\Sigma \text{ da duração de cada processo (dias)} / \text{Número de processo analisados}$
TCP%	Determinar se as consultas prévias aprovadas pela SUDAM tem resultado em projetos analisados pelo(s) agente(s) operador (es) e aprovados pelo Diretoria Colegiada da SUDAM	0%	-	0%	Anual	$N^\circ \text{ de projetos aprovados} / n^\circ \text{ de Consultas Prévias aprovadas}$
ISA%	Indicar se os projetos acompanhados (pelo agente operador) têm apresentados resultados positivos	94,12%	100%	88,23%	Anual	$N^\circ \text{ de projetos acompanhados c/ resultados positivos} \times 100 / n^\circ \text{ de Projetos acompanhados}$

Fonte: DGFAI.

Nota: Índice de referência é o índice observado no ano anterior.

Legenda:

CGA% – Capacidade Geral de Análise

C.P. – Consultas-Prévias

PFA – Produtividade da Função Análise

TCCP% – Taxa de Consistência das Consultas Prévias

TMTP dias – Tempo Médio de Tramitação de Processos

TCP% – Taxa de Consistência de Aprovação de Consultas Prévias

ISA% – Índice de Sucesso dos Projetos Acompanhados

3. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

3.1. Descrição das estruturas de Governança

A Sudam tem em sua atual estrutura de governança a Diretoria Colegiada, o Conselho Deliberativo, a unidade de Auditoria Interna, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Informática, o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação e o Sistema Nacional de Correição – cuja competência foi destinada à Diretoria de Administração. O quadro a seguir descreve a base normativa na qual constam as atribuições e a forma de atuação de cada uma destas instâncias.

Quadro A.3.1 – Estruturas de governança

Estrutura	Normativo
Conselho Deliberativo	Decreto nº 8.275/2014 (Art. 4º e 5º)
Diretoria Colegiada	Decreto nº 8.275/2014 (Art. 6º, 7º e 8º)
Unidade de Auditoria Interna	Decreto nº 8.275/2014 (Art. 14)
Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Informática	Portaria nº 154/2009
Comitê de Segurança da Informação e Comunicação	Portaria nº 122/2013
Sistema Nacional de Correição	Decreto nº 8.275/2014 (Art. 15, Inciso I)

Fonte: DA.

3.2. Informações sobre os dirigentes e colegiados

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-Sudam possui dois (2) órgãos colegiados internos (CONDEL e Diretoria Colegiada) e participa, tendo assento, em dois (2) órgãos externos (Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE Roraima e Amapá), todos eles de grande relevância para o desenvolvimento da Amazônia e em ambos é assessorada por meio da Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados (ASCOL), unidade integrante da estrutura organizacional do Gabinete.

Seguem abaixo especificações sobre esses órgãos e seus respectivos dirigentes:

3.2.1. Conselho Deliberativo da Sudam (CONDEL)

O Conselho Deliberativo da Sudam – CONDEL foi instalado no dia 30 de maio de 2008, em cerimônia presidida pelo presidente da república à época, Luiz Inácio Lula da Silva. O Conselho é um Órgão colegiado da Sudam que, dentre outras atribuições, tem a competência de acompanhar e avaliar a execução dos planos dos programas regionais da Amazônia, determinando as medidas de ajustes necessárias ao cumprimento dos objetivos, diretrizes e metas da Instituição.

A indicação para composição do Conselho Deliberativo da Sudam é feita conforme elencado abaixo:

- Dos Ministros de Estado, dos governadores dos estados da Amazônia Legal, do Superintendente da Sudam e do Presidente do Banco da Amazônia. É sempre em decorrência da ocupação do cargo que ocupam, ou seja, quem ocupa esses cargos será efetivamente membro do CONDEL, com fundamento no Decreto nº 8.275, de 27/06/2014 e no Regimento Interno do CONDEL/Sudam.
- Dos representantes da classe empresarial, da classe dos trabalhadores e das prefeituras municipais é feita via indicação das classes e prefeituras e são nomeados por Portaria Ministerial assinada pelo Ministro da Integração Nacional, que desenvolve a função de Presidente do CONDEL.

Composição do CONDEL/Sudam

- I - Os governadores dos Estados da área de atuação da Sudam, a saber: Maranhão, Pará, Mato Grosso, Amazonas, Acre, Rondônia, Tocantins, Amapá e Roraima;
- II - Os Ministros de Estado da Integração Nacional, da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- III - Seis Ministros de Estado das demais áreas de atuação do Poder Executivo (que devem ser convocados dependendo do assunto constante da pauta da reunião);
- IV - Três prefeitos de municípios de Estados diferentes, na área de atuação da Superintendência, indicados pela Associação Brasileira de Municípios-ABM, pela Confederação Nacional de Municípios-CNM e pela Frente Nacional de Prefeitos-FNP, designados por ato do Presidente do Conselho Deliberativo;
- V - Três representantes da classe empresarial e respectivos suplentes de Estados diferentes, na área de atuação da Superintendência, indicados pela Confederação Nacional da Agricultura-CNA, pela Confederação Nacional do Comércio-CNC e pela Confederação Nacional da Indústria-CNI, designados por ato do Presidente do Conselho Deliberativo;
- VI - Três representantes da classe dos trabalhadores e respectivos suplentes de Estados diferentes, na área de atuação da Superintendência, indicados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio-CNTC e pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria-CNTI, designados por ato do Presidente do Conselho Deliberativo;
- VII - O Superintendente da Sudam; e
- VIII - O Presidente do Banco da Amazônia S.A.

A informação referente à composição atual dos conselheiros do CONDEL/Sudam encontra-se disponibilizada no anexo VI que é parte integrante deste levantamento.

Exigências quanto ao perfil

Após consulta à legislação vigente e à Procuradoria Federal Especializada - PF, junto a Sudam, houve consenso de que não existe um perfil traçado para a indicação dos membros do CONDEL/Sudam, pois a referida indicação é feita sempre em decorrência do cargo que ocupam.

Ressaltando que, com relação aos representantes da classe empresarial (CNA, CNC e CNI), representantes da classe dos trabalhadores (CONTAG, CNTC e CNTI) e representantes municipais de estados diferentes da área de atuação da Sudam (ABM, FNP e CNM), como a indicação fica a cargo da entidade, acreditamos também que não exista um perfil traçado para esses membros e, sim devido aos cargos que ocupam, pois a indicação para a representação da classe empresarial, geralmente se dá entre os presidentes de federações, tanto para o representante titular, como suplente. Enquanto que a escolha para os representantes da classe dos trabalhadores se dá entre os presidentes de federações e presidentes e/ou membros de sindicatos, tanto para titular como suplente. Já no caso dos representantes municipais os conselheiros titulares sempre são escolhidos dentre os prefeitos municipais, ficando a suplência com seus respectivos vice-prefeitos.

3.2.2. Diretoria Colegiada

A Diretoria Colegiada da Sudam é um órgão colegiado criado pela Lei nº 124, de 03/01/2007, regulamentado pelo Decreto nº 6.218, de 04/10/2007, revogado pelo Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014. Composta por um (01) Superintendente que a preside e por quatro (4) diretores, sendo eles: Diretor de Administração, Diretor de Planejamento e Articulação de Políticas,

Diretor de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos e Diretor de Promoção do Desenvolvimento Sustentável. Até que a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável esteja plenamente instalada, as competências previstas para ela serão exercidas pela Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas, conforme disposto no Parágrafo único do art. 17, do anexo I do Decreto nº 8.275.

Atualmente, a Diretoria Colegiada da Sudam é composta pelo Superintendente, pela Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos, pela Diretoria de Administração, substituta, e pela Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas.

A indicação dos membros para a Diretoria Colegiada da Sudam é feita por meio de Decreto da Presidência da República, sendo em um total de cinco (5) membros.

Composição da Diretoria Colegiada/Sudam

I - Superintendente: Paulo Roberto Correia da Silva.

II - Diretor (a) da Diretoria de Administração: Margareth dos Santos Abdon, empossada no cargo desde dezembro de 2016.

III - Diretora da Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas: Keila Adriana Rodrigues de Jesus.

IV - Diretor da Diretoria de Gestão de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos: Inocêncio Renato Gasparim.

V - Diretor (a) da Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável. (até que a Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável esteja plenamente instalada as competências previstas nessa diretoria serão exercidas pela Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas, ocupada atualmente pela Diretora Keila Adriana Rodrigues de Jesus).

Exigências quanto ao perfil

Após consulta a legislação vigente e a Procuradoria Federal Especializada, junto a Sudam chegou-se ao consenso de que não existe uma exigência de perfil traçado para ocupação de cargos dos integrantes da Diretoria Colegiada da Sudam.

3.2.3. Órgãos colegiados externos

São órgãos que funcionam fora da Sudam, onde o Superintendente e diretores possuem assento, representando assim a Autarquia. Atualmente a Sudam faz-se representar em dois (2) Órgãos Colegiados: Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE Roraima e Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE Amapá.

A indicação para os Conselhos Deliberativos Estaduais do SEBRAE/RR e SEBRAE/AP, nos quais a Sudam possui assento, é feita via ofício da Superintendência enviado aos respectivos conselhos sendo, posteriormente formalizada, por meio de portaria assinada pelo gestor máximo da Sudam.

Composição dos Órgãos Colegiados externos:

I - SEBRAE/RR:

- Conselheiro titular: Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente.

- Conselheira suplente: Keila Adriana Rodrigues de Jesus, Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas.

II - SEBRAE/AP:

- Conselheiro titular: Margareth dos Santos Abdon, Diretora de Administração.

- Conselheiro suplente: Paulo Roberto Correia da Silva, Superintendente.

Exigências quanto ao perfil

Após consulta à legislação vigente e à Procuradoria Federal Especializada, junto a Sudam, chegou-se ao consenso de que não existe uma exigência de perfil traçado para ocupação desses membros, devido à indicação ser de livre escolha do Superintendente dentre os servidores, tanto dirigentes como ocupantes de cargos de coordenação do órgão.

3.3. Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Geral da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, cumprindo ao disposto no artigo 7º da Decisão Normativa/TCU nº 154, de 19/10/2016, e as orientações contidas no sistema e-Contas na Seção “Governança” - Item “Atuação da unidade de auditoria interna”, apresenta as seguintes informações:

a) Indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna

A Auditoria-Geral tem suas competências normatizadas no Regimento Interno da SUDAM aprovado pela Diretoria Colegiada através da Resolução nº 33, de 29/10/2014, consoante o Decreto nº 8.275 de 27/06/2014 que se encontra no seguinte link: http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/referencias/documentosinstitucionais/arquivos/decreto_8275_de%2027%20de%20junho%20de%202014.pdf.

b) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna

A Auditoria-Geral tem suas atividades voltadas para agregar valor à gestão na medida em que propõe soluções de melhorias para garantir que os objetivos sejam alcançados e que os riscos sejam mitigados no âmbito da Sudam. Para tanto, possui alguns instrumentos que propiciam uma maior independência na execução de seus trabalhos, conforme segue:

1. A Auditoria-Geral é vinculada diretamente à Diretoria Colegiada da Sudam, conforme artigo 14 do anexo do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, e os resultados dos seus trabalhos são divulgados no colegiado supramencionado;

2. A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular da unidade de auditoria interna é submetida, pelo dirigente máximo da Sudam, à aprovação da Diretoria Colegiada e da Controladoria-Geral da União, conforme determina o § 5º do artigo 15 do Decreto nº 3.591/2000;

3. A Auditoria-Geral informa ao respectivo órgão de controle interno, a finalização dos relatórios de auditoria, por meio eletrônico, conforme preceitua a IN/CGU nº 24 de 17/11/2015.

A Auditoria-Geral da Sudam, no intuito de assegurar a objetividade dos seus trabalhos, direciona a aplicação dos seus procedimentos para os programas/ações ou unidades selecionados por meio da matriz de risco, contribuindo com o aprimoramento dos controles internos administrativos e para o cumprimento dos objetivos e metas planejadas.

c) Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.

A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia possui apenas a unidade central. A Auditoria-Geral da Sudam direciona suas ações sobre os programas/ações das atividades fins e

gestão da unidade (área administrativa), selecionados por meio da matriz de risco que considera os aspectos da relevância, materialidade, criticidade e temporalidade.

Considera, ainda, as demandas provenientes dos órgãos de controle, as ações não planejadas, mais que foram demandadas pela Diretoria Colegiada da Sudam, e as limitações técnicas e operacionais da Auditoria e o tempo para sua execução.

A metodologia de trabalho e os procedimentos adotados pela Auditoria da Sudam, em suas atividades técnicas e na medida das possibilidades, guarda consonância com aquela adotada na esfera do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal (item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC nº 01, de 06.04.2001).

A Auditoria-Geral iniciou, de forma preliminar, o processo de construção da matriz de risco no exercício de 2013, estabelecendo, a princípio, como base os critérios da relevância e da materialidade, os quais foram utilizados no PAINT/2014, e logo após, foram desenvolvidos os critérios da criticidade e da temporalidade, e na elaboração do PAINT/2015 foram adotados os quatro critérios, aplicados a princípio nos programas/ações finalísticos da Sudam.

Por ocasião da elaboração do PAINT/2016, a Auditoria-Geral desenvolveu a matriz de risco utilizando os critérios, acima mencionados, os quais foram aplicados nos programas/ações finalísticos executados por esta autarquia e incluiu no foco da análise, os programas/ações da área administrativa e de benefícios fiscais.

O processo de implementação da metodologia aplicada para o levantamento da matriz de risco ainda encontra-se em fase de maturação no âmbito da Sudam e vem ocorrendo melhorias no decorrer dos anos subsequentes.

d) Demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada; como é feita a escolha do titular; qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora de conta.

Com o advento do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, a estrutura organizacional da Auditoria-Geral da Sudam pelo Anexo II do referido Decreto, ficou assim estabelecida: 01 (um) Auditor-Chefe (DAS 101.4), 01 (um) Assistente Técnico (DAS 102.1), 02 (dois) Chefes de Divisões (DAS 101.2) e 02 (duas) Funções Gratificadas (FG-1 e FG-2). No dia 22/02/2016, através do Decreto nº 8.677, vigente até a presente data, suprimiu o cargo de Assistente Técnico (DAS 102.1) da estrutura da Auditoria-Geral desta Autarquia.

Quanto ao corpo funcional da Auditoria-Geral, segue abaixo quadro, contendo as informações atinentes ao período de janeiro a dezembro de 2016.

Quadro A.3.3 - Atribuições dos Servidores Lotados na Auditoria-Geral da Sudam

Cargo	Qtd ⁽¹⁾	Nível	Formação	Atribuição	Movimentação Funcional	Qt. ⁽²⁾
Auditor-Chefe	01	Superior	Superior em Ciências Contábeis	Gerenciar/ Exame Técnico	-	01
Chefe de Divisão	01	Superior	Superior em Ciências Contábeis	Gerenciar/ Exame Técnico	-	01
Chefe de Divisão	01	Superior	Superior em Administração	Gerenciar/ Exame Técnico	01	-
Contador	01	Superior	Superior em Ciências Contábeis	Exame Técnico	-	01
Contador	01	Superior	Superior em Ciências Contábeis	Gerenciar/ Exame Técnico	-	01

Analista Técnico Administrativo	01	Superior	Superior em Ciência da Computação	Exame Técnico	01	-
Economista	01	Superior	Superior em Ciência Econômica	Exame Técnico	-	01
Engenheiro	01	Superior	Superior em Engenharia Civil	Exame Técnico	-	01
SUB TOTAL	08	-	-	-	02	06
Agente Administrativo	01	Médio	Superior em Matemática	Apoio Administrativo	-	01
TOTAL	09	-	-	-	02	07

Fonte: Auditoria-Geral

⁽¹⁾ Quantidade de servidores lotados na Auditoria-Geral até 08/08/2016.

⁽²⁾ Quantidade de servidores lotados na Auditoria-Geral até 31/12/2016.

A escolha do titular da Auditoria-Geral da Sudam é feita de acordo com o que preconiza o §5º do art. 15 do Decreto nº 3.591 de 06/09/2000 que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências:

§ 5º A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, quando for o caso, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União. (Redação dada pelo Decreto nº 4.304, de 2002).

A Controladoria Geral da União, em 29/04/2014, editou a Portaria nº 915 que dispõe sobre as normas de nomeação, designação, exoneração e dispensa do titular de Auditoria Interna tendo em vista o disposto no normativo supramencionado.

De acordo com que dispõe o parágrafo §3º do Decreto nº 3.591/2000 e com a instituição do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, a Auditoria-Geral encontra-se vinculada à Diretoria Colegiada da Sudam, cuja redação consta no Regimento Interno da Instituição, aprovado pelo Órgão Colegiado através da Resolução nº 33, de 29/10/2014.

e) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.

A Sudam é dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta pelo Superintendente e os Diretores de Administração, de Planejamento e Articulação de Políticas e de Gestão de Fundos e Incentivos e de Atração de Investimentos de acordo com o que estabelece o Decreto nº 8.275, de 27/06/2014.

Em função da deliberação da Diretoria Colegiada da Sudam, ocorrida em 16/11/2015, os Relatórios de Auditorias, que têm como anexos o Plano de Providências da Auditoria (PPAUD) contendo as constatações e recomendações, preliminarmente, serão encaminhados à área auditada para que o PPAUD seja preenchido pelo responsável e devolvido à Auditoria para manifestar-se por meio de Nota Técnica.

Posteriormente, tanto os Relatórios de Auditoria, como os PPAUDs e as Notas Técnicas serão encaminhados à Assessoria de Suporte aos Colegiados, no intuito de que, referidos processos sejam cientificados aos Diretores por ocasião da reunião do Colegiado e, no que couber adotar providências, no sentido de cientificar as Diretorias/Coordenações correlatas à área auditada.

f) *Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.*

A comunicação à alta gerência se faz de acordo com o procedimento descrito no item anterior. Cabe informar que na estrutura organizacional desta Autarquia não existe o Conselho de Administração, assim como, não existe Comitê de Auditoria no âmbito da Sudam, portanto, não há descrição da sistemática sobre os riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna.

g) *Eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.*

O último reposicionamento da Auditoria-Geral ocorreu com o advento do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, que vinculou a unidade de auditoria à Diretoria Colegiada da Sudam, portanto, no exercício de 2016 não houve reposicionamento.

Em relação às adequações internas na estrutura organizacional da Auditoria Geral estão explanadas no “Item d”.

3.4. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Não houve ocorrência de processos administrativos disciplinares, durante o exercício de 2016, no âmbito da Sudam.

3.5. Gestão de riscos e controles internos

Quadro A.3.5 – Avaliação do Sistema de Controles Internos

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da		X			

probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.					
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					
Média: Resultado da divisão do somatório de pontos auferidos pela quantidade de itens por aspecto do sistema.					

Análise crítica

Para preenchimento deste item, a matriz de risco representada no Quadro A.3.5 foi enviada para os titulares e/ou substitutos das unidades AGI, CPOR, CGIF, CGCOM, CGFIN e CGEAP, que

fizeram suas devidas avaliações e considerações consolidadas no referido quadro e nesta breve análise.

No que diz respeito ao ambiente de controle, os resultados mostram que a alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento, porém ainda progride no sentido de dispor de mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da Autarquia na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.

No que diz respeito à avaliação de risco, a maioria das marcações foram neutras, isto é, não houve como avaliar se o conteúdo das afirmativas marcadas como neutras é ou não observado no contexto da Sudam. Apesar disso, vale ressaltar que os objetivos e metas da Sudam estão formalizados, mesmo que exista ainda relativo equívoco na identificação dos processos críticos para a consecução destes objetivos.

No que diz respeito aos procedimentos de controle, a maioria das marcações foram neutras, no entanto a Sudam já dispõe de algumas políticas e ações estabelecidas, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos a que se propõe.

Em relação à informação e comunicação, vale dizer que a informação divulgada internamente atende às expectativas da maioria dos grupos e indivíduos da Sudam, contribuindo para a execução de 80% a 100% das responsabilidades de forma eficaz.

Finalmente, em relação ao Monitoramento, destaca-se que sistema de controle interno da Sudam está em fase de estruturação, razão pela qual ainda não tem contribuído em condições satisfatórias (80-100%) para a melhoria do desempenho da Unidade.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. GESTÃO DE PESSOAS

4.1.1. Estrutura de pessoal da Unidade

a) Composição da força de trabalho e relação entre servidores efetivos e temporários;

Quadro A.4.1.1.1 – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	210	210	8	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	210	210	8	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	207	207	7	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	14	14	8	8
4. Total de Servidores (1+2+3)j	224	224	16	12

Fonte: SIAPE e Controles Internos

Quadro A.4.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	106	104
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	106	104
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	103	104
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	9
4. Total de Servidores (1+2+3)	111	113

Fonte: SIAPE e Controles Internos

Quadro A.4.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas/Sudam

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		

1. Cargos em Comissão	45	45	8	
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	45	45		
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		28		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		1	1	
1.2.4. Sem Vínculo		14	7	
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	29	28		
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		28		1
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	74	73	8	1

Fonte: SIAPE e Controles Internos

b) *Distribuição da força de trabalho, especialmente no âmbito das áreas técnicas responsáveis por macroprocesso finalístico e de unidades e subunidades descentralizadas e conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim;*

Quadro A.4.1.1.4 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)		
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	106	104
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	103	104
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	
2. Servidores com Contratos Temporários		
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	9
4. Total de Servidores (1+2+3)	111	113

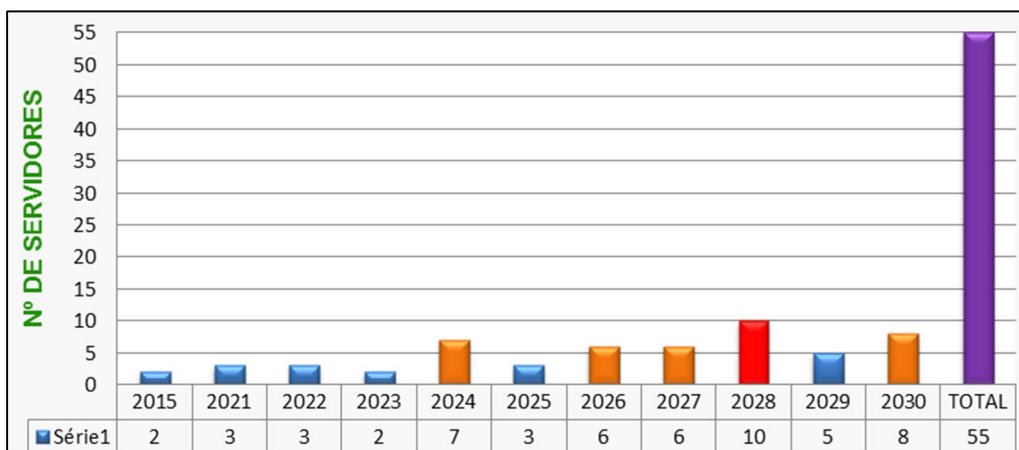
Fonte: SIAPE e Controles Internos

A quantidade de pessoal nas unidades responsáveis por macroprocesso finalísticos vem sendo reforçada a cada exercício conforme se observa na distribuição do quadro de pessoal referente aos exercícios de 2014 e 2015. Em 2014, eram 88 servidores na área finalística, Em 2015 foram 106 servidores e em 2016 foram 113.

c) *Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade;*

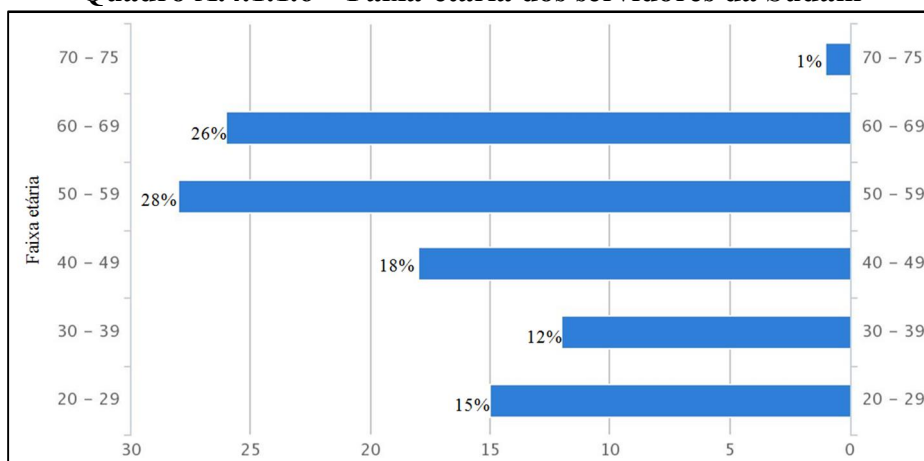
Neste aspecto, temos a relatar que esta Instituição mantém sistematizada apenas informações sobre aposentadoria compulsória e levantamento das idades dos servidores, conforme quadros abaixo, não dispondo de levantamentos sobre grau de escolaridade e especialização.

Quadro A.4.1.1.5 – Aposentadorias Sudam (2015-2030)



Fonte: DA.

Quadro A.4.1.1.6 – Faixa-etária dos servidores da Sudam



Fonte: DA.

d) Política de capacitação e treinamento do pessoal;

Fundamentados no Decreto 5.707/2006 que tem como finalidade: a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; o desenvolvimento permanente do servidor público; a adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual; a divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação, em 2016 foi elaborada a política de gestão de pessoas da Sudam, a qual se encontra em fase de análise para aprovação e implantação.

Com relação à capacitação e treinamento de pessoal, a Sudam deu prosseguimento ao que foi estabelecido no Plano de Capacitação dos Servidores da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam para o Biênio 2016-2017, como trataremos adiante.

e) Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada;

O procedimento utilizado por esta Instituição é exigir que o servidor ao ser empossado declare sua condição de acumulação ou não de cargos. Essa declaração é avaliada perante a legislação de forma a impedir eventual irregularidade.

f) *Principais riscos identificados na gestão de pessoas da unidade e as providências adotadas para mitigá-los;*

Sobre isso, trataremos adiante.

4.1.2. Capacitação de Servidores

Em 2016, a meta estabelecida para a unidade de capacitação foi de “Garantir a execução do Plano de Capacitação, biênio 2016/2017”, em conformidade com o limite disponibilizado pelo MI. A operacionalização da meta resultou na realização de 42 eventos de capacitação presencial. O efetivo de participantes da capacitação em 2016 totalizou 118 servidores.

4.1.3. Demonstrativo das despesas com pessoal

Em relação às despesas associadas à manutenção do pessoal vide anexo V – Custos de pessoal.

4.1.4. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Cabe à área de Recursos Humanos em âmbito estratégico identificar e planejar ações que busquem mitigar os riscos relacionados à gestão de pessoas. Desse modo, listamos abaixo aspectos relevantes considerados nessa análise:

a) *Ausência de plano de cargos, carreiras e salários específico da autarquia e retenção de talentos.*

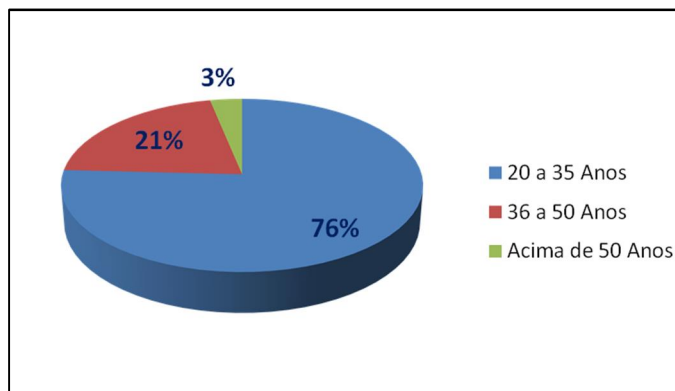
Atualmente, os servidores da Sudam estão enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo – PGPE, percebendo duas gratificações de desempenho, conforme o cargo: Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Executivo – GDPGPE e Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos – GDACE. Existe processo tramitando no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que institui o Plano de Cargos da Autarquia, porém, até o momento, sem encaminhamento definido. Tal pauta representa grande luta dos servidores do órgão, tendo em vista sua importância estratégica para o fortalecimento da Autarquia e valorização de seus servidores, através de instrumentos de caráter remuneratório financeiros e não-financeiros.

Destaca-se também que, em 2013, a Sudam realizou concurso público para provimento de servidores em diversos cargos, são eles: Agente Administrativo; Analista Técnico-Administrativo; Analista Técnico-Administrativo – Área Ciência da Computação; Economista; Engenheiro Civil; Engenheiro de Produção; Engenheiro Agrônomo; Engenheiro de Pesca; Engenheiro Mecânico; Engenheiro Eletricista; Estatístico; Químico; Biólogo; Contador; Zootecnista; e Geógrafo, totalizando 71 vagas, com o intuito de oxigenar o quadro, tendo em vista o último concurso ter sido realizado há 20 anos. O primeiro grupo de 50 servidores tomou posse no final de 2014 e o segundo grupo de 13 servidores foi empossado em fevereiro de 2015. Os novos servidores representam aproximadamente **30%** do quadro de servidores total em exercício na Sudam.

Logo, a Autarquia conta, atualmente, com um quadro significativo de novos servidores que engrossa o coro pela aprovação do Plano de Cargos específico, buscando maiores incentivos ao crescimento técnico-profissional das carreiras. Destaca-se, desse novo grupo de servidores que já está em exercício na Autarquia, grande parte (76%) faz parte da “Geração Y” (vide quadro abaixo), para fazer referência às definições de Lipkin e Perrymore (geração nascida entre os anos

de 1980 e 2000, composta por profissionais com variados talentos, motivados, socialmente conscientes, exigentes e criativos).

Quadro A.4.1.4 – Faixa-etária de servidores recentes na Sudam



Fonte: DA.

Desse modo, as exigências por reconhecimento e incentivos aumentam de volume e fazem com que a Autarquia reconheça o grande risco envolvido no processo de transição para uma nova cultura organizacional: a ausência de ações efetivas de retenção de talentos, exemplificada pela aprovação do Plano de Cargos, pode incentivar o aumento da rotatividade dos servidores, principalmente os recém-empossados, mais disputados pelo mercado e mais preparados para aprovação em novas seleções profissionais, além dos pertencentes à “Geração Y”, naturalmente exigentes por uma nova postura de governança e gestão de pessoas. Soma-se a tal constatação o fato de que nem todos os cargos possuem um cadastro de reserva extenso, o que pode comprometer o preenchimento de possíveis vagas futuramente em aberto, além, e mais decisivamente, dos altos custos direcionados à capacitação de servidores que possivelmente não terão interesse em seguir carreira no órgão ou que podem seguir apresentando níveis baixos de motivação e produtividade.

Nota-se, então, a urgência do investimento de esforços na aprovação do Plano de Cargos e o tópico a seguir apresenta outro ponto decisivo para tal constatação.

b) Aposentadorias e carência de colaboradores em Ocupações Críticas

Conforme quadros abaixo, verifica-se o número elevado de servidores que atualmente recebem abono permanência, além da quantidade significativa de servidores que irão se aposentar compulsoriamente nos próximos anos. Tais fatos remontam à necessidade da Autarquia estar preparada para enfrentar a possível falta de colaboradores experientes em ocupações críticas, cuja vivência profissional é decisiva no dia-a-dia da prática organizacional. Nesse aspecto, os novos talentos precisam ser capacitados com urgência, bem como ações efetivas de retenção e desenvolvimento de processo sucessório para os cargos de gestão precisam ser elaboradas e implementadas o quanto antes, buscando-se evitar riscos operacionais que podem comprometer a condução dos processos críticos da Autarquia.

4.1.5. Abono permanência e aposentadoria

Quadro A.4.1.5.1 - Servidores atendidos em Abono Permanência

Ordem	Indicador	Referência			Índice Previsto no Exercício	Índice Realizado no Exercício
		Data	Índice Inicial	Índice final		

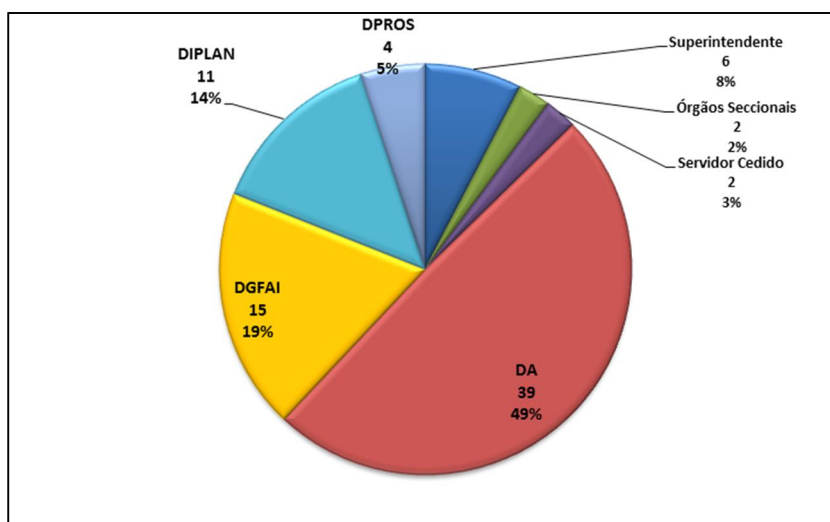
1	TPE – Taxa de Pareceres Emitidos (PE-Pareceres Emitidos)	31/12/16		4	100,00%	100,00%
---	--	----------	--	---	---------	---------

Fórmula de Cálculo: (Nº de Pareceres Emitidos no Exercício referente ao Abono Permanência/nº de Demandas Recebidas) *100

Fonte: SIAPE/SIAPENET/FOLHA/Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas.

O indicador demonstra a concessão de 04 abonos permanência no exercício de 2016, resultando num quantitativo final de 79 servidores de abono permanência nessa Instituição. Avaliando mais apuradamente, observa-se que a Diretoria com maior concentração de servidores de abono permanência é a Diretoria de Administração com 49% do total da instituição conforme demonstrado no quadro abaixo. Essa situação indica a adoção de providências no sentido de distribuir mais equitativamente esses servidores na Instituição, ocorre que deve ser melhor avaliada essa situação em razão dos servidores da Diretoria de Administração serem na maioria de nível médio.

Quadro A.4.1.5.2 - Servidores em Abono Permanência por vinculação



Fonte: DA.

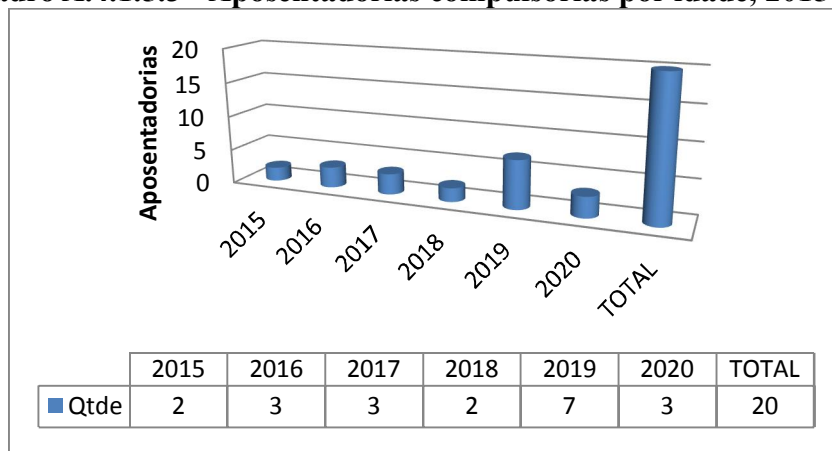
Do total de 70 Servidores com abono permanência, o que equivale a 30% dos servidores em Exercício na Autarquia, 30 servidores possuem nível superior (43% do Total de Servidores Aptos à Aposentadoria). Os demais (40 Servidores) possuem o nível intermediário/auxiliar e equivalem a 57% do Total de Servidores Aptos à Aposentadoria.

Dentre os cargos de Nível Superior estão compreendidos cargos de Economia e Engenharia (diversas especialidades). A quase totalidade desses cargos está lotada nas áreas finalísticas da Autarquia. Considerando-se que os servidores que percebem Abono Permanência podem se aposentar a qualquer momento, a Autarquia fica em situação de vulnerabilidade no que se refere ao preenchimento desses postos de trabalho. Logo, a necessidade de planejamento para reposição do quadro com antecedência mínima é fundamental para evitar exposição a riscos de RH.

Do atual Concurso Público restam apenas 8 vagas a serem preenchidas com a posse de novos servidores. Logo, verifica-se que a realização do Concurso Público que possibilitará, ao final das contratações, o aumento do quadro funcional em pouco mais de 30%, na verdade, irá repor as perdas de servidores ao longo dos próximos anos, que já estão aptos à aposentadoria. Logo, há necessidade urgente de novas contratações, preferencialmente sob a égide de um Plano

de Carreiras Específico, para, dessa forma, viabilizar o efetivo fortalecimento institucional (aumento da força de trabalho e retenção dos profissionais).

Quadro A.4.1.5.3 - Aposentadorias compulsórias por idade, 2015-2010



Fonte: DA.

Com relação ao nível dos cargos dos servidores, 50% deles estão em nível intermediário/auxiliar e 50% estão em nível superior. Destes últimos, 9 (nove) trabalham na Área Fim da Autarquia.

Como visto, a Autarquia passa por um processo de transição de gerações que precisa ser cuidadosamente conduzido, para se evitar a perda do conhecimento e o enfraquecimento institucional que podem ocorrer com a saída dos servidores mais experientes e um possível elevado grau de rotatividade entre os recém-empossados.

4.1.6. Saúde do Servidor

A partir da análise dos resultados obtidos no último ciclo de Exames Periódicos de Saúde, fornecidos pelo Serviço de Assistência Médica, Odontológica e Social – SAMS/Sudam, do qual os novos servidores da Autarquia não participaram, constatou-se que a saúde dos servidores precisa de cuidados especiais, tendo em vista dados como:

- No mínimo, 56% dos servidores que participaram do levantamento estarem acima do peso, estando 17% desse grupo com algum grau de obesidade. Diz-se o percentual no mínimo, pois 23% não participaram do processo e 21% estão com o peso normal;
- 44% dos servidores apresentarem colesterol elevado;
- 15% dos servidores apresentarem triglicédeos elevados;
- 15% dos servidores serem hipertensos;
- 7% dos servidores serem diabéticos.

Em 2016, verificou-se a necessidade de execução de ações de Qualidade de Vida no Trabalho que permitam a realização de atividades que busquem melhorar as condições de saúde e bem-estar do servidor, tanto no âmbito físico, quanto na esfera psicológica, diminuindo a sobrecarga de estresse, que tanto contribui para o absenteísmo. Condições que, além de representarem custos diretos e/ou indiretos à autarquia, podem ser evitados com ações proativas e de caráter preventivo através de políticas de gestão de pessoas alinhadas às demandas organizacionais.

4.1.7. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Durante o exercício de 2016 tivemos a contratação de 30 estagiários, advindos de instituições conveniadas com esta Autarquia.

Os estagiários são contratados conforme necessidades identificadas nas unidades desta Autarquia e são submetidos à análise curricular e entrevistas. Uma nova política de contratação de estágio ainda encontra-se em elaboração.

4.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade fim

Em janeiro de 2016 tiveram início as atividades da empresa de engenharia contratada para realizar a manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos eletromecânicos da SUDAM. No decorrer do mesmo ano, diversas intervenções, de cunho preventivo e corretivo, foram realizadas no intuito de prover a Autarquia de segurança energética.

Em fevereiro de 2016 foi executado o serviço de desmontagem da Torre Meteorológica existente na SUDAM. Ressalta-se que a Torre supracitada não tinha mais nenhuma utilidade, pois a aplicação que funcionava via enlace de satélite já havia sido desativada há tempos. Assim, a estrutura, em razão da inexistência de manutenção, representava um risco para as pessoas e para as instalações adjacentes.

Em março de 2016 foi executado o Prontuário das Instalações Elétricas da SUDAM, onde, dentre outros benefícios do referido documento, citamos:

- Conhecimento do sistema elétrico da SUDAM, por meio dos diagramas unifilares, trifilares e demais plantas;
- Diagnóstico, no que diz respeito principalmente a ABNT NBR 5410, ABNT NBR 5419 e NR 10, da situação das instalações do Complexo Predial da SUDAM, através do Laudo Técnico das Instalações Elétricas e do Laudo Técnica do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas;
- Constatação de que apenas 14,42% das instalações apresentam-se em conformidade com a NR 10 e, por conseguinte, com as demais normas; Cronograma de implementação de ações corretivas, visando atingir 100% de conformidade com a NR 10 e demais normativos afins até o mês de setembro de 2017; e,
- Insumo base para a construção do rol de serviços elétricos de engenharia na Ata de Registro de Preço para contratação de empresa para manutenção predial preventiva e corretiva

Entre os meses de maio e agosto de 2016, foram realizadas várias tratativas com o Ministério do Meio Ambiente e com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no âmbito do Projeto PNUD BRA/09/G31 – “Transformação do Mercado de Eficiência Energética no Brasil”, dentre elas vale citar a instalação de dois medidores inteligentes de energia e a Auditoria Energética realizada na Instituição. A referida atividade deve gerar como resultado o Diagnóstico Energético das instalações da Autarquia, bem como uma gama de ações propostas no intuito de reduzir o consumo de energia elétrica na SUDAM.

Em outubro de 2016, a SUDAM contratou uma empresa para efetuar a retirada de equipamentos inservíveis localizados no oitavo andar do Bloco C, uma vez que o referido espaço,

em razão da grande quantidade de sucata proveniente do antigo sistema centralizado de refrigeração, configurava-se como um ambiente inseguro e insalubre.

4.2.2. Informações sobre a infraestrutura física

Grande parte das instalações prediais elétricas, hidráulicas e sanitárias da SUDAM apresentam os desgastes inerentes ao tempo decorrido desde sua edificação, há 46 anos. Este fato propicia um ambiente potencialmente perigoso tanto para o patrimônio quanto para o público interno e externo.

Frente às dificuldades de aporte orçamentário, a Administração da SUDAM instruiu processos objetivando a abertura de dois certames licitatórios, visando assinatura de duas Atas de Registro de Preço, uma com o intento de contratar empresa de engenharia para a elaboração de projetos de reforma, arquitetônicos e complementares (inclusive o de prevenção e combate a incêndio), e outra para contratação de serviços comuns de engenharia para correção dos pontos mais críticos pertinentes a infraestrutura física do Complexo Predial da SUDAM.

4.2.3. Informações sobre o consumo de energia elétrica

O consumo de energia elétrica, até 2015, registrou um crescimento anual. Conforme podemos observar no quadro A.4.2.3.1, a evolução do consumo foi de 8,12%, já o faturamento apresentou um crescimento de 67% em razão da crise energética no Brasil, aprofundada a partir de julho de 2014.

Quadro A.4.2.3.1 – Demonstrativo do Consumo/Faturamento de Energia, 2013-2016

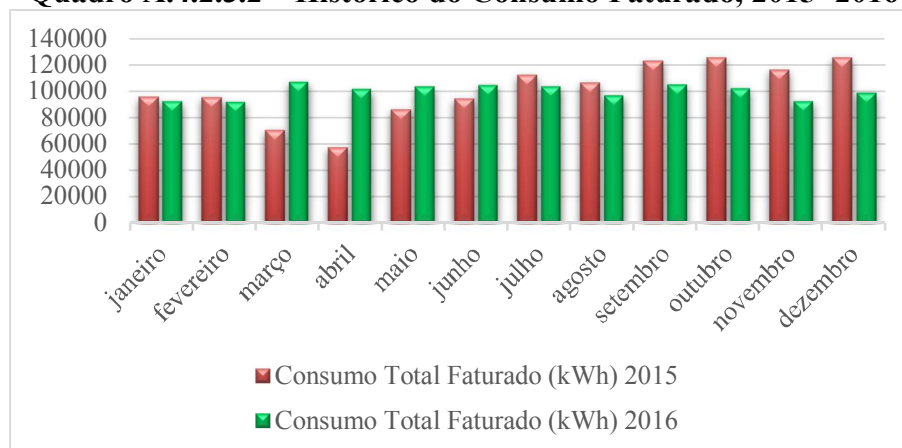
Quantidade (kWh)				Valor (R\$)			
2016	2015	2014	2013	2016	2015	2014	2013
1.202.121	1.293.446	1.234.273	1.196.767	773.339,25	848.055,03	580.693,01	508.379,60

Fonte: DA.

Contudo, a partir de abril de 2016, objetivando conter o crescimento do consumo de energia, foram desenvolvidas diversas Ações de Eficiência Energética - AEE, de custo zero, dentre elas vale destacar a redução do intervalo de almoço de 2h para 1h, ações de sensibilização do público interno, desligamento dos elevadores ao término do expediente, alteração do perfil de acionamento e paradas dos elevadores e a utilização dos geradores de energia no horário de ponta.

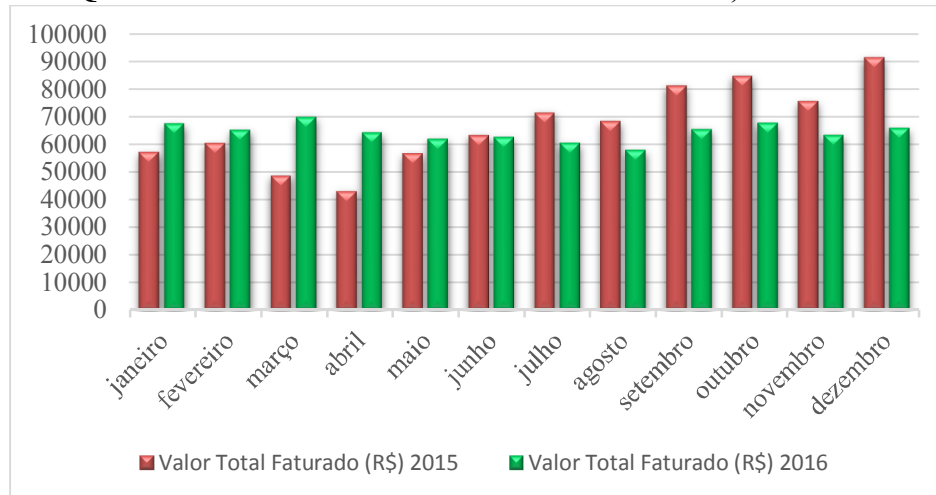
Os quadros A.4.2.3.2 e 4.2.3.3 indicam, respectivamente, o consumo e o faturamento de energia elétrica nos últimos 24 meses. Estes dados foram trazidos para demonstrar o impacto provocado pelas Ações de Eficiência Energética no consumo de energia da Autarquia.

Quadro A.4.2.3.2 – Histórico do Consumo Faturado, 2015 -2016



Fonte: DA.

Quadro A.4.2.3.3 – Histórico do Valor Faturado, 2015-2016



Fonte: DA.

Vale ressaltar que a demanda interna de fevereiro a julho de 2015 era menor que no mesmo período em 2016, em razão de um curto circuito no terminal de um dos transformadores de potencial do sistema de proteção, que deixou a subestação de 225 kVA temporariamente inoperante.

Como resultados das AEE, pode-se elencar:

- Identificação de 7% de redução de consumo na comparação com 2015.
- Alcance de patamar de consumo bem próximo do que foi dispendido em 2013.
- Redução obtida, na comparação com 2015, levando em consideração a média diária de consumo em 2016, que corresponde a 3.291 kWh, resultaria no suprimento de aproximadamente 28 dias de funcionamento da SUDAM.
- Em termos financeiros, 2016 teve um faturamento total 8,81% menor que em 2015, uma economia de R\$ 74.715,78.

Visando fortalecer as Ações de Eficiência Energética para reduzir os gastos com energia elétrica, ao longo de 2017 serão propostas as seguintes medidas:

- Intensificar as ações para sensibilizar o público interno quanto às práticas adotadas pela Instituição para economizar energia;
- Realizar a instalação de sensores de presença em áreas de circulação e banheiros;
- Melhorar a isolamento térmica das salas, reduzindo os pontos de troca de calor com o ambiente externo;
- Otimizar os espaços, evitando que grandes salas sejam ocupadas por poucos servidores; e,
- Substituir alguns equipamentos, como lâmpadas e ar condicionados, por outros que consomem menos energia.

Por fim, enfatizamos que no decorrer de 2017 as ações que foram propostas serão devidamente acompanhadas e monitoradas no intuito de mensurar os ganhos obtidos.

4.2.4. Informações sobre cessão de espaços físicos e imóveis

Em relação à cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas, informa-se que, como ainda não foi regularizada a cessão de uso do imóvel utilizado pela Sudam, esta autarquia não possui nenhum espaço físico cedido.

4.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A SUDAM busca a modernização da atividade administrativa e a maior transparência dos atos de gestão. Neste processo, o apoio tecnológico tem se mostrado peça fundamental na Instituição. A qualidade destas soluções informatizadas é imprescindível para o bom desenvolvimento destas atividades, obrigando-se cada vez mais os técnicos a criarem critérios rígidos e objetivos na sua aferição.

A Tecnologia da Informação constitui cada vez mais um dos principais agentes de mudanças das organizações. Sua efetiva utilização deve estar orientada para as questões estratégicas, de apoio à integração operacional, organizacional e funcional da Instituição. A correta utilização dos potenciais da tecnologia favorece um ambiente Institucional moderno integrando as ações de todos os setores, fazendo da informatização um fator crítico de sucesso Institucional.

As informações são essenciais para as tarefas de identificar, agrupar, direcionar e avaliar as alternativas de ação para a resolução de problemas. Porém, sem informações úteis e confiáveis o gestor não executa um planejamento realista, o que o leva a gerar propostas vazias e ter dificuldades para tomar decisões efetivas e realistas.

A SUDAM busca a modernização da atividade administrativa e a maior transparência dos atos de gestão. Neste processo, o apoio tecnológico tem se mostrado peça fundamental na Instituição. A qualidade destas soluções informatizadas é imprescindível para o bom desenvolvimento destas atividades, obrigando-se cada vez mais os técnicos a criarem critérios rígidos e objetivos na sua aferição.

A Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação - CGTI, unidade da Diretoria de Administração – DA, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM é composta pelas áreas de Divisão de Infraestrutura Tecnológica – DIT e Divisão de Sistemas de Informação – DSI.

Para se alcançar os objetivos estratégicos da SUDAM definidos no seu Mapa Estratégico, a Tecnologia da Informação elaborou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2014-2015 (prorrogado para até 2016), que tem a finalidade de orientar o direcionamento da Tecnologia da Informação no âmbito da Instituição. Sobre ele trataremos a seguir.

4.3.1. Plano Diretor de Tecnologia da Informação da Sudam – PDTI 2014-2015

O elemento chave na elaboração do PDTI foi a sua integração e alinhamento com o Mapa Estratégico Institucional e as estratégias de negócio da instituição. Essa integração é que habilita a TI a apoiar as estratégias organizacionais mais efetivamente, permitindo que formule suas estratégias, organize seus processos e, conseqüentemente, determine os investimentos e recursos humanos na área, orientados, sempre, pela estratégia de negócios.

Para que das as ações do PDTI atendam de forma efetiva às necessidades e objetivos reais da autarquia, foi instituído, por meio da Portaria nº 154, de 20 de Dezembro de 2009, o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação, cujos membros representam a interdisciplinaridade da SUDAM, com os seguintes representantes: Diretor de Administração; Coordenador de Gestão e Tecnologia da Informação; Coordenador-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento; Coordenador de Planejamento e Programação Orçamentária; Chefe da Assessoria de Gestão Institucional e Chefe da Assessoria de Comunicação e Marketing.

Entre as principais decisões tomadas pelo Comitê, destacam-se: a priorização dos sistemas que devem ser desenvolvidos pela fábrica de software; priorização das ações orçamentárias que

devem ser executadas ao longo do ano seguinte; a diminuição da periodicidade entre as reuniões do próprio comitê; entre outros. Ao longo de 2016 foram feitas 03 reuniões do Comitê.

Um dos maiores desafios dos gestores é fazer com que a TI desempenhe seu relevante papel estratégico na Instituição, fornecendo as informações necessárias de forma confiável e tempestiva, para agregar valor aos seus produtos e/ou serviços, auxiliar no cumprimento de sua missão e na obtenção dos melhores resultados a serviço da Instituição.

Uma das estratégias adotadas pela CGTI visando um melhor aproveitamento dos recursos de TI (humanos, financeiros e tecnológicos) é a adoção de parcerias/integração com o Ministério da Integração, SUDENE, SUDECO, DNOS e CODEVASF e outras Instituições. Estas parcerias dar-se-ão tanto no desenvolvimento de Sistemas, quanto na operação de soluções, inclusive através do compartilhamento de equipamentos.

Durante o ano de 2016 destacamos algumas iniciativas/realizações que tiveram impacto positivo no cumprimento das atividades da CGTI:

- Reuniões técnicas do Comitê de TI do Ministério da Integração e instituições vinculadas (SUDAM, SUDENE, SUDECO, DNOS e CODEVASF), onde, haverá compartilhamento de recursos entre os Órgãos, pois não se pode pensar em TI de forma isolada, de forma desconcentrada, todas as instituições devem seguir uma mesma direção;
- Cumprimento das Metas de Desempenho Institucional 2016;
- Encaminhamento da Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC para a Assessoria de Gestão Institucional.
- Implantação de um sistema de Gestão de Contratos para servir à autarquia.
- Implementação e implantação de novos sistemas para substituir sistemas legados – Novo Sistema de Protocolo e Novo sistema de controle de Visitantes.
- Implantação de sistemas baseados em software livres – Sistema de gestão de biblioteca.
- Modernização da capacidade de digitalização – por meio da aquisição de equipamentos modernos - de documentos em virtude na necessidade futura de implantação de processo administrativo eletrônico.

A utilização dos recursos de informática estão de acordo com a estratégia utilizada na SUDAM/DA/CGTI, quando do planejamento do Plano de Compras da SUDAM - PACOS 2016. Os recursos para investimentos e custeio na área de informática fazem parte da Ação 2000 – Administração da Unidade - 0003 - Tecnologia da informação e modernização da gestão organizacional.

Para apoiar a consecução das fases do PDTI, foram realizadas entrevistas com as Unidades Administrativas da SUDAM e Diretorias, através de preenchimento de formulários, a fim de identificar as necessidades de TI de todo o órgão. Dessa forma, possibilitou-se o nivelamento dos conceitos e o estabelecimento da correlação entre os objetivos institucionais e as ações estratégicas da área de TI para tornar possível o alcance dos objetivos.

A seguir estão relacionados os Objetivos Estratégicos da TI definidos no PDTI 2014-2015(prorrogado para até 2016), alinhados aos objetivos estratégicos institucionais:

- Aumentar o nível de maturidade de Governança de TI, promovendo o alinhamento estratégico da TI com os objetivos de gestão da instituição, auxiliando os planejamentos estratégico, tático e operacional das unidades da SUDAM;
- Disponibilizar informações integradas e relevantes para agilizar na tomada de decisões gerenciais e estratégicas;
- Auxiliar na identificação dos processos de negócio e no mapeamento das melhorias que visam aperfeiçoar os processos internos;
- Consolidar a Política de Segurança da Informação na instituição;

- Promover melhorias no atendimento às demandas e às necessidades de Tecnologia da Informação dos usuários internos por meio de soluções de TI;
- Assegurar a formação continuada dos servidores, buscando a evolução do conhecimento e habilidades, ampliando as competências e superando os desafios representados pela constante transformação da área de TI.

4.3.2. Estratégia de Atuação Frente aos Objetivos Estratégicos

Uma das estratégias para o alcance dos resultados do PDTI – 2014-2015 (prorrogado para 2016) foi a execução de algumas ações em conjunto com os técnicos do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO, SUDAM, SUDENE, SUDECO, DNOS e CODEVASF, objetivando ter um maior aproveitamento de recursos e capital humano. A estratégia de parceria com outras Instituições foi um fator preponderante para o alcance dos resultados, estratégia esta que será adotada em outros trabalhos.

Na busca da prestação de serviços com qualidade e eficiência às Unidades Administrativas da SUDAM e à Sociedade, no que diz respeito à disponibilização de informações estratégicas através da implantação de sistemas informatizados, os riscos se apresentarão na dificuldade de realizar a gestão, devido à quantidade de servidores na CGTI – muitos, inclusive, com tempo de aposentadoria, mas que foi mitigado com a incorporação através de concurso público realizado pela SUDAM de 02 (dois) técnicos para a área de TI, além da inclusão de outros dois técnicos aprovados na área administrativa, embora com formação em TI.

No tocante a Segurança da Informação, a minuta da Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC foi elaborada e encaminhada à Unidade técnica competente para análise e manifestação.

Na qualidade do atendimento ao usuário interno, a SUDAM utiliza o Sistema de Service Desk/ASM, o qual registra, analisa e acompanha as Requisições e Incidentes dos Serviços de Tecnologia da Informação prestados pela CGTI à comunidade de usuários da SUDAM, fomentando assim melhorias e garantindo a transparência no controle dos Processos na Gestão de Serviços.

4.3.3. Principais fatores de críticos de sucesso

As restrições se prendem a toda possibilidade de frustração dos objetivos das ações planejadas pela indisponibilidade de algum dos seus requisitos. Os fatores críticos de sucesso são os pontos chave que definem o sucesso ou o fracasso de um objetivo definido no planejamento estratégico de determinada organização, caso não ocorram podem inviabilizar o sucesso de uma organização.

Estes fatores precisam ser definidos tornando-se condições fundamentais a serem cumpridas para que a instituição alcance seus objetivos. No PDTI 2014-2015 (prorrogado para 2016) foram identificados os seguintes fatores críticos de sucesso:

- Apoio da alta administração;
- Comprometimento das áreas de negócios;
- Entender o potencial dos recursos de TI a serviço da instituição;
- Manter ativo o Comitê de Tecnologia da Informação permitindo, assim, o alinhamento estratégico das ações de TI às necessidades de negócio da organização;
- Focar a TI no suporte a atividades estratégicas de negócios;

- Adoção das melhores práticas de governança de TI;
- Promover melhorias na integração e na eficiência dos processos;
- Desenvolver sistemas que disponibilizem informações para a tomada de decisão;
- Priorizar a utilização de software público, sempre que possível;
- Renovação do parque computacional da instituição sem garantia;
- Licenciar todos os softwares proprietários necessários para as atividades regimentais da SUDAM;
- Utilizar, sempre que possível, ferramentas de virtualização para uso racional dos recursos de hardware disponível nos servidores de rede;
- Avaliar e manter contrato de manutenção de todos os ativos da rede da SUDAM;
- Realizar vistorias técnicas quanto à infraestrutura de TI, com objetivo de avaliar, propor evoluções tecnológicas e manter o correto funcionamento de toda a rede corporativa;
- Participar, sempre que possível, de seminários e eventos da área de TI, visando à capacitação tecnológica da CGTI;
- Estimular a participação dos servidores lotados na CGTI nas atividades de treinamento que os habilitem ao exercício da função de gestores dos serviços já contratados ou a serem contratados;
- Conscientizar os colaboradores quanto às questões éticas utilizadas nos relacionamentos com os clientes e fornecedores dos bens e serviços;
- Disponibilidade orçamentária e de recursos humanos.

4.3.4. Execução do Plano de Metas/Ações

O plano de metas e ações tem por objetivo definir metas, ações e indicadores que subsidiarão o cumprimento das necessidades listadas anteriormente. As ações devem ser executadas para que as metas definidas sejam alcançadas, apontando os recursos humanos (competências e quantidade), de equipamentos, de serviços e orçamentários necessários para a sua realização. Por meio de prazos e indicadores será possível fazer um acompanhamento efetivo, propiciando a tomada de medidas preventivas e corretivas para que o PDTI alcance êxito.

O quadro a seguir refere-se às metas e ações do PDTI 2014-2015, executadas em 2016 (devido à prorrogação do Plano), sendo que algumas delas serão finalizadas no primeiro trimestre de 2017.

Quadro A.4.3.4.1 - Metas e Ações do PDTI em 2016

ID	Necessidade (Problema/Oportunidade)	Meta	Ação
N3	Aprimorar o planejamento e gestão da aquisição de bens e serviços de TI	Implementar a Norma Operacional de Contratação de Bens e Serviços de TI	Publicar a Norma no Boletim Interno
			Disseminar melhores práticas de planejamento e gestão de contrato de TI
			Elaborar e publicar o PDTI 2017-2018
			Obter aprovação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
			Publicar o PDTIC 2017-2018 em formato PDF ou HTML, no site da SUDAM
N4	Acesso às informações utilizando a tecnologia de Business Intelligence do Ministério da Integração	Disponibilizar o acesso aos painéis de BI do Ministério da Integração	Solicitar ao Ministério da Integração liberação de acesso ao Sistema de Business Intelligence – BI
			Operacionalizar o acesso

			Capacitação
N5	Modernizar a infraestrutura física e lógica da SUDAM	Garantir rapidez, agilidade e segurança aos usuários internos e externos no acesso a informação	Manter o serviço para o circuito de dados para acesso à internet (20 Mbps)
			Manter o serviço com empresa especializada em gerenciamento remoto de segurança da informação
		Disponibilizar equipamentos e serviços de TI de modo a apoiar os profissionais da SUDAM no exercício de suas funções	Adquirir computadores desktop, monitor de vídeo 21", teclados ou substituí-los quando obsoletos ou sem garantia
			Adquirir impressoras de rede, scanners ou substituí-los quando obsoletos ou sem garantia
			Manter o serviço de suporte a sustentação de servidores (Data Center) e Banco de Dados
		Garantir à área de TI a disponibilização de máquinas, equipamentos e aplicativos profissionais capazes de atender a demanda gerada pelos serviços prestados ao usuário interno e externo das unidades da SUDAM	Contratar manutenção para equipamentos com garantia expirada e que ainda possuem considerável vida útil (impressoras de rede, scanners, etc)
			Adquirir e atualizar equipamentos servidores (Servidor do tipo Lâmina (Blade Server), Módulo SW ETH 3012 p/ Bladecenter H, Cooler p/ Bladecenter H, Gaveta expansão Storage, Disco Rígido tipo 1 e 3)
			Adquirir e atualizar equipamentos servidores (Servidor do tipo Lâmina (Blade Server), Módulo SW ETH 3012 p/ Bladecenter H, Cooler p/ Bladecenter H)
			Adquirir materiais de consumo de TI
			Adquirir e atualizar equipamentos servidores (Servidor do tipo Lâmina (Blade Server), Módulo SW ETH 3012 p/ Bladecenter H, Cooler p/ Bladecenter H, Gaveta expansão Storage, Disco Rígido tipo 1 e 3)
Aquirir ativos de rede (Switch Ethernet 24p PoE, Access Point Wi-Fi Dual Band, Roteador Wi-Fi Dual Band)			
Adquirir HD externo			
Adquirir os softwares utilizados pela SUDAM	Adquirir e atualizar licenças MS Office		
N7	Prover solução sistêmica para as áreas meio e finalísticas	Desenvolver e manter sistemas transacionais para atender as necessidades das áreas meio e finalísticas	Implementar Sistema de Gestão de Pessoas
			Implementar Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (SEI)
			Manter Sistema de Patrimônio e Almoxarifado
			Manter Sistema de Fundos de Desenvolvimento
			Manter Sistema de Incentivos Fiscais
			Implementar Sistema de Gestão Administrativa (módulo contratos)
			Implementar a Intranet
			Criar metodologia e arquitetura de referências SOA (Service Oriented Architecture)
			Implementar o serviço de monitoramento de imagem
			Implementar Sistema de Informações Geográficas - GIS (software livre)
			Implementar Sistema de Controle de Acesso (visitantes)
			Registro de Preço para contratar empresa para desenvolvimento de sistemas
			Contratar empresa para manutenção de sistemas institucionais
Implementar Sistema de Biblioteca			
N8	Racionalização e sustentabilidade no uso dos recursos de TI como instrumento de trabalho para os profissionais da SUDAM	Tornar 100% dos servidores e colaboradores conscientizados na racionalização e sustentabilidade no uso dos recursos de TI	Criar workshops para servidores e empresas contratadas a fim de divulgar a racionalização e a sustentabilidade no uso dos recursos de TI
N9	Maximizar a interação entre a SUDAM, Ministério da Integração, CODEVASF, DNOCS, SUDENE e SUDECO	Alinhar as políticas de TI da SUDAM, Ministério da Integração, CODEVASF, DNOCS, SUDENE e SUDECO	Consolidar as necessidades, inclusive orçamentárias, de contratação entre o Ministério da Integração e suas vinculadas, elaborando, sempre que possível, um processo único que atenda as demandas convergentes
			Realizar encontros de governança através do Comitê de TI do Ministério e vinculadas

Ações de sistemas extra PDTI que merecem destaque:

1- Implantação do sistema de chamados administrativos para atender à CGA: Utilizou-se software livre, portanto, sem custo financeiro, para adaptar às necessidades da área administrativa da SUDAM. Depois de adaptações da área solicitante, sistema ficou apto para utilização a partir de 2017.

2- Implantação de sistema de Gestão de auditoria interna da SUDAM: Utilizou-se software livre, portanto, sem custo financeiro, para adaptar às necessidades da área de auditoria da SUDAM. Três atividades eram necessárias: Configuração do sistema no ambiente tecnológico de TI da SUDAM, parametrização de TI e para metrização de negócio (auditoria). Após as duas primeiras serem feitas pela TI, sua implantação foi pausada em dezembro de 2016 devido à necessidade de parametrização de negócio por parte da auditoria, que necessitava de apoio técnico de órgãos que já utilizassem o referido sistema, o que não ocorreu. Não houve a retomada do projeto, que pausou em 75%. Apesar disso, o sistema encontra-se no ar.

Fonte: CGTI.

Capacitação

Foram capacitados servidores nos seguintes temas: Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos; Gestão e Fiscalização de Contratos de Tecnologia da Informação; Gerência de Projetos; Engenharia de Software; Teste de Software; Estrutura e Fluxo de Informação; entre outros.

Dependência de terceiros

Para mitigar eventuais dependências tecnológicas de terceiros algumas medidas foram tomadas, entre as quais se destacam: O framework utilizado pela fábrica de software, para desenvolvimento de sistemas, é um produto totalmente internalizado pelos servidores efetivos da SUDAM que, inclusive, treinaram a fábrica na sua utilização; Migração de serviços, antes oferecidos por softwares proprietários, para softwares livres dominados por servidores efetivos da autarquia – como os serviços de segurança da informação, entre outros.

Segurança da Informação

A Política de Segurança da Informação e Comunicação – POSIC, foi elaborada e encaminhada ao Comitê de Segurança da Informação, para análise e aprovação, e faz parte do rol de metas constantes do PDTI SUDAM 2014/2015 (prorrogado para 2016) com previsão de implantação definitiva para 2017.

Algumas ações têm sido tomadas por parte da SUDAM/CGTI visando à segurança da informação:

- Provedor de Serviços de Internet: contratação de empresa especializada em Gestão de Segurança da Informação, para Implementação, administração, gerenciamento e monitoração remota 24x7x365 dos serviços de Anti-SPAM gateway, Firewall/VPN e Proxy/Web Filter, além de administração, gerenciamento e monitoração 24x7x365 do serviço de Antivírus/Antispyware.
- Novos Ativos de Rede: modernos equipamentos Ativos de Rede de alta tecnologia, já adquiridos e disponibilizados no novo ambiente de Datacenter. Servidores Blade dimensionados para proteger as informações e oferecer excelente desempenho de virtualização, eficiência energética e gestão simplificada para o ambiente de TI; Sistema de Storage para armazenamento em disco oferecendo alto desempenho, facilidade de uso e flexibilidade através de interfaces de altíssima velocidade, além de funcionalidades avançadas de gerenciamento e proteção de dados; e, finalmente, Solução de Backup/Restore automatizado (Tape Library) provendo armazenamento em fita que auxiliam na automatização, segurança e gerenciamento de dados com redução de custos operacionais.
- Serviço de Diretório: Utilização do Serviço de Diretório global (Active Directory) que implemente e gerencie ambientes locais seguros baseados em controles pré-definidos,

para acesso a um conjunto integrado de serviços/sistemas quem compartilharão a mesma base de dados de contas de usuários e demais objetos de rede.

- Backup de Dados: independentemente dos novos recursos em implantação, uma metodologia básica de backup de dados é praticada permanente e periodicamente, abrangendo Servidor de Arquivos, Servidores de Bancos de Dados e Sistemas Informatizados/Aplicações Web, com frequência diária (backups diferenciais) e semanal (backups totais). Nesse modelo, o backup de dados de estações de trabalho é de responsabilidade de seus usuários.

Desenvolvimento e Produção de Sistemas

As necessidades de TI referente ao desenvolvimento de Sistemas foram definidas a partir do PDTI 2014-2015 (prorrogado para 2016) e da disponibilidade orçamentária no Programa Administração da Unidade.

A parceria com outras Instituições foi um fator preponderante para o alcance dos resultados, com a criação do Comitê de TI da SUDAM e do MI houve uma maior integração com as Entidades Vinculadas, pois, através do levantamento dos catálogos de Sistemas existentes haverá uma redução dos custos com a implantação de Sistemas.

Abaixo os sistemas existentes na SUDAM e a situação atual, assim como a necessidade de novos sistemas.

Quadro A.4.3.4.2 – Sistemas da Sudam

Descrição	Situação atual
Sistema de Recursos Humanos	Implantado
Sistema de Biblioteca	Implantado ¹
Sistema de Acesso às dependências da SUDAM (Visitantes)	Implantado ²
Sistema de Protocolo	Implantado ²
Sistema de controle do saldo orçamentário	Implantado ³
Sistema de Almoxarifado e Patrimônio - GESPRO	Implantado
Sistema de Recursos Humanos - Módulo Assistência Médica	Implantado
Sistema de Acompanhamento de Prestação de Contas Financeira de Convênios	Implantado
Sistema Monitoramento das Ações do Governo Federal na Amazônia Legal	Implantado
Sistema de Assistência à Saúde	Implantado
Sistema de Fundos de Desenvolvimento	Implantação do Módulo Cadastro ⁴
Sistema de Gerenciamento de Serviços de TI - ASM	Implantado
Portal de Integração Amazônica	Implantado
Sistema de Recursos Humanos	Modelagem
Sistema de Incentivos e Benefícios Fiscais	Customização
Sistema de Eletrônico de Informações - SEI	Em fase de implantação
Intranet	Implantado
Sistema de Gestão Administrativa	Implantado
Sistema para avaliar a efetividade dos instrumentos de desenvolvimento regional (FNO, FDA e Incentivos Fiscais)	Em fase de implantação
Sistema de monitoramento de imagens e informações geográficas	Em fase de levantamento
Sistema de Gestão de Aquisições e Contratos	Implantado

Fonte: CGTI.

Notas: ¹ Sistema implantado, baseado todo em software livre. ² Sistema desenvolvido integralmente pela equipe da casa. ³ Devido à defasagem tecnológica dos Sistemas, pois os mesmos foram desenvolvidos na linguagem de programação GOL (Gerenciador On-Line), onde utiliza o Sistema Operacional MS DOS, já iniciamos a descontinuidade e substituição por outros via Web. ⁴ Sistema contratado em parceria SUDAM/ SUDENE

No que diz respeito à Contratação e gestão de bens e serviços de TI, vale lembrar que para que a TI possa dar atendimento aos serviços estratégicos da SUDAM, necessitamos da utilização de mão de obra terceirizada, pois possuímos um corpo técnico pequeno e não especializado para o tipo de serviço demandado.

A utilização dos recursos de informática estão de acordo com a estratégia utilizada na SUDAM/DA/CGTI, quando do planejamento do PACOS 2016, como descritos no quadro abaixo. Os recursos para investimentos e custeio na área de informática fazem parte da Ação 2000 – Administração da Unidade - 0003 - Tecnologia da informação e modernização da gestão organizacional.

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação da SUDAM – PDTI 2014-2015 (prorrogado para 2016) orienta o direcionamento da Tecnologia da Informação no âmbito da Instituição e o alinhamento dele ao Mapa Estratégico bem como às estratégias de negócio da instituição é o que nos habilita enquanto TI no sentido de apoiar as estratégias organizacionais mais efetivamente, permitindo que a Unidade formule suas estratégias, organize seus processos e, conseqüentemente, determine os investimentos e recursos humanos na área, orientados, sempre pela estratégia de negócios.

4.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A Unidade revisou em abril de 2016 o Plano de Gestão da Logística Sustentável - PGLS, onde se encontram descritas as principais metas e atividades consideradas de fundamental importância para a redução e racionalização dos custos e impactos ambientais na Administração Pública. Foi elaborado um diagnóstico das atuais práticas realizadas na instituição, em seguida, o plano de ação relacionado a cada um dos temas elencados na IN N° 10/2012 SLTI/MPOG.

A Sudam tem implantado medidas para redução do uso do papel e para sua reutilização (uso dos dois lados do papel para impressão, bloco de anotações, etc.), conforme as Portarias Normativas N° 002 e N° 003, de 06 de junho de 2011, tendo adotado, inclusive, o uso do papel reciclado.

Com relação ao gerenciamento de recursos renováveis, atualmente, as compras de copos descartáveis para água e café são destinadas, principalmente, para utilização em eventos realizados na Instituição.

O processo de aquisição de cartuchos para impressão na SUDAM segue as orientações das normas de compras de materiais sustentáveis. O descarte desses produtos é realizado pelo Setor de Almoxarifado com destinação posterior às associações e cooperativas habilitadas para reciclagem, conforme Decreto N.º 5.940, de 25/10/2006. Houve diminuição nas aquisições de cartuchos de tinta e aumento da quantidade de cartuchos de toner que tem vantagens sobre a impressão a jato de tinta, como: velocidade de impressão, qualidade dos impressos, minimização de desperdícios e maior rendimento.

Visando a redução do consumo de energia, a unidade possui medidas de curto, médio e longo prazo, a saber:

Medidas de Curto Prazo

- Desligar os aparelhos condicionadores de ar 30 min antes de sair da sala para o intervalo do almoço e ao término do expediente;

- Manter a temperatura dos condicionadores de ar entre 21 e 23°C;
- Desligar todos os elevadores às 18h20min;
- Desligar pelo menos 1 elevador entre às 12h e 14h;
- No último dia útil da semana desligar todos os elevadores ao término do expediente;
- Desligar todos os bebedouros até às 18h todos os dias;
- No último dia útil da semana desligar todos os bebedouros, geladeiras e frigobares ao término do expediente;
- Evitar acender as lâmpadas durante o dia e utilizar mais a iluminação natural;
- Ao sair para o almoço, habilitar a função suspender dos computadores, além de desligar o monitor;
- Evitar, ao máximo, a permanência depois das 18h30min;
- Realizar campanhas educativas para conscientização e sensibilização dos servidores para evitar o desperdício, além de buscar reduzir o consumo de energia.

Medidas de Médio e Longo Prazo

- Substituição de equipamentos elétricos antigos, principalmente condicionadores de ar, por equipamentos com eficiência “A”;
- Realizar manutenção preventiva nos condicionadores de ar do Complexo;
- Instalação de lâmpadas com sensores de presença nas áreas externas e banheiros;
- Substituição dos elevadores atuais por elevadores modernos de elevada eficiência energética;
- Utilizar películas claras com filtro de calor e raios ultravioleta;
- Substituição das luminárias e lâmpadas existentes por outras mais eficientes, como é o caso das lâmpadas LEDs e luminárias com aletas metálicas;
- Nas futuras reformas, optar por layouts e instalações que propiciem um elevado grau de eficiência energética;
- Elaboração de um projeto de captação de energia solar através de painéis fotovoltaicos, visando suprir algumas cargas, reduzindo dessa forma o consumo de energia com a Concessionária local.

Quanto ao consumo sustentável de água, a unidade encontra-se, atualmente, defasada, necessitando de modernização e controle. A reforma do sistema hidrossanitário é uma das ações que necessitam ser desenvolvidas pela Instituição, como também o investimento em produtos e equipamentos que tragam novas tecnologias para redução de consumo, a saber: bacias sanitárias (com caixa acoplada de 6 litros para descarga e sistema de duplo acionamento); válvula de descarga automática para mictório (redução de 50% de água em relação à convencional), torneiras automáticas. Além disso, a captação de água da chuva pode ser alternativa de aproveitamento de água não potável para ser utilizada na lavagem de calçamentos internos e externos, irrigação dos jardins e lavagem de persianas e ar condicionados. Entretanto, para a SUDAM implantar um sistema de aproveitamento de água de chuva será necessário investir num sistema de captação, que poderá ser objeto de um estudo técnico para implantação futura. Essa ação permitirá o uso racional

do recurso, que contribuirá com a redução de água para fins não potáveis dentro da edificação, trazendo uma variante de educação ambiental.

A unidade possui uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária (instituída pela Portaria N° 166 de 20 de outubro de 2008), a qual implantou em 2011 os procedimentos da coleta seletiva dos resíduos recicláveis produzidos nas atividades da comunidade interna desta autarquia, como papel e seus derivados e plásticos, conforme o art. 6° da Portaria Normativa n° 003, de 06 de junho de 2011.

A existência dessa Comissão desempenha um importante papel para a sensibilização dos servidores quanto às práticas de sustentabilidade ambiental e, dentre as iniciativas realizadas destacam-se: a) distribuição de canecas de cerâmicas aos servidores, com o objetivo de reduzir o consumo de copo plástico descartável; b) distribuição de informativo sobre coleta seletiva solidária; c) instalação nos diversos andares do prédio dos coletores de resíduos recicláveis e orgânicos, nas cores padronizadas (azul, vermelho, verde, amarelo e marrom), conforme resolução CONAMA n° 275/2001.

Os materiais são recolhidos por duas cooperativas mediante termo de compromisso com alternância de 06 meses. Existem outros materiais não recicláveis que, embora sejam recolhidos adequadamente, necessitam de uma destinação final adequada, tais como: pilhas, baterias, lixo eletrônico, lâmpadas, resíduos gráficos, lixo médico-odontológico, entre outros. Com relação às pilhas, a instituição já realiza a compra de pilhas recarregáveis, porém em número reduzido. No caso do lixo médico-odontológico, o mesmo é coletado em caixa especial, conforme estabelece a legislação, separado do lixo comum, a fim de ser transportado ao seu destino final.

Além disso, os Termos de Referências/Projetos elaborados para as compras e serviços tem primado pela inclusão de critérios de Sustentabilidade para a contratação e execução do objeto conforme legislação vigente.

4.5. GESTÃO DE FUNDOS E DE PROGRAMAS

Os Incentivos e Benefícios Fiscais são instrumentos voltados à atração de investimentos para a Região Amazônica, concedidos às pessoas jurídicas que possuem empreendimentos em setores considerados prioritários para o desenvolvimento regional. Os benefícios são concedidos através da aprovação de projetos das modalidades de Redução de 75% e Isenção do IRPJ, Reinvestimento de 30% do IRPJ e Depreciação Acelerada Incentivada.

Conforme a Lei Complementar n°101 de 04 de maio de 2000, entende-se por renúncia fiscal a concessão ou a ampliação de incentivos e benefícios que implique redução discriminada de tributos ou contribuições que correspondam a tratamento diferenciado.

Esses estímulos têm sido fundamentais para o cumprimento da política de diminuição das desigualdades regionais, através da expansão das atividades industriais que trazem investimentos e geram empregos.

4.5.1. Renúncias Tributárias

A legislação que disciplina a concessão dos benefícios fiscais administrados pela Sudam é direcionada exclusivamente a pessoas jurídicas com empreendimentos situados na Amazônia Legal, que desenvolvam atividades consideradas prioritárias pelo Governo Federal.

Quadro A.4.5.1.1 – Número de contribuintes beneficiados pela renúncia - pessoas jurídicas

UF	Pessoas Jurídicas		
	2016	2015	2014
AC	0	0	0

AM	29	32	53
AP	0	2	2
MA	0	0	3
MT	16	11	33
PA	8	10	14
RO	0	3	5
RR	1	0	0
TO	7	7	4
TOTAL	61	65	114

Fonte: DGFAI.

O número total de pleitos aprovados foi para 69 (67 reduções e 2 isenções), no entanto o número de empresas a eles vinculados atingiu 61 pessoas jurídicas, uma vez que algumas delas tiveram mais de um pleito de redução aprovados.

A apuração dos valores da renúncia fiscal referentes à Redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica bem como à Depreciação Acelerada Incentivada para efeito do Cálculo do Imposto Sobre a Renda para as empresas que tiveram pleitos aprovados é realizada pela Receita Federal do Brasil, a quem compete regimentalmente à tarefa, conforme a Portaria nº 125, de 4 de março de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB.

Quadro A.4.5.1.2 - Reinvestimento de 30% do IRPJ, 204-2016

UF	Pessoas Jurídicas					
	2016		2015		2014	
	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado	Qtde.	Valor Renunciado
AC	0		0		0	
AM	9	R\$ 40.729.740,60	9	R\$ 50.235.000,00	9	R\$ 27.112.000,00
AP	0		0		0	
MA	0		0		0	
MT	2	R\$ 7.925.879,26	1	R\$ 11.772.000,00	2	R\$ 7.772.000,00
PA	1	R\$ 881.945,02	3	R\$ 120.341.000,00	3	R\$ 262.283.000,00
RO	1	R\$ 254.615,88	3	R\$ 632.000,00	0	
RR	0		0		0	
TO	1	R\$ 66.134,44	0		0	
TOTAL	14	R\$ 49.858.315,20	16	R\$ 189.979.000,00	14	R\$ 297.167.000,00

Fonte: DGFAI.

Obs: Valor renunciado = valor total (30% do IRPJ + 50% do incentivo + complementação dos acionistas)

Ao todo 20 pleitos de Reinvestimentos foram aprovados. No entanto, 06 dessas empresas ou tiveram 02 pleitos de Reinvestimentos aprovados ou tiveram mais um pleito de redução de IRPJ aprovado. Em função dessa circunstância, a CGIF optou por registrá-las apenas na contagem da redução, resultando na apuração de somente 14 empresas contempladas com Reinvestimento.

A Isenção do Adicional do Frete Para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM deixou de ser concedido pelo governo federal a partir de 2016.

A legislação atual não define que, como contrapartida às receitas renunciadas pela União, as pessoas jurídicas beneficiárias da Redução do IRPJ devem desenvolver projetos específicos, mas, sim, que devem aplicar tais recursos em atividades ligadas diretamente à produção ou operação da empresa ou, ainda, que os recursos mencionados constituirão reserva de incentivo fiscal que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social e, também, que em nenhum caso tais recursos poderão ser distribuídos aos sócios ou acionistas, conforme preceituam os artigos 10 e 11 do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam aprovado pela Resolução Condell/Sudam nº 20/2010 e Portaria nº 283/2013 do Ministério da Integração Nacional.

Não ocorreram comunicações à RFB sobre a suspensão ou o cancelamento dos incentivos fiscais administrados pela Sudam referentes a valores indevidamente renunciados.

Previsão de Renúncia

Para o ano calendário de 2016, a Receita Federal do Brasil estimou que deixariam de ser recolhidos, como impostos, um total de 2,1 bilhões de reais, referentes às concessões de benefícios a empreendimentos instalados nos nove Estados da Amazônia Legal.

Resultados Identificados

Os quadros abaixo resumem os resultados apurados para o ano de 2016:

Quadro A.4.5.1.3 - Empresas beneficiadas, 2016

Estados	Redução de 75% do IRPJ	Isenção do AFRMM	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Depreciação Acelerada Incentivada	Total de pleitos aprovados	Total de empregos gerados e/ou mantidos	Atração e/ou manutenção de investimentos das empresas na Região(R\$)
Acre	0	0	0	0	0	0	-
Amazonas	29	0	9	0	38	35746	5.382.586.190,66
Amapá	0	0	0	0	0	0	-
Maranhão	0	0	0	0	0	0	-
Mato Grosso	16	0	2	0	18	2628	2.286.237.031,07
Pará	8	0	1	0	9	2220	1.110.091.641,11
Rondônia	0	0	1	0	1	181	19.002.554,81
Roraima	1	0	0	0	1	72	101.052.351,08
Tocantins	7	0	1	0	8	1547	743.588.958,03
Totais	61	0	14	0	75	42394	9.642.558.726,76

Fonte: DGFAI.

Quadro A.4.5.1.4 - Pleitos atendidos, 2016

Estados	Redução de 75% do IRPJ	Isenção do IRPJ	Reinvestimento de 30% do IRPJ	Depreciação Acelerada Incentivada	Total de pleitos aprovados	Total de empregos gerados e/ou mantidos	Atração e/ou manutenção de investimentos das empresas na Região(R\$)
Acre	0	0	0	0	0	0	-
Amazonas	34	2	13	0	49	35746	5.382.586.190,66
Amapá	0	0	0	0	0	0	-
Maranhão	0	0	0	0	0	0	-
Mato Grosso	17	0	3	0	20	2628	2.286.237.031,07
Pará	8	0	2	0	10	2220	1.110.091.641,11
Rondônia	0	0	1	0	1	181	19.002.554,81
Roraima	1	0	0	0	1	72	101.052.351,08
Tocantins	7	0	1	0	8	1547	743.588.958,03
Totais	67	2	20	0	89	42394	9.642.558.726,76

Fonte: DGFAI.

Quadro A.4.5.1.5 – Incentivos aprovados

Estados	Laudos/ Laudos Constitutivos emitidos	Resoluções emitidas	Declarações emitidas	Total de Incentivos aprovados
Acre	0	0	0	0
Amazonas	59	13	0	72
Amapá	0	0	0	0
Maranhão	0	0	0	0
Mato Grosso	40	3	0	43

Pará	22	2	0	24
Rondônia	0	1	0	1
Roraima	1	0	0	1
Tocantins	14	1	0	15
Totais	136	20	0	156

Fonte: DGFAL.

Em 2016, foram aprovados pela Diretoria Colegiada da Sudam 89 pleitos de incentivos fiscais, dos quais 67 são de Redução de 75% do Imposto de Renda e 20 de Reinvestimento de 30% do IRPJ. O Estado do Amazonas concentrou a maior quantidade de pleitos devido ao grande dinamismo existente no Pólo Industrial de Manaus.

As empresas beneficiadas com esses incentivos declararam terem investido cerca de R\$ 9,6 bilhões em capital fixo para se instalarem, modernizarem, diversificarem e ampliarem suas produções. O Estado do Amazonas mais uma vez se destaca em volume de recursos investidos principalmente por causa do grau de desenvolvimento industrial do polo industrial de Manaus, que assegura a aplicação de elevados investimentos fixos na região.

O total de empregos gerados e/ou mantidos na região em 2016 é de 42.394, concentrados principalmente nos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. Esse número se refere aos empregos diretos, sem contabilizar os indiretos gerados a partir das externalidades criadas por tais empreendimentos. Ademais, chegou-se neste número a partir das empresas que tiveram pleitos aprovados no ano de 2016, não sendo contabilizados os empregos mantidos por benefícios vigentes concedidos em anos anteriores.

Verifica-se que, para uma renúncia tributária prevista de 2,1 bilhões de reais em 2016, foram atraídos e/ou mantidos investimentos fixos em torno de 9,6 bilhões de reais por parte das empresas instaladas na região, além da geração e/ou manutenção de 42 mil empregos diretos. Nesse contexto, os resultados identificados evidenciam que os instrumentos de atração de investimentos para Região Amazônica são efetivos, na medida em que contribuem para a formação bruta de capital fixo na Amazônia, gerando empregos e renda para os amazônidas, contribuindo para a diminuição das desigualdades regionais, que é o foco da missão institucional da Sudam.

4.5.2. Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA

O Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, conforme decreto 7.839 de 09 de novembro de 2012, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas. Ainda, compete ao Fundo atuar como indutor do desenvolvimento na área de sua atuação: a Amazônia Legal, assegurando recursos para a implantação de empreendimentos de interesse da região.

Quadro A.4.5.2 – Identificação do FDA

Poder e Órgão de Vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de Vinculação: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	Código SIORG: 091138
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa: Fundo de Desenvolvimento da Amazônia	
Denominação Abreviada: FDA	

Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 533008
Natureza Jurídica: Fundo de Desenvolvimento		CNPJ: 24.349.668/0001-07
Principal Atividade: Assegurar recursos para a realização de investimentos na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM.		Código CNAE: Não se aplica
Telefones/Fax de contato:	(91) 4008-5422	(91) 4008-5648 -
Endereço Eletrônico: gabinete@sudam.gov.br		
Página na Internet: http://www.sudam.gov.br		
Endereço Postal: Tv. Antônio Baena, 1115 – Bairro: Marco, CEP: 66093-082, Belém –PA.		
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Normas de Criação e Alteração das Unidades jurisdicionadas		
- Decreto nº. 4.254 de 31/05/2002; - Decreto nº. 5.593 de 27/06/2005; - Decreto nº 7.839 de 09/11/2012 (Novo regulamento do FDA).		
Outras Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura das Unidades Jurisdicionadas		
- Medida Provisória nº. 2.157 de 24/08/2001; - Lei Complementar nº 124 de 03/01/2007; - Medida Provisória nº 564 de 03/04/2012 (Convertida em Lei 12.712); - Portaria nº 353A de 26/06/2012 (MI); - Lei nº 12.712 de 30/08/2012; - Resolução nº 22 de 27/11/2012 (SUDAM); - Portaria nº 678 de 07/12/2012 (MI); - Resolução nº 4.171 de 20/12/2012 (BACEN); - Portaria Interministerial nº 56 de 26/02/13 (Limite Subvenção do FDA/FDNE) - Resolução nº 4.224 de 13/06/2013 (BACEN) - Resolução nº 4.209 de 28/03/2013 (BACEN) - Resolução nº 4.303 de 20/01/2014 (BACEN) - Decreto nº 8.275 de 27/06/2014 (Estrutura Regimental) - Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 33 de 29/10/2014. - Resolução nº 4.397 de 30/12/2014 (BACEN). - Resolução nº 4.453 de 17/12/2015 (BACEN). - Resolução nº 4.471 de 14/03/2016 (BACEN). - Resolução nº 4.224 de 13/06/2016 (BACEN). - Resolução nº 4.543 de 21/12/2016 (BACEN).		
Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades Jurisdicionadas		
- Manual de diretrizes para a elaboração do relatório de gestão aprovado pela Resolução nº 32 de 07 de novembro de 2013.		
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas		
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia		

Fonte: DGFAI

Em 2016, não houve aprovações de projetos e liberação de recursos do FDA. Também não houve nenhuma liberação de recursos de projetos aprovado pelo Decreto nº 4.254/2002, logo não houve remuneração do agente operador nas condições desse decreto.

Vale ressaltar que, a partir do novo regulamento do FDA, aprovado pelo Decreto 7.839 de 09/11/2012, a remuneração do agente operador passou a ter fundamentação legal de acordo com a Resolução nº 4.171 de 20/12/2012 do Banco Central:

- a) Em todas as operações, poderá ser cobrada dos proponentes, a título de remuneração do agente operador do FDA, do FDNE e FDCO, comissão de até 0,2% (dois décimos por cento) do valor da operação de financiamento, limitado a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), para os serviços de análise de viabilidade econômico-financeira dos projetos. (art. 2º, Redação da pela Resolução nº 4.265, de 30/09/2013).

- b) A remuneração dos agentes operadores dos Fundos de Desenvolvimento corresponderá a 2,5% e será composta pela taxa de equalização a ser paga pelo Tesouro Nacional, se houver, e pelo diferencial entre a taxa paga pelo mutuário, conforme inciso VIII do art. 1º e o caput do art. 5º, e a taxa de remuneração dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento, conforme inciso II do art. 3º e o parágrafo único do art. 5º, sem prejuízo do encargo estabelecido no art. 2º (art. 4º).
- c) No caso de operações cuja consulta prévia tenha sido aprovada pela Sudam ou pela Sudene e a carta consulta aprovada pelo agente operador até 31 de dezembro de 2012, a taxa efetiva de juros será de 2,5% a.a. (dois inteiros e cinco décimos por cento ao ano) se as operações de financiamento forem contratadas até 31 de março de 2013. (art. 5º, Redação da pela Resolução nº 4.224, de 13/06/2013).
- d) Para as operações contratadas na forma do caput, a remuneração dos recursos dos Fundos de Desenvolvimento, será de 1,5% a.a. (um inteiro e cinco décimos por cento ao ano) sobre o saldo devedor de cada operação, a ser paga semestralmente pelos agentes operadores após o período de carência. (Parágrafo único).

Porém, como não houve qualquer pagamento, até então, por parte de mutuários enquadrados no atual decreto, não houve remuneração de agentes operadores senão a que se refere ao projeto enquadrado no decreto antecessor ao vigente.

4.5.3. Programação e Execução das Despesas

No exercício de 2016, foi empenhado o montante de R\$ 245.034.002,68 para realização de projetos na Amazônia Legal; entretanto, como não houve liberação de recursos para custear nenhum dos projetos, esse montante foi inscrito em Restos a Pagar Não-Processados no exercício seguinte. Em 2015, não houve empenho de recursos, dessa forma, não foram inscritos em 2016 Restos a Pagar do Exercício Anterior.

Quadro A.4.5.3.1 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Despesas por Grupo e Elementos de Despesas - Créditos Originários - Total								
Unidade Orçamentária: FDA			Código UO: 53202			UGO: 533008		
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
5-Inversões Financeiras	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
66 - Concessão de Empréstimo e Financiamento	245.034.002,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.397.512.880	0,00	44.632.914,20

Fonte: DA.

Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.5.3.2 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores					Valores em R\$ 1,00
Unidade Orçamentária: FDA			Código UO: 53202		UGO: 533008
Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2016	
-	0,00	0,00	0,00	0,00	
Restos a Pagar não Processados					

Ano de Inscrição	Montante 01/01/2016	Pagamento	Cancelamento	Saldo a Pagar 31/12/2016
2011	11.797.878,60	0,00	11.797.878,60	0,00
2012	0,01	0,00	0,01	0,00
2013	496.679.916,47	0,00	0,00	496.679.916,47
2014	108.857.397,17	0,00	108.857.397,17	0,00

Fonte: DA.

Análise Crítica

Os Restos a Pagar Processados Reinscritos foram cancelados, com exceção do montante referente ao exercício de 2013.

O saldo a pagar do RP Não Processados de 2011 no valor de R\$11.797.878,60 fazia referência ao empenho de nº 533008532022011NE000006, cujo objetivo era o pagamento da 3ª e 4ª parcela do projeto da empresa ETE- Estação Transmissora de Energia S.A, processo nº 59431/00082/2007-40.

O saldo a pagar do RP Não Processados de 2012 era na verdade uma diferença de R\$0,01 referente ao empenho nº 533008532022012NE000002, cujo objetivo era custear projeto da empresa Morro da Mesa Concessionária S/A, processo nº 59431/00082/2007-40.

O saldo a pagar do RP Não Processados de 2013 no valor de R\$496.679.916,47 é referente ao empenho 533008532022013NE000004, cujo objetivo é custear projeto da empresa Belém Bioenergia Brasil, processo nº 59431/00082/2007-40; este montante permanece em aberto para ser liberado de acordo com o cronograma de desembolso previsto para execução.

Por fim, o saldo a pagar do RP Não Processados de 2014 no valor R\$108.857.397,17 era referente ao empenho 533008532022014NE000061, cujo objetivo era custear projeto da empresa Rialma- Fertil. Ind. e Com. S.A., processo nº 59431/00082/2007-40.

4.5.4. Resultados alcançados

As demonstrações contábeis do FDA constam no anexo IX deste relatório de gestão.

Os Resultados dos acompanhamentos, fiscalizações e avaliações realizadas (incluindo identificação das fiscalizações realizadas, de falhas e irregularidades detectadas e das providências adotadas) constam nos relatórios dos bancos operadores (Banco da Amazônia e Banco do Brasil) na aba “Relatórios, pareceres e declarações” do sistema e-Contas.

Em 2016, foram aprovadas 11 (onze) consultas prévias, cuja participação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) será de R\$ 1.719.807.408,17. Essas consultas prévias pertencem aos setores de indústria e infraestrutura, cujo investimento total será R\$3.315.789.574,44.

A Resolução nº 124, de 28 de julho autorizou a publicação do Relatório do FDA e a disponibilização deste no site da Sudam ocorreu em agosto.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. Canais de acesso do cidadão

A Sudam disponibiliza vários canais de acesso para que o cidadão veicule sua manifestação. Os canais de acesso do cidadão para registro de manifestações, disponibilizados pela Ouvidoria da Sudam contemplam os seguintes:

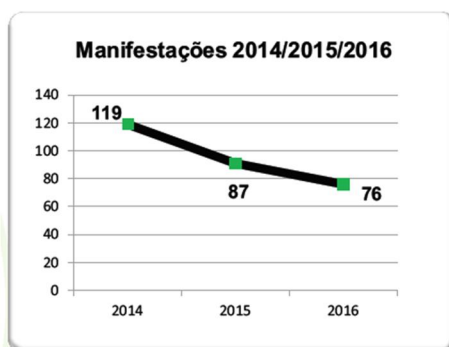
- Webmail: ouvidoria@sudam.gov.br
- Telefone Institucional: (91) 4008-5689
- Fale Conosco: www.sudam.gov.br
- DDG (Discagem Direta Gratuita): 0800-610-021
- Atendimento pessoal, Urnas e Correio - Tv. Antônio Baena, 1113 - Bairro: Marco - Belém-PA - CEP: 66093-082 – Térreo / Bloco C

As solicitações, reclamações, elogios, denúncias e sugestões são extraídos dos sistemas eletrônicos e demais canais de entrada que, juntos, formam o banco de dados da ouvidoria. As manifestações são registradas e respondidas imediatamente ou encaminhadas às unidades técnicas para que forneçam as informações dentro do prazo legal que é determinado pela Lei de Acesso à Informação.

O declínio das manifestações via formulário eletrônico foi generalizado e abrangeu, também, a maioria das vinculadas do MI. Grande parte do fato foi atribuída ao reflexo dos fatos socioeconômicos e políticos e de eventos esportivos vivenciados pelo país em 2016. Porém, ressalta-se que no quantitativo total das manifestações não foram contabilizados 23 registros via 0800, visto que esses dados foram adquiridos somente após o fechamento da edição do Relatório de Atividades. Considerando estes registros, o ano de 2016 fecha com 99 manifestações. Analisando os meses, os quatro primeiros foram responsáveis por 31,58% do total de registros, mantendo a média dos anos anteriores.

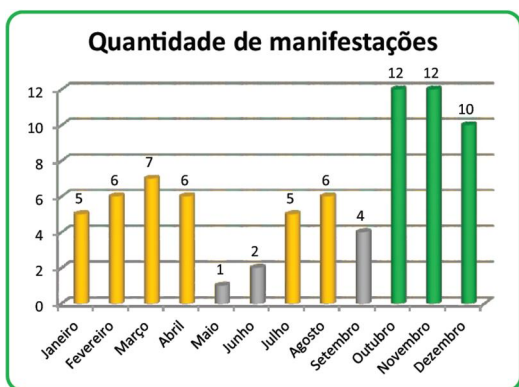
De maio a setembro, obteve-se uma oscilação proveniente dos fatores anteriormente citados. Nos três últimos meses, o percentual chegou ao seu ápice em 2016, ficando com 44,74% do total de registros no ano, ou seja, 34 das 76 manifestações recebidas.

Quadro A.5.1.1 – Quantidade de Manifestações, 2014-2016



Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria.

Quadro A.5.1.2 – Quantidade de Manifestações, 2016



Mês	%	Mês	%
Janeiro	6,58%	Julho	6,58%
Fevereiro	7,90%	Agosto	7,90%
Março	9,21%	Setembro	5,26%
Abril	7,90%	Outubro	15,79%
Maio	1,31%	Novembro	15,79%
Junho	2,64%	Dezembro	13,15%

Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria.

Confirmando os anos anteriores, o “pedido de informação”, que adotou nova tipologia ‘Solicitações’, continua sendo o tipo de manifestação mais registrado na Ouvidoria, desta vez com 67,11 % do total. Referente às Denúncias, a Ouvidoria da Sudam informa que no ano de 2016 não recebeu duas denúncias, que foram recebidas pelo Sistema de Ouvidoria – SisOuvidor localizada no site da Sudam.

No que tange aos assuntos mais solicitados, destacam-se os da área de Incentivos fiscais (55%), seguido pela área de recursos humanos (25%) e legislação do FDA com 20%.

Em 2016, a maioria das “demandas” foi direcionada às Coordenações de Incentivos Fiscais e de Gestão de Pessoas que juntas somaram 47,36%, seguidas da CGA e da CGFIN que pontuaram 23,28%. As manifestações inseridas em “Outros”, contemplaram os setores como da Diretoria colegiada, CLC, CPOR, CORDEC etc.

Mais uma vez o atendimento Online, por meio dos sistemas E-Sic e SisOuvidor, vem confirmando como o canal mais utilizado pelos usuários da ouvidoria, perfazendo um total de 75% das demandas, ou seja, 57 manifestações do total de 76.

Quadro A.5.1.3 – Tipos de Manifestações



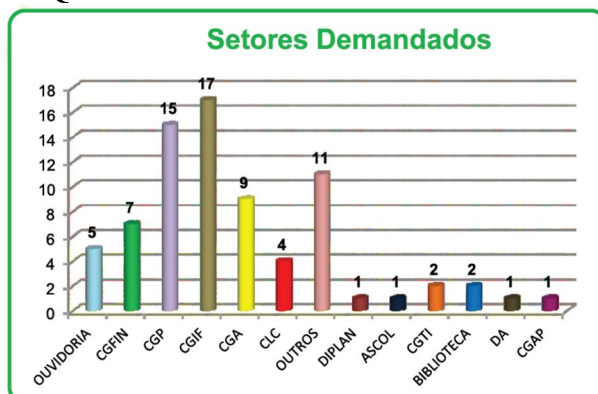
Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria.

Quadro A.5.1.4 – Assuntos mais demandados

UA	Assuntos mais Demandados	Quant.
CGIF	Redução fixa de 75% do IRPJ	08
CGP	Quadro de servidores	05
CGFIN	Legislação do FDA	04
CGIF	Documentos Necessários IRPJ	03

Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria.

Quadro A.5.1.5 – Setores Demandados



Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria

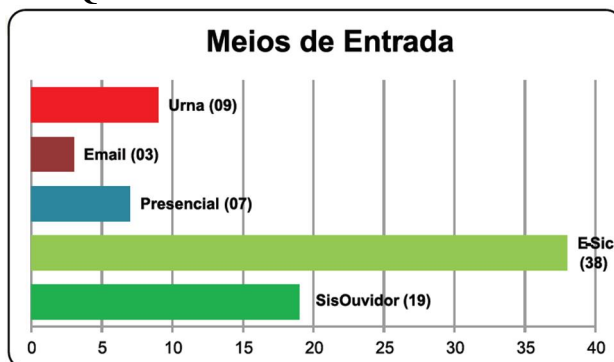
Dado significativo, também, foi o crescimento do atendimento presencial que passou de 01 em 2015 para 07 em 2016. Tal fato sinaliza maior confiança do público interno (incluindo visitantes) em utilizar a ouvidoria como um instrumento ágil e direto para soluções a diferentes problemas. Essa confiança é reconhecida, também, pelo crédito que se vem conquistando na celeridade do repasse das informações pelas Unidades solucionadoras.

A partir do segundo semestre foi adotado novo padrão no repasse das demandas às Unidades técnicas. Agora é imediato (ou até 24h) e o tempo de solução é, no máximo, 19 dias, em consonância com as metas institucionais previstas para 2017.

O novo procedimento via e-mail, tornou-se ágil, eficaz e menos burocrático, contribuindo para que 64,46% das demandas fossem solucionadas dentro do prazo estipulado pela Lei de Acesso à Informação (LAI).

Entretanto, nas manifestações solucionadas acima de 15 dias, parte delas, foram geradas por problemas técnicos apresentados pelo sistema interno (MIouv), ainda, no primeiro semestre.

Quadro A.5.1.6 – Meios de Entrada



Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria.

Quadro A.5.1.7 – Percentual de Manifestações por tempo de resposta

ANO	Status	Tempo de Resposta	Registro	%
2016	Normal	De 1 a 5 dias	32	42,10%
	Media	De 6 a 10 dias	09	11,85%
	Alta	De 11 a 15 dias	08	10,53%
	Urgente	Acima de 15 dias	26	34,21%
	Em aberto	Em Análise	01	1,31%
Total			76	100%

Fonte: MIouv – Sistema de Ouvidoria.

5.2. Carta de serviços ao Cidadão

A unidade de Ouvidoria elaborou todos os seus materiais de divulgação contemplando os detalhamentos para elaboração da Carta de Serviço ao Cidadão, contidos no Decreto 6.932/09.

Quadro A.5.2.1 – Carta de Serviços ao Cidadão - Parte I

APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria da Sudam foi criada para compor a estrutura regimental da autarquia, através da lei complementar nº 124, de 03 de Janeiro de 2007, com sua aprovação através do Decreto nº 6.218 de 04 de outubro de 2007. Dentro da nova estrutura da Sudam, a ouvidoria passa a ser um órgão seccional, com subordinação hierárquica direta ao superintendente e tem a total ligação institucional com a Ouvidoria-Geral do Ministério da Integração Nacional. Além de seguir padrões de excelência das atividades de ouvidoria do Poder Executivo Federal, através da política desenvolvida pela Ouvidoria-Geral da União - OGU.

A Ouvidoria tem importância estratégica dentro da Sudam, sendo o canal direto com o cidadão e colaboradores internos e externos, pois fomenta a democracia participativa e proporciona a transparência dos serviços prestados à sociedade. Desta forma contribui para o planejamento estratégico institucional e para a excelência dos serviços prestados, porque é um espaço onde circula um grande número de informações, as quais serão interpretadas e relatadas para os setores afins, sugerindo e indicando possibilidades de melhorias e/ou de mudanças.

OUVIDORIA DA SUDAM

ESTE É O ESPAÇO ONDE VOCÊ PARTICIPA!

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
 Ministério da Integração Nacional - MI
 Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
 Tr. Antônio Baena, 1113 - Bloco "C" - Marco
 CEP: 66093-082 - Belém/Pará/Brasil
 Fone: (51) 4008-5442 a 5444
 Fax: (51) 4008-5543

Ouvidoria
 (51) 4008-5489 / 0800 610021
 ouvidoria@sudam.gov.br
 www.sudam.gov.br (link contatos)

OUVIDORIA DA SUDAM

ESTE É O ESPAÇO ONDE VOCÊ PARTICIPA!

Fonte: Ouvidoria Sudam.

Quadro A.5.2.2 – Carta de Serviços ao Cidadão - Parte II

NOSSOS CANAIS DISPONÍVEIS

WEBMAIL
 ouvidoria@sudam.gov.br

TELEFONE
 0800-610021

ATENDIMENTO PESSOAL
 De Segunda a Sexta no horário de expediente

FALE CONOSCO
 www.sudam.gov.br

CORREIO
 Tv. Antônio Baena, 1113
 Bairro: Marco, Belém - PA
 CEP 66093-082

URNA
 Interno

POSSÍVEIS DÚVIDAS:

Qualquer pessoa pode se manifestar, solicitando informações, fazendo sugestões, reclamações, denúncias e elogios. Basta entrar em contato com a ouvidoria nos canais disponíveis que será atendido com toda a atenção necessária.

O QUE É A OUVIDORIA DA SUDAM?

- É a responsável por promover a rápida elucidação dos fatos;
- É uma ferramenta gerencial na melhoria da gestão da Sudam;
- É um canal ágil e direto de comunicação, entre o cidadão e a Sudam.

QUAIS AS PRINCIPAIS FUNÇÕES DA OUVIDORIA DA SUDAM?

- Mediar situações de conflitos;
- Manter a ética e a excelência nos serviços prestados;
- Fortalecer a cidadania e a democracia participativa;
- Agir em defesa imparcial da comunidade/sociedade/cidadão;
- Ampliar o espaço público à participação da sociedade civil.

COMO A OUVIDORIA PODE CONTRIBUIR PARA O CIDADÃO?

- Atendendo as pessoas com cortesia;
- Agindo em defesa imparcial da comunidade/sociedade/cidadão;
- Procurando sempre facilitar o acesso às informações institucionais;
- Promovendo a justiça e a defesa dos interesses legítimos dos cidadãos;
- Estabelecendo canais de comunicação de forma aberta, honesta e objetiva;
- Buscando a correção dos procedimentos errados, evitando a sua repetição;
- Auxiliando e colaborando na busca de soluções para os problemas existentes;
- Estimulando, persistentemente, a melhoria da qualidade da administração pública;
- Promovendo a reparação de erro cometido contra o seu representado (o cidadão e/ou servidor);
- Ouvindo com paciência, compreensão, ausência de pré-julgamento e de todo e qualquer preconceito;
- Fomentando a participação e conscientização da população acerca do direito em receber um serviço público de qualidade, eficiente e respeitoso.

OUVIDORIA DA SUDAM - ESTE É O ESPAÇO ONDE VOCÊ PARTICIPA!

Fonte: Ouvidoria Sudam.

A ouvidoria disponibiliza na internet, dentro do site da Sudam, o canal FALE CONOSCO (www.sudam.gov.br). Trata-se de formulário eletrônico (SisOuvidor) e do E-sic disponíveis para registro de manifestações. Tudo é gerenciado através de nosso sistema informatizado.

Dentro do site, também existem informações referentes à prestação de serviços direto ao cidadão. É só acessar o link da ouvidoria: <http://www.sudam.gov.br/index.php/ouvidoria>.

5.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A ouvidoria vem realizando, periodicamente, alguns procedimentos para mensurar a qualidade e a eficiência do atendimento e dos serviços prestados pela Sudam:

- Monitoramento das manifestações junto ao usuário, durante o tramite interno, como forma de priorizar o bom atendimento;
- Contato pós-solucionada, quando entramos em contato com o manifestante para avaliar o nosso atendimento. Todas as considerações são colocadas como notas técnicas dentro do sistema;
- Ferramenta de aferição do grau de satisfação pós-atendimento, disponível no sistema E-Sic localizado no site da Sudam.
- Pesquisa de opinião utilizando-se consulta descritiva de amostragem sistêmica, através de formulário físico e Urnas localizadas em pontos estratégicos.

Pesquisa de satisfação

Em 2016, a pesquisa de satisfação foi direcionada ao atendimento presencial, envolvendo as unidades técnicas e o acesso principal (recepção e estacionamento). Ocorreu por um período de dois meses (25/10/16 a 25/12/16) e participaram servidores da casa, colaboradores e o público em geral.

Urnas foram colocadas em quatro pontos estratégicos da autarquia (recepção, hall do bloco C, biblioteca e refeitório) e foram obtidos de um total de 18 manifestações – sendo uma interna – efetuadas através do formulário de pesquisa de satisfação.

Quadro A.5.3.1 – Formulário da pesquisa de satisfação

Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
Tv. Antônio Baeta, 1113 - Bloco "C" - Marco
CEP: 66.093-902 - Belém/Pará/Brasil
Fones: (91) 4008-5489/5410
ouvidoria@sudam.gov.br
www.sudam.gov.br

SUDAM

PESQUISA DE SATISFAÇÃO

OUVIDORIA DA SUDAM
ESTE É O ESPAÇO ONDE
VOCÊ PARTICIPA!

Público

Interno Externo

A Unidade lhe atendeu em tempo hábil? Qual Unidade ?

Satisfatório Regular Insatisfatório

A qualidade do atendimento prestado pela Sudam foi:

Excelente Boa Regular Ruim Péssima

Você utilizaria novamente os serviços da Sudam?

Sim Não

Sugestões e Críticas para melhorias do atendimento:

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO NACIONAL

Fonte: Ouvidoria Sudam.

Em relação ao tempo hábil de atendimento, foram obtidas 14 respostas satisfatórias, 02 regulares e 02 insatisfatórias. As unidades que atenderam foram a CORDEC, Convênios, CGA, Recepção e Ouvidoria. As manifestações insatisfatórias ocorreram na Recepção por motivo justificado.

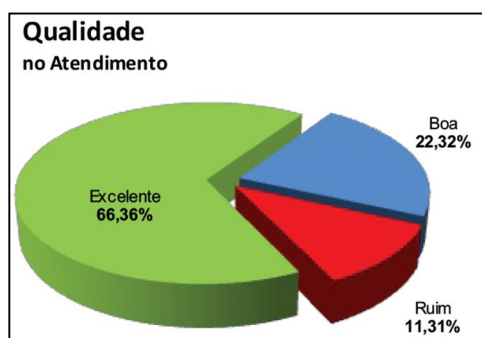
Em relação à qualidade do atendimento, foram obtidas 12 respostas excelentes, 04 boas e 02 ruins. Estas últimas ocorreram na recepção e sem justificativa.

Em relação à possibilidade de posterior utilização dos serviços da Sudam, 16 pessoas utilizariam novamente e as duas restantes declararam que não utilizariam.

Na área de sugestões e críticas para melhorias do atendimento, somente dois usuários se manifestaram: uma interna se referindo à permanência de terceirizada que presta serviços como auxiliar administrativo em unidade, em razão do seu excelente trabalho na Unidade. E uma segunda (externa) referindo-se à recepção principal, na qual solicita melhorias na qualidade de atendimento das pessoas com mais dedicação e profissionalismo. Neste caso, vale-se atentar que houve substituição dos funcionários na recepção no período de 07 a 11/11/16, decorrente do término do contrato da empresa.

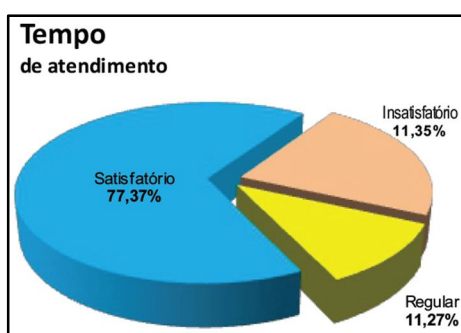
Considerando que esta modalidade de consulta foi facultativa, obtivemos um corpus de amostragem pequeno, ainda assim representativo, onde se consegue, de certa forma, sinalizar a satisfação dos usuários.

Quadro A.5.3.2 – Pesquisa de satisfação, 2016 – Qualidade no atendimento



Fonte: Ouvidoria Sudam.

Quadro A.5.3.3 – Pesquisa de satisfação, 2016 – Tempo do atendimento



Fonte: Ouvidoria Sudam.

5.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional da Sudam – ASCOM é a unidade técnica responsável pela transparência das informações sobre a atuação da Sudam. O principal meio de divulgação utilizado pela assessoria para tornar as ações da Sudam mais transparentes e acessíveis ao público em geral é a internet. Nesse sentido, o instrumento de comunicação utilizado para esse fim foi o Portal da Instituição, acessível pelo endereço: www.sudam.gov.br.

Na página principal do portal constam as principais áreas de interesse público, a saber:

- **Incentivos fiscais:** além das modalidades de incentivos e o passo a passo para o seu acesso, este link traz de forma inédita a relação das empresas beneficiárias dos incentivos fiscais concedidos pela Sudam, assim como dos resultados provenientes da política de incentivo às empresas privadas que acessam ou que podem acessar a esse benefício.
- **FDA:** este link traz todas as informações da tramitação dos projetos, desde as consultas prévias em tramitação até a aprovação final dos projetos, com seus respectivos valores. Ainda na página principal encontram-se outras áreas como o link da diretoria colegiadas com todas as deliberações do órgão e também a área de Acesso à Informação. Nesta destacam-se links de interesse direto dos potenciais parceiros institucionais:
- **Plano de Ação e Critérios:** dispõe a relação dos programas e ações que podem ser acessados por governadores, prefeitos e instituições de pesquisa.
- **Despesas:** apresenta um panorama das despesas administrativas realizadas pela Sudam.
- **Convênios e Termos de Cooperação:** apresenta para acesso a relação de Convênios e Termos de Cooperação firmados pela Sudam – 2004-2015.

- **Referências:** onde pode ser acessado por qualquer cidadão os documentos referentes aos Relatórios de Gestão e aos relatórios de auditoria da extinta ADA, da Sudam e especificamente do FDA.

A área “Comunicação”, permanentemente presente no site e com constante, tem como objetivo divulgar as ações do órgão e de apresentar canais de comunicação que facilitam o entendimento e o alcance dessas ações a qualquer pessoa que acessar a página. Nesse contexto, merecem destaque as áreas de notícias e da central de conteúdos. Esta, por exemplo, recorre a instrumentos comunicativos - visuais, como vídeos, fotos, informativos periódicos e publicações jornalísticas, que com linguagem jornalística simples e explicativa disponibiliza todo e qualquer tipo de informação das ações implementadas pela Sudam, de fácil compreensão para qualquer cidadão.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. Desempenho financeiro no exercício

Em conformidade com a Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016, que estimou a receita e fixou a despesa da União para o exercício financeiro de 2016, e em observância às disposições e limites constantes do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, que dispôs sobre a programação orçamentária e financeira e estabeleceu o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2016, além de dar outras providências, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, por meio de sua unidade gestora 533013, teve um orçamento aprovado de R\$298.608.255,00.

Somada ao orçamento inicial, tivemos uma dotação adicional de R\$ 1.936.186,00, resultado da diferença entre a dotação suplementar no valor R\$ 8.353.726,00 e a dotação cancelada ou remanejada no valor de R\$ 6.417.540,00. A seguir, apresentamos a relação de valores suplementares e cancelados ou remanejados por Ação do Governo:

Quadro A.6.1 – Dotações por Ações - 2016

Ações do Governo	Dotação Suplementar	Dotação Cancelada/Remanejada	Dotação Adicional
09HB	138.344,00	0,00	138.344,00
20TP	4.111.643,00	0,00	4.111.643,00
2000	331.259,00	-2.784.724,00	-2.453.465,00
216H	24.785,00	0,00	24.785,00
20WQ	100.000,00	-650.000,00	-550.000,00
2010	57.070,00	0,00	57.070,00
2012	178.819,00	0,00	178.819,00
0181	222.681,00	0,00	222.681,00
7K66	2.085.831,00	-1.836.612,00	249.219,00
214S	900.000,00	-900.000,00	0,00
20NK	200.000,00	-200.000,00	0,00
0005	3.294,00	0,00	3.294,00
8172	0,00	-46.204,00	-46.204,00
Total	8.353.726,00	-6.417.540,00	1.936.186,00

Fonte: SIAFI.

Dos valores apresentados, destaca-se o montante adicional de R\$ 4.111.643,00 para a ação 20TP destinada ao pagamento de pessoal ativo da União e o total de R\$ 2.453.465,00 cancelados ou remanejados da ação 2000, relativa aos gastos com a administração da unidade. Quanto a esse último, o valor final equivale à soma de R\$ 323.181,00 excluídos das despesas de capacitação de servidores públicos federais, R\$ 2.027.942,00 excluídos das despesas de administração da unidade e a diferença entre o crédito suplementar de R\$ 331.259,00 e o crédito excluído de R\$ 102.342,00 para as despesas de tecnologia da informação.

Posto isso, com os créditos suplementares incluídos, bem como os créditos cancelados ou remanejados excluídos, a dotação final do órgão totalizou R\$ 300.544.441,00.

Da dotação final, foi estabelecido um limite orçamentário de R\$12.207.358,00, sendo R\$7.818.626,00 para a administração da unidade, ou seja, as despesas contidas na ação 2000- Administração da Unidade do programa de governo 2111- Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração, e R\$4.388.732,00 para as despesas da área finalística.

O montante de despesas empenhadas totaliza R\$ 154.910.750,00; destas, R\$ 52.764.162,84 foram liquidadas e R\$ 52.260.241,82 foram pagas. Dos valores pagos, R\$ 33.647.042,19 foram despesas com pessoal e encargos sociais, R\$ 8.128.388,02 outras despesas correntes e R\$

10.484.811,61 despesas de capital.

Foram inscritos como restos a pagar não processados do exercício de 2015 o total de R\$ 25.004.618,58, e reinscritos R\$ 72.598,90 de exercícios anteriores, totalizando R\$ 25.077.217,48; destes, foram cancelados R\$ 1.242.504,67 e pagos R\$ 13.665.510,26. Também foram inscritos como restos a pagar processados do exercício de 2015 o total de R\$ 1.025.787,67, dos quais foram pagos R\$ 147.213,53 e cancelados R\$ 878.574,14.

Por ocasião do encerramento do exercício de 2016, foram inscritos no exercício seguinte os valores de R\$ 102.146.587,16 na condição de restos a pagar não processados, e R\$ 503.921,02 como restos a pagar processados.

A diferença considerável entre a quantidade de recursos empenhados e efetivamente pagos dá-se pelo volume de empenhos realizados em decorrência da aprovação e celebração de contratos de convênios para desenvolvimento da Amazônia Legal que não puderam ser liquidados e pagos ainda em 2016 por terem sido empenhados muito próximos do fechamento do exercício.

O setor financeiro do órgão fica na dependência dos trâmites legais e da movimentação dos processos para que os valores empenhados sejam liquidados e pagos.

Quanto às dificuldades enfrentadas na gestão financeira do órgão, poder-se-ia citar o eventual atraso na liberação de recursos por parte do órgão superior ao qual esta autarquia está subordinada. Essa questão, no entanto, não chega a ser um entrave para a realização dos procedimentos financeiros habituais do órgão.

6.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Os procedimentos para registro da depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001.

A Sudam está aplicando os dispositivos contidos nas Normas NBCT 16-9 E NBCT 16-10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e a mensuração de Ativos e Passivos integrantes do patrimônio de entidade do Setor Público, tendo utilizado as taxas de depreciação conforme a legislação vigente.

A metodologia de depreciação utilizada tem sido a de Quotas Constantes ou Linear. Por este método, a depreciação é calculada dividindo-se o valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem. Dessa forma, o valor do encargo de depreciação será o mesmo em todos os períodos.

6.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Nada a informar com relação à sistemática de apuração dos custos e dos programas e das unidades administrativas. Neste caso, no exercício de 2016, a Sudam ainda não implantou o referido sistema.

6.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis obrigatórias para a Sudam, conforme a Lei 4.320/64, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público constam no anexo VIII.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

De acordo com o inciso VI do artigo 14 do Anexo I do Decreto nº 8.275, de 27/06/2014, e o inciso VI do artigo 23 do Regimento Interno desta Autarquia, a atribuição de acompanhar o atendimento às diligências e a implementação das recomendações emitidas pelos órgãos e unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do TCU compete à Auditoria-Geral.

No âmbito da Sudam por meio da Portaria Normativa nº 01, de 06/04/2015, foi instituído o fluxo de recebimento, análise e resposta às demandas dos órgãos de controle interno, externo e da Auditoria-Geral, o qual teve ampla divulgação junto às unidades organizacionais desta Autarquia através de reunião realizada com uma apresentação feita pela Auditoria-Geral.

Apesar da Auditoria-Geral da Sudam não dispor de sistema informatizado para subsidiar referido acompanhamento, é desenvolvida atividade no intuito de buscar junto às unidades envolvidas informações acerca do *status* atual das providências adotadas visando atender as determinações e recomendações daquela Egrégia Corte de Contas, contidas nos Acórdãos, além de considerar os trabalhos por ela desenvolvidos.

No exercício de 2016 não houve deliberações do TCU para a Sudam.

Quanto à recomendação constante do item 1.7.2.3 do Acórdão nº 7.660/2015- TCU-1ª Câmara, relativo ao Processo TC 033.266/2014-0, que julgou à Prestação de Contas - Exercício de 2013 - da Sudam, a qual agrega as Contas do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, por ocasião da apresentação das contas desta Autarquia, referente ao exercício de 2015, referida recomendação encontrava-se com *status pendente de cumprimento*.

A recomendação supramencionada versa:

“Conclua os trabalhos de elaboração dos indicadores de desempenho que permitam mensurar o resultado do impacto socioeconômico da aplicação dos recursos do FDA, em face dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, e que publique essa avaliação no seu Relatório de Gestão a partir de 2015 (item 77 da instrução à peça 10).”

Desde o dia 02/08/2016 encontra-se disponível no endereço eletrônico da Sudam o 1º Relatório de Avaliação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, onde foram analisados os exercícios de 2006 a 2014. O relatório contém uma avaliação socioeconômica do FDA, onde se utiliza a cesta de indicadores de avaliação criada por esta Autarquia com base na metodologia do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Referida informação já foi inserida no Sistema Monitor Web da CGU, no dia 09/12/2016.

7.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

Conforme acima mencionado a competência de acompanhar o atendimento das recomendações do órgão de controle interno é da Auditoria-Geral da Sudam e seu acompanhamento se dá através do Sistema Monitor Web da CGU.

Cabe ressaltar, que no decorrer do exercício de 2016, a Sudam começou a cadastrar os servidores no Sistema Monitor Web da CGU, de acordo com os perfis de acesso que são: responsáveis pela análise, pela revisão e pelo encaminhamento àquele órgão de controle interno, e até o final do primeiro semestre houve dificuldade quanto à inserção de informações diretamente no sistema, já que não houve, naquela oportunidade, treinamento para operacionalizar referido sistema.

A Auditoria-Geral desta Autarquia desenvolve atividade no intuito de buscar junto às

unidades envolvidas informações quando do desenvolvimento dos trabalhos relativos à Auditoria de Avaliação da Gestão buscando, dessa forma, dar o suporte necessário que permita a elaboração do Plano de Providências Permanente, e posteriormente, acompanhar o atendimento das recomendações ali contidas por meio do Sistema Monitor Web da CGU, além de considerar os trabalhos por ela desenvolvidos.

No Relatório de Gestão da Sudam, referente ao exercício de 2015, consta como informação que havia 04 (quatro) recomendações com *status de parcialmente atendidas* relativas ao Plano de Providências Permanente - Exercício de 2013 - da Sudam - Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201406677, o qual agrega as contas do FDA (Relatório de Auditoria nº 201407548). Das referidas recomendações 03 (três) estão com *status de atendidas*, de acordo com registros no Sistema Monitor Web da CGU, desde o dia 24/01/2017, e 01 (uma) com *status de monitorando* a partir de 24/04/2017, conforme abaixo especificadas:

Quadro A.7.2 – Relatório de auditoria anual de contas - Sudam

Relatório de auditoria anual de contas nº 201406677 - Sudam UNIDADE GESTORA: FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - FDA		
Código do Sistema Monitor Web CGU	Recomendações	Providências Adotadas
140789	Elaborar normativo que regule a aplicação do percentual de 1,5%, constante do artigo 3º, inciso II, do Regulamento do FDA. Status da recomendação: atendida	Foi aprovado “ <i>Ad Refereendum</i> ” do CONDEL o regulamento para utilização dos recursos decorrentes de 1,5% das operações do FDA, destinados ao custeio de atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse para o desenvolvimento regional, conforme Ato nº 37, de dezembro de 2016, lastreado pelo Parecer nº 0017/2016/CONSULT/PFSUDAM/PGE/AGU, de 30/09/2016.
140790	Publicar, a partir de 2015, relatório anual contendo informações sobre os resultados do impacto socioeconômico da aplicação dos recursos do FDA. Status da recomendação: monitorando	Encontra-se disponível no endereço eletrônico da Sudam o 1º Relatório de Avaliação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, onde foram analisados os exercícios de 2006 a 2014. A CGU manteve a recomendação até que seja implementada rotina de publicação de relatórios anuais sobre os resultados do FDA, tendo em vista que o relatório publicado remete à 2014 e os exercícios de 2015 e 2016 ainda não foram analisados. Prazo de atendimento: 30/11/2017
140791	Desenvolver indicadores de desempenho que possibilitem mensurar o atingimento do objetivo do FDA constante do Relatório de Gestão, qual seja: atuar como indutor do desenvolvimento na área de sua atuação a Amazônia Legal, assegurando recursos para a implantação de empreendimento de interesse da região. Status da recomendação: atendida	Já foram desenvolvidos os indicadores de desempenho para o FDA, criados pela SUDAM com base na metodologia dos 6Es de desempenho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

140799	Elaborar novo normativo para regulamentar a aplicação do percentual constante no § 2º, do artigo 3º, da Lei Complementar 124, de 3 de janeiro de 2007, contendo as exigências decorrentes dos princípios da administração pública elencados no artigo 37, caput e artigos 70 e 71, da Constituição Federal. Status da recomendação: atendida	Foi aprovado " <i>Ad Referendum</i> " do CONDEL o regulamento para utilização dos recursos decorrentes de 1,5% das operações do FDA, destinados ao custeio de atividades de pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse para o desenvolvimento regional, conforme Ato nº 37, de dezembro de 2016, lastreado pelo Parecer nº00017/2016/CONSULT/PFSUDAM/PGF/AGU, de 30/09/2016.
--------	--	---

Através do Ofício nº 21.712/2016/CGINTE/DI/SFC-CGU, de 19/12/2016, foi encaminhado o Relatório de Auditoria nº 201601483 que trata sobre os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela Sudam referente ao exercício de 2015.

No Relatório supracitado foram emitidas no total 14 (quatorze) recomendações e todas se encontram com *status de monitorando*, com prazo de atendimento até 03/06/2017, momento em que será realizado um acompanhamento pelo órgão de controle interno, já que a Sudam, na ocasião em que inseriu no Sistema Monitor Web da CGU as providências, no intuito de atender as recomendações, solicitou aquele órgão de controle um prazo até 10/08/2017.

7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

O Quadro abaixo tem por objetivo quantificar os casos de danos, objeto de medidas internas administrativas adotadas pela Unidade Jurisdicionada, bem como, ante a não reparação do dano, o número de tomadas de contas especiais instauradas e remetidas ao TCU.

Quadro A.7.3 – Medidas Adotadas para apuração e ressarcimento de Danos ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
-	1	1	-	-	-	-	-	4

Fonte: DGFAI

7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Com relação ao cumprimento do cronograma de pagamentos e obrigações disposto no artigo 5º da Lei 8.666/1993, esta Unidade observa a regra legal do art. 5º da Lei 8.666/93, da ordem cronológica dos pagamentos, que são garantidos pelas previsões orçamentárias e pelos empenhos prévios. Importa destacar, portanto, que aqueles contratos cujos pagamentos (parcelas) se enquadram no valor do inciso II, do art. 24 da Lei de Licitações são efetivados em um prazo de 05 dias úteis, da apresentação da cobrança.

Por outro lado, os contratos cujos pagamentos não se enquadram no referido dispositivo e apresentam características de complexidade para sua liquidação são efetivados em até 30 dias, contados do final do período de adimplemento da parcela nos termos da alínea "a", do inciso XIV, do art. 40 da mesma lei. Há ainda que se esclarecer que, os casos em que os pagamentos não ocorrem nos prazos estipulados são causados pelas próprias contratadas que não entregam,

juntamente com a nota fiscal ou fatura, os demais documentos exigíveis, descumprindo norma contratual. Nesse caso, o prazo fica suspenso.

7.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

No dia 07 de julho de 2016, foi instituído através da Portaria nº 214, um grupo de trabalho - GT composto por servidores do quadro de efetivos da Sudam, com o objetivo de realizar as seguintes atividades:

- Fazer levantamento dos contratos firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração;
- Fazer levantamento dos valores pagos a maior (elisão do dano), em relação aos contratos já encerrados;
- Apresentar manifestação sobre possíveis devoluções aos cofres da união.

Após pesquisa do Grupo de Trabalho, no site <www.comprasgovernamentais.gov.br> (especificamente na aba notícias), foi verificada a informação datada de 01/04/2015 de que o TCU tinha suspenso a determinação aos órgãos em revisar contratos e requerer devolução dos valores pagos “a maior” às empresas.

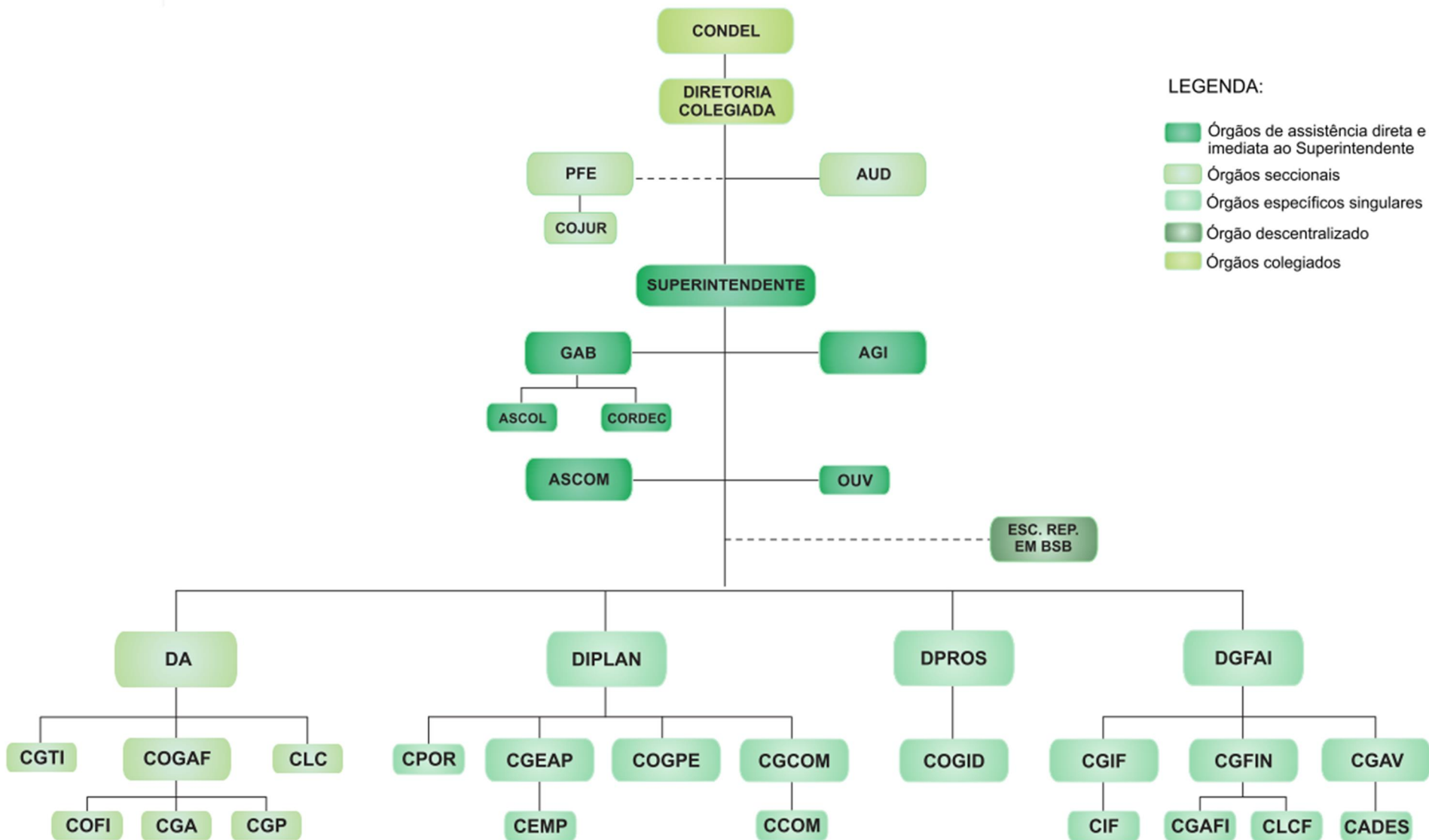
Diante dessa informação, o grupo de trabalho entrou em contato com o TCU através de mensagem protocolada no site da instituição para saber se a suspensão da revisão de contratos ainda se mantinha. Posteriormente, no dia 11/08/2016, o GT foi informado, em atenção à demanda enviada à Ouvidoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que foi interposto Pedido de Reexame contra o Acórdão TCU2859/2013 - Plenário resultante da apreciação do processo TC 013.515/2013-6, que trata de uma representação, em razão de possível irregularidade, no âmbito da Administração Pública Federal, decorrente da não revisão de preços nos contratos que foram firmados com empresas beneficiadas pelo Plano Brasil Maior, que estabeleceu a desoneração da folha de pagamento para alguns setores da economia (mudança da base de cálculo para a contribuição previdenciária), nos termos do art. 7º da Lei 12.546/2011 e do art. 2º do Decreto 7.828/2012.

No mesmo texto, o grupo foi informado de que o recurso encontra-se aguardando o julgamento de mérito e que, portanto, somente após a apreciação desse recurso é que o TCU poderia informar se o Acórdão TCU n.º 2859/2013 - Plenário continua válido.

Diante dos fatos e da resposta do TCU, o grupo de trabalho entendeu que não se deveria executar as tarefas pelas quais foi constituído diante de um impedimento legal, e que a atitude mais correta a tomar seria esperar por uma determinação do próprio TCU sobre a necessidade de se realizar a revisão de contratos com empresas beneficiadas pela desoneração em folha de pagamento.

8. ANEXOS

ANEXO I – ORGANOGRAMA DA SUDAM



ANEXO II - LEGENDA ORGANOGRAMA SUDAM

ÓRGÃOS COLEGIADOS

CONDEL - Conselho Deliberativo, que conta com Secretaria-Executiva; e
DIRETORIA COLEGIADA;

ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO SUPERINTENDENTE

GAB - Gabinete:

ASCOL - Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados

CORDEC - Coordenação de Defesa Civil

ASCOM - Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional:

AGI - Assessoria de Gestão Institucional:

OUV - Ouvidoria

ÓRGÃOS SECCIONAIS

PFE - Procuradoria Federal Especializada

COJUR - Coordenação Jurídica

AUD - Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada; e

DA - Diretoria de Administração.

CGTI - Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação:

COGAF- Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças:

COFI - Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira:

CGA - Coordenação de Gestão Administrativa:

CGP - Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas:

CLC - Coordenação de Licitações e Contratos

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

DIPLAN - Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas:

CPOR - Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária

CGEAP - Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento:

CEMP - Coordenação de Elaboração, Monitoramento e Avaliação dos Planos e Programas de Desenvolvimento.

COGPE - Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais

CGCOM - Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento:

CCOM - Coordenação de Convênios e Monitoramento

DPROS - Diretoria de Promoção do Desenvolvimento Sustentável

COGID - Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável.

DGFAI - Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos:

CGFIN - Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento:

CGAFI - Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento

CLCF - Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento

CGIF - Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros:

CIF - Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros

CGAV - Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais:

CADES - Coordenação de Avaliação de Instrumentos de Desenvolvimento Regional

ÓRGÃO DESCENTRALIZADO

ESC. REP. EM BSB - Escritório de representação em Brasília

ANEXO III – INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES

Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	TC 02/2012	05.200.001/0001-01	1.497.532,00	0	0	1.497.532,00	31/12/2012	31/07/2014	1
3	TC 003/2013	05.200.001/0001-01	1.449.348,28	0	0	1.449.348,28	31/10/2013	31/10/2015	1
3	TC 004/2013	01.263.896/0015-60	1.384.157,00	0	0	1.384.157,00	15/12/2013	31/10/2014	1
3	TC 002/2013	05.200.001/0001-01	1.500.000,00	0	0	1.500.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	792466/2013	05.629.304/0001-36	421.375,50	21.375,50	400.000,00	400.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	783426/2013	15.023.906/0001-07	1.891.997,10	40.000,00	925.998,00	925.998,00	14/11/2013	08/12/2014	1
1	787506/2013	03.239.019/0001-83	309.000,00	9.000,00	300.000,00	300.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	785986/2013	01.617.905/0001-78	180.000,00	20.000,00	160.000,00	160.000,00	10/12/2013	10/12/2014	1
1	798347/2013	24.772.188/0001-54	163.900,00	3.900,00	160.000,00	160.000,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	798357/2013	15.023.914/0001-45	150.000,00	4.500,00	145.500,00	145.500,00	24/01/2014	20/11/2015	1
1	802499/2014	00.237.206/0001-30	808.000,00	8.000,00	0	0	13/01/2015	13/01/2016	1
1	813805/2014	03.648.532/0001-28	510.205,00	136.205,00	0	0	14/01/2016	14/03/2016	1
1	807131/2014	15.359.201/0001-57	545.000,00	105.089,00	0	0	26/12/2014	01/08/2015	1
1	813790/2014	23.066.632/0001-53	260.000,00	10.000,00	0	0	01/01/2015	01/01/2016	1
1	804397/2014	84.012.012/0001-26	740.004,40	90.004,40	0	0	13/01/2015	13/01/2016	1
1	802514/2014	01.618.402/0001-17	305.000,00	5.000,00	0	0	08/07/2014	29/04/2015	1
1	802498/2014	23.066.905/0001-60	817.000,00	17.000,00	0	0	02/02/2015	02/02/2016	1
1	813939/2014	24.851.503/0001-39	202.000,00	2.000,00	0	0	21/01/2015	21/01/2016	1
1	804398/2014	84.012.012/0001-26	112.000,00	12.000,00	0	0	26/12/2014	26/12/2015	1
1	802497/2014	23.066.640/0001-08	1.826.963,68	76.963,68	0	0	06/02/2015	06/02/2016	1
1	825837/2015	04.513.362/0001-37	220.000,00	2.330,00	217.670,00	217.670,00	01/01/2016	01/01/2017	1
1	822516/2015	04.012.548/0001-02	1.403.000,00	3.000,00	0	0	31/12/2015	31/12/2017	1
1	821684/2015	04.056.222/0001-87	400.000,00	500	399.500,00	399.500,00	04/01/2016	04/01/2017	1
1	821659/2015	33.683.822/0001-73	200.000,00	1.000,00	199.000,00	199.000,00	04/01/2016	04/01/2017	1
1	821658/2015	23.066.814/0001-24	300.000,00	3.000,00	297000	297.000,00	30/12/2015	30/12/2016	1
1	819904/2015	05.995.766/0001-77	754.510,00	1.510,00	0	0	07/01/2016	30/12/2016	1
1	819159/2015	00.237.206/0001-30	253.750,00	3.750,00	0	0	24/12/2015	24/12/2017	1
1	819158/2015	25.064.015/0001-44	255.000,00	5.000,00	0	0	31/12/2015	31/12/2017	1
1	819079/2015	05.995.766/0001-77	1.025.372,55	25.372,55	0	0	07/01/2016	07/01/2018	1
1	818903/2015	04.056.214/0001-30	3.701.589,89	19.126,89	1.227.487,66	1.227.487,66	01/01/2016	31/12/2017	1
1	818902/2015	25.064.049/0001-39	401.000,00	1.000,00	0	0	31/12/2015	30/12/2017	1
1	818900/2015	05.995.766/0001-77	1.002.005,00	2.005,00	0	0	07/01/2016	29/12/2016	1
1	818898/2015	00.766.733/0001-31	252.500,00	2.500,00	0	0	31/12/2015	31/12/2017	1

1	818897/2015	01.138.551/0001-89	256.250,00	6.250,00	0	0	24/12/2015	24/12/2017	1
1	818895/2015	00.299.198/0001-56	918.000,00	18.000,00	0	0	24/12/2015	24/12/2017	1
1	818894/2015	05.995.766/0001-77	430.720,98	30.720,98	0	0	07/01/2016	29/12/2017	1
1	818901/2015	05.995.766/0001-77	652.200,00	5.200,00	647.000,00	647.000,00	08/01/2016	08/01/2017	1
1	823389/2015	05.986.427/0001-24	302.000,00	2.000,00	300.000,00	300.000,00	04/01/2016	30/12/2016	1
1	825667/2015	15.845.365/0001-94	1.010.000,00	10.000,00	0	0	13/01/2016	13/01/2018	1
1	825842/2015	04.076.733/0001-60	351.000,00	1.000,00	350.000,00	350.000,00	01/01/2016	01/01/2017	1
1	825816/2015	84.306.497/0001-60	250.800,00	800	250.000,00	250.000,00	13/01/2016	13/01/2017	1
1	825772/2015	04.059.671/0001-89	351.000,00	1.000,00	350.000,00	350.000,00	18/01/2016	18/01/2017	1
1	825823/2015	04.508.933/0001-45	351.000,00	3.000,00	348.000,00	348.000,00	13/01/2016	13/01/2017	1
1	826036/2015	04.034.583/0001-22	401.510,32	3.006,01	398.504,31	398.504,31	13/01/2016	13/01/2017	1
1	825663/2015	84.306.455/0001-20	243.900,00	250	243.650,00	243.650,00	04/01/2016	04/01/2017	1
1	825767/2015	00.394.585/0001-71	845.000,00	42.250,00	0	0	13/01/2016	13/01/2017	1
1	826514/2015	00.394.585/0001-71	2.096.450,00	96.450,00	0	0	13/01/2016	13/01/2017	1
1	826138/2015	84.012.012/0001-26	2.100.000,00	100.000,00	0	0	01/02/2016	01/02/2018	1
1	825666/2015	05.943.030/0001-55	1.050.000,00	50.000,00	0	0	13/01/2016	13/01/2018	1
1	819080/2015	23.066.640/0001-08	1.080.000,00	80.000,00	0	0	01/01/2016	31/12/2017	1
1	821691/2015	15.023.898/0001-90	205.000,00	5.000,00	200.000,00	200.000,00	08/01/2016	08/01/2017	1
3	685284/2015	05.200001/0001-01	400.000,00	-	400.000,00	400.000,00	01/01/2016	01/06/2017	1
3	679678/2015	05.200.001/0001-01	249.995,00	-	249.995,00	249.995,00	05/01/2016	05/01/2017	1
1	821826/2015	05.986.427/0001-24	200.315,00	315	200.000,00	200.000,00	31/12/2015	30/12/2016	1
1	835094/2016	01.612.163/0001-98	89.333,00	10.667,00	89.333,00	89.333,00	06/07/2016	06/07/2017	1
1	828143/2016	01.612.163/0001-98	310.667,00	7.000,00	310.667,00	310.667,00	04/07/2016	04/07/2017	1
1	835040/2016	04.876.447/0001-80	89.118,00	11.100,00	89.118,00	89.118,00	08/07/2016	08/07/2017	1
1	828217/2016	04.876.447/0001-80	381.882,00	3.700,00	381.882,00	381.882,00	04/07/2016	04/07/2017	1
1	828220/2016	34.671.016/0001-48	600.000,00	4.000,00	600.000,00	600.000,00	28/06/2016	28/06/2017	1
1	835047/2016	34.671.016/0001-48	100.000,00	4.000,00	100.000,00	100.000,00	28/11/2016	28/11/2017	1
1	828180/2016	05.105.200/0001-22	355.503,00	7.110,06	355.503,00	355.503,00	01/07/2016	01/07/2018	1
1	828152/2016	05.149.158/0001-41	250.667,00	10.026,68	250.667,00	250.667,00	06/06/2016	06/06/2018	1
1	828150/2016	34.593.541/0001-92	360.000,00	15.000,00	360.000,00	360.000,00	04/07/2016	22/10/2017	1
1	828149/2016	34.593.235/0001-92	140.000,00	5.600,00	-	-	06/07/2016	06/07/2018	1
1	828137/2016	10.249.381/0001-09	250.000,00	500	-	-	13/06/2016	13/06/2018	1
1	835043/2016	10.249.381/0001-09	100.000,00	200	100.000,00	100.000,00	06/07/2016	06/07/2017	1
1	828138/2016	10.249.381/0001-09	400.000,00	1.000,00	400.000,00	400.000,00	08/06/2016	08/06/2017	1
1	828131/2016	05.421.300/0001-68	900.000,00	72.000,00	900.000,00	900.000,00	27/06/2016	27/06/2018	1
1	828132/2016	05.421.300/0001-68	100.000,00	8.000,00	100.000,00	100.000,00	07/07/2016	07/07/2017	1
1	828147/2016	22.980.940/0001-27	400.000,00	4.000,00	400.000,00	400.000,00	20/05/2016	20/05/2018	1

1	835045/2016	22.980.940/0001-27	101.000,00	1.000,00	100.000,00	100.000,00	01/11/2016	01/11/2017	1
1	828178/2016	05.058.458/0001-15	510.000,00	10.000,00	500.000,00	500.000,00	06/07/2016	06/08/2018	1
1	835228/2016	22.981.088/0001-02	102.000,00	2.000,00	100.000,00	100.000,00	28/11/2016	28/11/2017	1
1	828140/2016	22.981.088/0001-02	416.000,00	16.000,00	400.000,00	400.000,00	18/05/2016	18/05/2018	1
1	828179/2016	04.873.618/0001-17	660.000,00	60.000,00			07/11/2016	07/11/2018	1
1	828172/2016	15.845.340/0001-90	315.263,42	3.121,42	-	-	25/05/2016	25/05/2018	1
1	828171/2016	84.744.994/0001-40	303.000,00	3.000,00	300.000,00	300.000,00	20/06/2016	20/06/2017	1
1	828170/2016	04.798.328/0001-56	777.777,78	7.777,78	770.000,00	770.000,00	04/07/2016	04/07/2017	1
1	828166/2016	07.070.873/0001-10	431.857,00	16.000,00	415.857,00	415.857,00	23/05/2016	23/05/2017	1
1	828169/2016	01.598.550/0001-17	405.000,00	5.000,00	-	-	01/07/2016	01/07/2018	1
1	828085/2016	01.612.327/0001-87	909.000,00	9.000,00	-	-	28/06/2016	28/06/2018	1
1	828083/2016	01.612.328/0001-21	707.000,00	7.000,00	-	-	10/06/2016	10/06/2018	1
1	828167/2016	01.612.626/0001-11	396.722,76	12.579,76	-	-	16/06/2016	16/06/2018	1
1	828168/2016	016.145.370/0001-04	404.000,00	4.000,00		-	16/11/2016	16/11/2018	1
1	828112/2016	01.614.538/0001-59	1.020.409,00	20.409,00		-	28/10/2016	28/10/2018	1
1	828165/2016	37.464.997/0001-40	261.156,99	11.156,99	-	-	31/05/2016	31/05/2018	1
1	828162/2016	15.023.898/0001-90	425.000,00	175.000,00	250.000,00	250.000,00	18/05/2016	18/05/2017	1
1	828161/2016	04.213.687/0001-02	287.287,89	37.287,89	-	-	27/06/2016	27/06/2018	1
1	828160/2016	15.024.045/0001-73	285.286,00	1.000,00	-	-	10/06/2016	10/06/2018	1
1	828158/2016	03.238.862/0001-45	252.500,00	2.500,00	-	-	19/05/2016	19/05/2018	1
1	828113/2016	04.204.945/0001-86	505.966,64	5.966,64	-	-	24/05/2016	24/05/2018	1
1	828111/2016	15.023.898/0001-90	235.000,00	5.000,00	230.000,00	230.000,00	19/05/2016	19/05/2017	1
1	828110/2016	03.239.019/0001-83	502.700,00	2.700,00	-	-	05/07/2016	05/07/2018	1
1	828157/2016	24.772.188/0001-54	1.092.642,36	21.424,36	-	-	31/05/2016	31/05/2018	1
1	835056/2016	24.772.188/0001-54	243.000,00	2.219,00	240.781,00	240.781,00	27/10/2016	27/10/2017	1
1	828109/2016	24.772.188/0001-54	1.080.404,00	21.185,00	-	-	30/05/2016	30/05/2018	1
1	828108/2016	03.238.912/0001-94	255.000,00	5.000,00	250.000,00	250.000,00	22/06/2016	22/06/2017	1
1	828096/2016	01.978.212/0001-00	501.000,00	1.000,00	-	-	04/07/2016	04/07/2018	1
1	828159/2016	03.238.920/0001-30	250.500,00	500	-	-	16/11/2016	16/11/2017	1
1	835052/2016	03.953.718/0001-90	250.000,00	5.000,00	-	-	21/11/2016	21/11/2017	1
1	835054/2016	24.772.113/0001-73	260.000,00	10.000,00	-	-	29/11/2016	29/11/2018	1
1	837256/2016	33.683.822/0001-73	251.000,00	1.000,00	250.000,00	-	22/12/2016	22/12/2017	1
1	837255/2016	04.219.688/0001-56	240.500,00	500	240.000,00	-	29/12/2016	29/12/2017	1
1	835050/2016	15.024.037/0001	252.264,36	2.264,36	-	-	30/12/2016	30/12/2018	1
1	835046/2016	04.178.518/0001	234.823,74	4.823,74	230.000,00	230.000,00	23/12/2016	23/12/2017	1
1	837258/2016	03.507.522/0001-72	275.000,00	25.000,00	250.000,00	250.000,00	30/12/2016	28/02/2018	1
1	828093/2016	37.465.283/0001-57	230.000,00	2.300,00	227.700,00	227.700,00	19/05/2016	06/11/2017	1

1	828173/2016	04.653.408/0001-13	404.000,00	4.000,00	-	-	27/06/2016	27/06/2018	1
1	828101/2016	04.056.222/0001-87	100.500,00	500	-	-	30/06/2016	30/01/2018	1
1	835226/2016	04.056.222/0001-87	1.225.361,00	12.000,00	-	-	14/07/2016	14/07/2018	1
1	827424/2016	04.056.222/0001-87	3.004.557,46	4.557,46	-	-	30/05/2016	30/05/2018	1
1	827422/2016	04.056.222/0001-87	3.003.500,00	3.500,00	-	-	05/12/2016	05/12/2019	1
1	835060/2016	04.056.230/0001-23	1.217.784,42	1.821,21	-	-	28/12/2016	28/12/2018	1
1	828115/2016	04.056.230/0001-23	1.000.717,83	1.498,83	-	-	27/06/2016	27/06/2018	1
1	828106/2016	01.614.081/0001-82	1.502.000,00	2.000,00	-	-	29/06/2016	29/06/2018	1
1	828103/2016	01.614.081/0001-82	500.400,00	4.000,00	-	-	28/06/2016	28/06/2018	1
1	828100/2016	01.614.606/0001-80	2.002.046,37	2.046,37	-	-	01/06/2016	01/06/2018	1
1	835058/2016	01.613.031/0001-80	1.217.335,56	3.193,56	-	-	11/11/2016	11/11/2018	1
1	828098/2016	01.613.031/0001-80	1.002.000,00	2.000,00	-	-	19/05/2016	19/05/2018	1
1	828175/2016	01.613.031/0001-80	854.838,08	5.619,08	-	-	23/06/2016	23/06/2018	1
1	836204/2016	01.612.681/0001-01	504.000,00	4.000,00	500.000,00	500.000,00	30/11/2016	30/11/2017	1
1	828090/2016	01.612.681/0001-01	175.000,00	3.929,00	171.071,00	171.071,00	30/06/2016	30/06/2017	1
1	828086/2016	01.612.675/0001-54	172.072,00	1.000,00	-	-	05/12/2016	05/09/2018	1
1	835059/2016	84.012.012/0001-26	1.258.333,33	12.583,33	1.245.750,00	1.245.750,00	17/11/2016	17/11/2018	1
1	828182/2016	84.012.012/0001-26	932.966,98	18.659,33	-	-	17/11/2016	17/11/2018	1
1	828181/2016	84.012.012/0001-26	3.483.038,82	50.161,47	-	-	17/11/2016	17/11/2018	1
1	828176/2016	04.056.980/0001-86	701.050,00	1.050,00	-	-	12/12/2016	12/12/2018	1
1	835055/2016	04.056.980/0001-86	300.450,00	450	-	-	12/12/2016	12/12/2018	1
1	828174/2016	04.056.214/0001	350.350,35	350,35	-	-	12/12/2016	12/12/2018	1
1	828177/2016	04.056.206/0001	1.001.200,00	1.200,00	-	-	30/12/2016	30/12/2018	1
1	835048/2016	01.809.474/0001-41	255.000,00	2.000,00	-	-	08/07/2016	08/07/2018	1
1	828136/2016	01.613.086/0001-90	256.500,00	500	-	-	05/07/2016	05/07/2017	1
1	828156/2016	00.299.180/0001-54	503.500,00	3.500,00	-	-	20/06/2016	20/06/2018	1
1	828130/2016	00.299.180/0001-54	1.733.644,45	12.426,45	-	-	20/06/2016	20/06/2018	1
1	827432/2016	00.299.180/0001-54	2.255.000,00	5.000,00	-	-	09/06/2016	09/06/2018	1
1	828155/2016	26.753.129/0001-64	255.000,00	5.000,00	-	-	21/06/2016	21/06/2018	1
1	827428/2016	26.753.129/0001-64	552.500,00	2.500,00	-	-	28/06/2016	28/06/2018	1
1	828153/2016	02.411.726/0001-42	252.500,00	2.500,00	-	-	19/05/2016	19/05/2018	1
1	828133/2016	02.411.726/0001-42	253.000,00	2.500,00	-	-	23/05/2016	23/05/2018	1
1	828151/2016	01.067.107/0001-10	253.000,00	3.000,00	-	-	27/06/2016	27/06/2018	1
1	828146/2016	00.299.198/0001-56	250.000,00	20.000,00	-	-	18/05/2016	18/05/2018	1
1	827393/2016	00.299.198/0001-56	1.515.000,00	15.000,00	-	-	30/05/2016	30/05/2018	1
1	828144/2016	01.067.149/0001-50	252.500,00	2.500,00	-	-	27/06/2016	27/06/2018	1
1	828135/2016	01.138.957/0001-61	256.000,00	3.000,00	-	-	24/06/2016	24/06/2018	1

1	828134/2016	37.344.413/0001-01	253.300,00	300	-	-	24/05/2016	24/05/2018	1
1	828129/2016	25.064.064/0001-87	510.000,00	10.000,00	-	-	28/06/2016	28/06/2018	1
1	828127/2016	01.067.966/0001-09	404.000,00	4.000,00	-	-	04/07/2016	04/07/2018	1
1	828154/2016	26.753.145/0001-57	252.500,00	2.500,00	-	-	01/06/2016	01/06/2018	1
1	828126/2016	26.753.145/0001-57	255.530,00	2.530,00	-	-	01/06/2016	01/06/2018	1
1	827406/2016	26.753.145/0001-57	250.250,25	250,25	-	-	05/07/2016	05/07/2018	1
1	828125/2016	00.007.401/0001-73	253.800,00	800	-	-	08/06/2016	08/06/2018	1
1	828124/2016	33.255.043/0001-77	260.500,00	7.500,00	-	-	30/06/2016	30/06/2018	1
1	828123/2016	33.266.248/0001-58	257.743,00	5.000,00	-	-	06/06/2016	06/06/2018	1
1	828122/2016	02.070.563/0001-81	253.000,00	257	-	-	20/06/2016	20/06/2018	1
1	828121/2016	37.425.683/0001-39	255.555,55	2.555,55	-	-	20/05/2016	20/05/2018	1
1	828120/2016	33.261.694/0001-70	255.000,00	2.000,00	-	-	19/05/2016	19/05/2018	1
1	828119/2016	01.618.402/0001-17	258.000,00	5.000,00	-	-	07/06/2016	07/06/2018	1
1	828118/2016	01.067.149/0001-50	259.217,00	2.600,00	-	-	01/06/2016	01/06/2018	1
1	827430/2016	01.629.809/0001-40	502.000,00	2.000,00	-	-	19/05/2016	19/05/2018	1
1	827425/2016	24.851.503/0001-39	1.010.000,00	10.000,00	-	-	16/06/2016	16/06/2018	1
1	828142/2016	24.851.503/0001-39	303.030,30	3.030,30	-	-	19/05/2016	19/05/2018	1
1	827415/2016	00.237.206/0001-30	507.500,00	7.500,00	500.000,00	500.000,00	19/05/2016	19/05/2018	1
1	827380/2016	01.809.474/0001-41	252.000,00	2.000,00	-	-	29/06/2016	29/06/2018	1
1	835053/2016	24.851.461/0001-36	255.530,00	2.530,00	-	-	20/10/2016	20/10/2018	1
1	828148/2016	01.785.492/0001-30	257.000,00	7.000,00	-	-	08/12/2016	08/12/2018	1
1	827426/2016	25.064.015/0001-44	1.010.000,00	10.000,00	-	-	08/12/2016	08/12/2018	1
1	828117/2016	37.344.371/0001	253.300,00	300	-	-	19/12/2016	19/12/2018	1
1	835049/2016	01.067.891/0001-66	255.000,00	2.000,00	-	-	13/12/2016	13/12/2018	1
1	828145/2016	25.043.449/0001-68	265.000,00	1.369,00	-	-	18/05/2016	18/05/2018	1
1	827376/2016	25.043.449/0001-68	502.000,00	2.000,00	-	-	07/06/2016	07/06/2018	1
1	835187/2016	02.070.720/0001-59	255.530,00	2.530,00	-	-	28/12/2016	28/12/2018	1
1	828139/2016	01.351.667/0001-00	250.500,00	500	-	-	29/12/2016	29/12/2018	1
1	837122/2016	63.603.625/0001-68	300.500,00	500	-	-	23/12/2016	23/12/2018	1
1	828094/2016	05.995.766/0001-77	200.000,00	400,8	200.000,00	200.000,00	29/12/2016	29/12/2017	1
3	688318/2016	05.200.001/0001-01	1.123.732,00	0	1.123.732,00	1.123.732,00	06/12/2016	06/12/2017	1

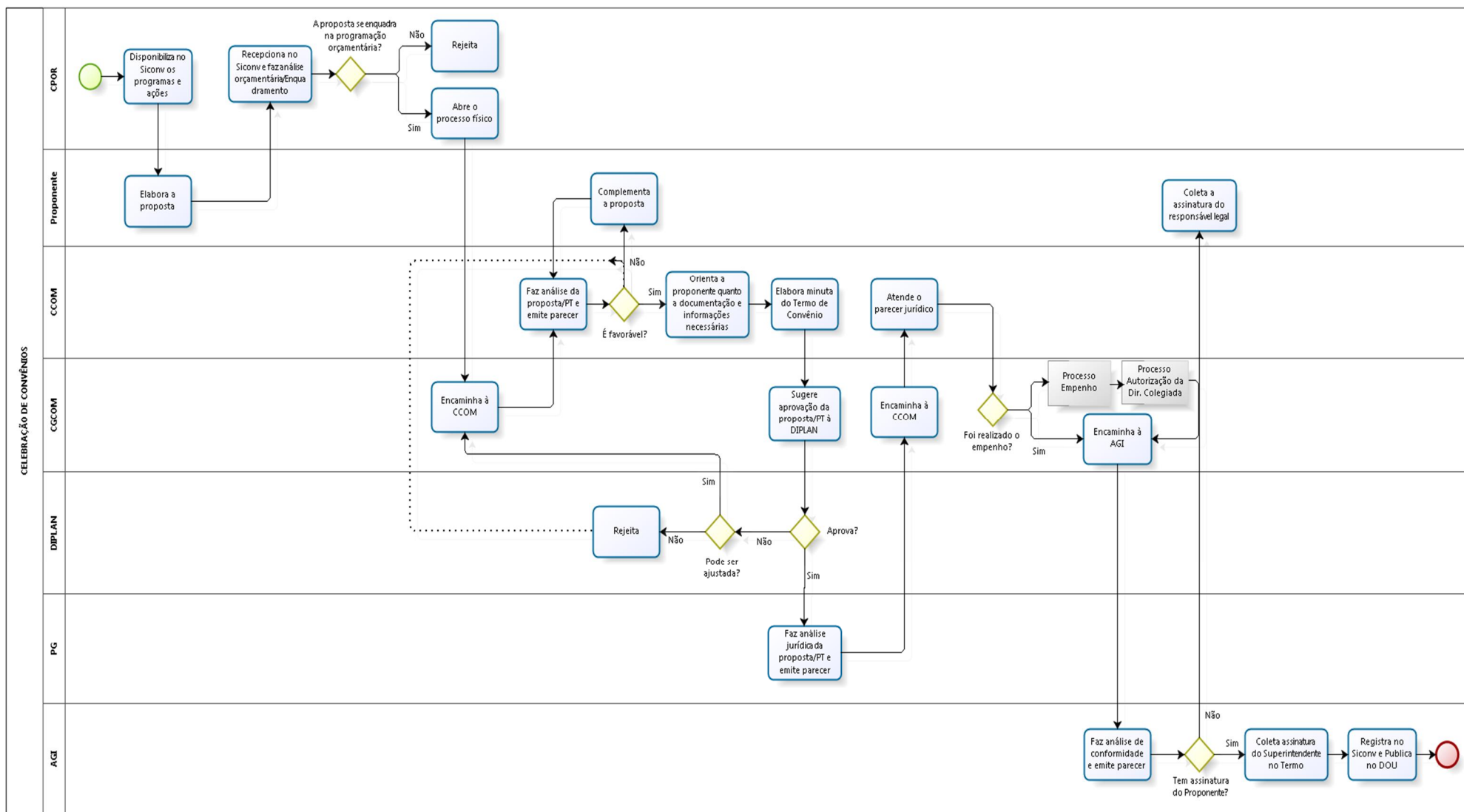
LEGENDA

Modalidade: 1 - Convênio; 2 - Contrato de Repasse; 3 - Termo de Cooperação; 4 - Termo de Compromisso.

Situação da Transferência: 1 – Adimplente; 2 – Inadimplente; 3 -Inadimplência Suspensa; 4 – Concluído; 5 – Excluído; 6 – Rescindido; 7 – Arquivado.

Fonte: CGCOM

ANEXO IV – FLUXO PROCESSUAL DO PROCESSO DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO



ANEXO V – CUSTOS DO PESSOAL

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016										
	2015										
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	20.554.017,77		2.045.624,21	677.298,51	1.311.336,80	895.845,47	376.156,41	177.914,47	7.819,92	26.046.013,56
	2015	16.984.281,69		2.365.465,32	1.192.052,34	1.024.981,39	682.999,39	77.186,67	5.424,79	7.819,92	22.340.211,51
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016		205.698,56								205.698,56
	2015		308.369,40								308.369,40
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016		1.598.752,15								1.598.752,15
	2015		1.862.330,67								1.862.330,67
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	186.214,21									186.214,21
	2015	81.114,72									81.114,72
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016										
	2015										

Fonte: SIAPE

ANEXO VI – COMPOSIÇÃO CONDEL/SUDAM

CONSELHEIROS DO CONDEL/SUDAM

Ministérios

1- Ministério da Integração

Ministro: Helder Zahluth Barbalho - (titular)

Secretário Executivo: Luiz Otávio Oliveira Campos (suplente)

2- Ministério da Fazenda

Ministro: Henrique de Campos Meirelles (titular)

Secretário executivo: Eduardo Refinetti Guardia (suplente)

3- Ministério do Planejamento

Ministro: Dyogo Henrique de Oliveira, Interino (titular)

Secretário Executivo: Dyogo Henrique de Oliveira (suplente)

Governadores da Amazônia Legal

4- Governo do Estado do Acre

Governador: Sebastião Afonso Viana Macedo Neves (titular)

Vice-governadora: Maria De Nazareth Melo de Araújo Lambert (suplente)

5- Governo do Estado do Amapá

Governador: Antônio Waldez Góes da Silva (titular)

Vice-governador: João Bosco Papaléo Paes (suplente)

6- Governo do Estado do Amazonas

Governador: Jose Melo de Oliveira (titular)

Vice-governador: José Henrique Oliveira (suplente)

7- Governo do Estado do Maranhão

Governador: Flavio Dino de Castro e Costa (titular)

Vice-governador: Carlos Orleans Brandão Junior (suplente)

8- Governo do Estado do Mato Grosso

Governador: José Pedro Gançalves Taques (titular)

Vice-governador: Carlos Henrique Baqueta Fávoro (suplente)

9- Governo do Estado do Pará

Governador: Simão Robison Oliveira Jatene (titular)

Vice-governador: José da Cruz Marinho (suplente)

10- Governo do Estado de Rondônia

Governador: Confúcio Aires Moura (titular)

Vice-governador: Daniel Pereira (suplente)

11- Governo do Estado de Roraima

Governadora: Maria Suely Silva Campos (titular)

Vice-governador: Paulo César Justo Quartieiro (suplente)

12- Governo do Estado de Tocantins

Governador: Marcelo de Carvalho Miranda (titular)

Vice-governadora: Claudia Telles de Menezes Pires Martins Lelis (suplente)

Confederações

13- Confederação Nacional da Indústria – CNI

Conselheiro titular: Jandir José Milan

Conselheiro suplente: José Conrado Azevedo Santos

14- Confederação Nacional do Comércio – CNC

Conselheiro titular: José Arteiro da Silva

Conselheiro suplente: Sebastião de Oliveira Campos

15- Associação Brasileira de Municípios - ABM

Conselheiro titular: Eliomar de Souza Nogueira

Conselheiro suplente: João Fernandes Coelho dos Santos

16- Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI

Conselheiro titular: Paulo Sérgio Façanha Serra

Conselheiro suplente: Levy Manoel de Arruda

17- Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC

Conselheiro titular: Cintia Ferreira Lima

Conselheiro suplente: Luiz Carlos da Silva

18- Confederação Nacional da Agricultura - CNA

Conselheiro titular: Rui Carlos Ottoni Prado

Conselheiro suplente: José Hilton Coelho de Sousa

19- Confederação Nacional dos Trabalhadores Na Agricultura - CONTAG

Conselheiro titular: Fábio de Assis Menezes

Conselheiro suplente: Maria Alves da Silva

20- Confederação Nacional dos Municípios – CNM

Conselheiro titular: Mário Alves da Costa

Conselheiro suplente: Valbetânio Barbosa Milhomem

21- Frente Nacional de Prefeitos – FNP

Conselheiro titular: vago

Conselheiro suplente: vago

22- Banco da Amazônia – BASA

Conselheiro titular: Marivaldo Gonçalves de Melo

Conselheiro suplente: membro da diretoria credenciado para participar

23- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia- Sudam

Conselheiro titular: Paulo Roberto Correia da Silva

Conselheiro suplente: membro da diretoria credenciado para participar



ANEXO VIII – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas – Sudam



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EMISSÃO	PAGINA
05/04/2017	1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	7.088.086,00	7.088.086,00	4.821.215,86	-2.266.870,14
Recostas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recostas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Recosta Patrimonial	-	-	1.303.517,93	1.303.517,93
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	2.810,00	2.810,00
Valores Mobiliários	-	-	1.300.707,93	1.300.707,93
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Recostas Patrimoniais	-	-	-	-
Recosta Agropecuária	-	-	-	-
Recosta Industrial	-	-	-	-
Recostas de Serviços	7.063.420,00	7.063.420,00	2.649.519,22	-4.413.900,78
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	7.063.420,00	7.063.420,00	2.026.728,94	-5.036.691,06
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	622.790,28	622.790,28
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Recostas Correntes	24.666,00	24.666,00	868.178,71	843.512,71
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	24.666,00	24.666,00	868.178,71	843.512,71
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Recostas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Recostas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2016

PERÍODO
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EMISSÃO	PAGINA
05/04/2017	2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integratização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Recostas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	7.088.086,00	7.088.086,00	4.821.215,86	-2.266.870,14
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	7.088.086,00	7.088.086,00	4.821.215,86	-2.266.870,14
DEFICIT	-	-	150.089.534,14	150.089.534,14
TOTAL	7.088.086,00	7.088.086,00	154.910.750,00	147.822.664,00
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	76.441.810,00	76.010.704,00	46.236.492,39	41.779.351,23	41.775.430,21	29.774.211,61
Pessoal e Encargos Sociais	29.854.940,00	34.330.902,00	33.647.042,19	33.647.042,19	33.647.042,19	683.859,81
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	46.586.870,00	41.679.802,00	12.589.450,20	8.132.309,04	8.128.388,02	29.090.351,80
DESPESAS DE CAPITAL	222.166.445,00	224.533.737,00	108.674.257,61	10.984.811,61	10.484.811,61	115.859.479,39
Investimentos	222.166.445,00	224.533.737,00	108.674.257,61	10.984.811,61	10.484.811,61	115.859.479,39
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	298.608.255,00	300.544.441,00	154.910.750,00	52.764.162,84	52.260.241,82	145.832.691,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/04/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	298.608.255,00	300.544.441,00	154.910.750,00	52.764.162,84	52.260.241,82	145.633.691,00
TOTAL	298.608.255,00	300.544.441,00	154.910.750,00	52.764.162,84	52.260.241,82	145.633.691,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	52.598,90	4.112.728,44	3.161.800,78	3.161.800,78	914.206,67	89.319,89
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	52.598,90	4.112.728,44	3.161.800,78	3.161.800,78	914.206,67	89.319,89
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	20.891.890,14	10.753.709,48	10.503.709,48	328.298,00	10.079.882,66
Investimentos	20.000,00	20.891.890,14	10.753.709,48	10.503.709,48	328.298,00	10.079.882,66
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	72.598,90	25.004.618,58	13.915.510,26	13.665.510,26	1.242.504,67	10.169.202,55

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	225.787,67	147.213,53	78.574,14	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	211.601,54	147.213,53	64.388,01	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	14.186,13	-	14.186,13	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	800.000,00	-	800.000,00	-
Investimentos	-	800.000,00	-	800.000,00	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	1.025.787,67	147.213,53	878.574,14	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 05/04/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	2016	2015		2016	2015
Receitas Orçamentárias	4.821.215,86	2.142.530,68	Despesas Orçamentárias	154.910.750,00	63.823.432,18
Ordinárias	1.491.331,09	767.380,30	Ordinárias	148.065.641,78	51.819.593,54
Vinculadas	3.363.706,98	1.375.150,38	Vinculadas	6.845.108,22	12.003.838,64
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.363.706,98	1.375.150,38	Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.077.564,06	783.955,84
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-33.822,21	-	Operação de Crédito	5.767.524,16	11.219.882,80
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-	-	Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	7.989.615,86	5.046.604,29
Transferências Financeiras Recebidas	64.495.924,39	39.693.141,32	Transferências Financeiras Concedidas	7.989.615,86	5.046.604,29
Resultantes da Execução Orçamentária	51.221.739,93	31.159.081,67	Resultantes da Execução Orçamentária	6.258.639,77	1.800.581,75
Repasso Recebido	51.221.739,93	31.159.081,67	Repasso Concedido	4.731.152,10	1.800.581,75
Independentes da Execução Orçamentária	13.274.184,46	8.534.059,65	Repasso Devolvido	1.527.487,67	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	13.131.167,21	8.534.179,15	Independentes da Execução Orçamentária	1.730.976,09	3.246.022,54
Demais Transferências Recebidas	109.195,04	880,50	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	239.645,00	2.478.642,24
Movimentação de Saldos Patrimoniais	33.822,21	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.491.331,09	767.380,30
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	102.659.051,59	25.249.610,36	Despesas Extraorçamentárias	13.823.028,31	9.144.978,82
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	503.921,02	225.787,67	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	147.213,53	290.383,72
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	102.146.587,16	25.004.618,58	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	13.665.510,26	8.837.838,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	7.856,60	-86.132,65	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.304,52	16.756,19
Outros Recebimentos Extraorçamentários	686,81	105.336,76	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	686,81	-			
Demais Recebimentos	-	105.336,76			
Saldo do Exercício Anterior	55.138.546,89	66.068.279,82	Saldo para o Exercício Seguinte	50.391.344,96	55.138.546,89
Caixa e Equivalentes de Caixa	55.138.546,89	66.068.279,82	Caixa e Equivalentes de Caixa	50.391.344,96	55.138.546,89
TOTAL	227.114.738,73	133.153.562,16	TOTAL	227.114.738,73	133.153.562,16



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 05/04/2017	PÁGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	202.958.274,23	194.056.495,65	PASSIVO CIRCULANTE	857.496,67	1.491.932,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	50.391.344,56	55.138.546,89	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.646,02	328.053,25
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	152.027.896,77	138.402.393,19	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	275,00	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	539.032,90	515.555,57	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	853.876,65	1.163.879,05
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.332.388,99	7.772.219,55	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	683.607,80	683.607,80	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	683.607,80	683.607,80	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Avaliadas p/Método da Equivalência Patrimonial	683.607,80	683.607,80	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGIVEL	857.496,67	1.491.932,30
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	6.648.781,19	7.088.611,75			
Bens Móveis	4.845.510,03	5.285.340,59			
Bens Móveis	7.377.944,85	7.408.856,60			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-2.532.434,62	-2.123.516,01			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	1.803.271,16	1.803.271,16			
Bens Imóveis	1.803.271,16	1.803.271,16			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível					
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSAO 05/04/2017	PÁGINA 2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido					
TOTAL DO ATIVO	210.290.663,22	201.828.715,20	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	210.290.663,22	201.828.715,20

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	50.415.758,85	55.162.961,18	PASSIVO FINANCEIRO	112.923.286,38	26.319.670,87
ATIVO PERMANENTE	159.874.904,37	146.665.754,02	PASSIVO PERMANENTE	-	249.479,11
			SALDO PATRIMONIAL	97.367.376,84	175.259.565,42

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2.219.038,05	2.120.811,07	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	119.151.588,21	17.351.433,89
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2.219.038,05	2.120.811,07	Execução dos Atos Potenciais Passivos	119.151.588,21	17.351.433,89
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.216.707,85	1.120.811,07	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut.	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	1.002.330,20	1.000.000,00	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congên	116.672.891,08	14.872.736,76
Direitos Conventuais a Executar	-	-	Obrigações Conventuais a Executar	2.478.697,13	2.478.697,13
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	2.219.038,05	2.120.811,07	TOTAL	119.151.588,21	17.351.433,89

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-110.780.294,58
Recursos Vinculados	48.272.767,05
Seguridade Social (Exceto RGPS)	666,70
Operação de Crédito	149.848,97
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	48.122.251,38
TOTAL	-62.507.527,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 06/04/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	76.296.386,01	47.077.074,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.029.538,94	1.351.948,93
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.029.538,94	1.351.948,93
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.992.100,33	287.722,30
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	1.369.310,05	38.972,96
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	622.790,28	248.749,34
Transferências e Delegações Recebidas	64.538.766,87	39.693.141,32
Transferências Intragovernamentais	64.495.924,39	39.693.141,32
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	42.842,48	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.716.931,32	3.458.697,02
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.716.931,32	3.458.697,02
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	6.019.048,55	2.285.565,29
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 06/04/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	6.019.048,55	2.285.565,29
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	66.800.614,35	44.762.711,36
Remuneração a Pessoal	34.860.259,75	28.401.017,22
Encargos Patronais	28.363.407,17	22.867.667,59
Benefícios a Pessoal	4.566.831,01	4.224.196,90
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.555.619,91	1.220.695,47
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.889.598,08	1.012.589,99
Aposentadorias e Reformas	7.818.278,92	948.005,19
Pensões	69.335,56	62.853,48
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.983,60	1.731,32
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.553.508,78	8.301.083,98
Uso de Material de Consumo	143.477,38	136.098,15
Serviços	7.001.112,79	7.795.606,11
Depreciação, Amortização e Exaustão	408.918,61	369.379,72
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	14.430.455,90	5.507.427,79
Transferências Intragovernamentais	7.989.615,06	5.046.604,29
Transferências Intergovernamentais	5.917.276,16	454.000,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	523.563,88	6.823,50
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.527.487,67	1.111.919,38
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	1.527.487,67	111.328,76
Desincorporação de Ativos	-	1.000.590,62



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 06/04/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	3.357,09	2.551,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	3.357,09	2.551,29
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	635.947,08	426.121,71
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	335,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	635.947,08	425.786,71
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.395.771,66	2.314.363,50

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 06/04/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
	2016	2015
	-4.297.392,88	-9.990.780,47
INGRESSOS	69.324.996,85	41.854.876,11
Receitas Derivadas e Originárias	4.821.215,86	2.142.530,68
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	2.810,00	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.649.519,22	1.600.698,27
Remuneração das Disponibilidades	1.300.707,93	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	868.178,71	541.832,41
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	64.503.780,99	39.712.345,43
Ingressos Extraorçamentários	7.856,60	-86.132,65
Transferências Financeiras Recebidas	64.495.924,39	39.893.141,32
Demais Recebimentos	-	105.336,76
DESEMBOLSOS	-73.622.389,73	-51.845.656,58
Pessoal e Demais Despesas	-37.880.969,50	-35.328.126,27
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-36.592.293,44	-34.276.586,86
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.244.693,07	-1.051.539,41
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-27.669,80	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-17.000,00	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 06/04/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Industria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	686,81	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-27.741.499,85	-11.454.169,83
Intergovernamentais	-23.088.711,64	-7.135.410,10
A Estados e/ou Distrito Federal	-4.818.500,00	-100.000,00
A Municípios	-18.270.211,64	-7.035.410,10
Intragovernamentais	-4.652.788,21	-4.318.759,73
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-7.999.920,38	-5.063.360,48
Dispêndios Extraorçamentários	-10.304,52	-16.756,19
Transferências Financeiras Concedidas	-7.989.615,86	-5.046.604,29
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-449.809,45	-938.952,46
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-449.809,45	-938.952,46
Aquisição de Ativo Não Circulante	-449.809,45	-938.952,46
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	533013 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	53202 - SUPERINTEND. DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 06/04/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.747.202,33	-10.929.732,93
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	55.138.546,89	66.068.279,82
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	50.391.344,56	55.138.546,89

ANEXO IX – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas - FDA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	74917 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 31/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ESPECIFICAÇÃO	DISPÊNDIOS	
	2016	2015		2016	2015
Receitas Orçamentárias	182.498.039,96	162.475.578,12	Despesas Orçamentárias	245.034.002,68	-
Ordinárias	17.157.186,54	457,64	Ordinárias	245.034.002,68	-
Vinculadas	200.759.725,64	162.475.120,48	Vinculadas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	200.759.725,64	162.475.120,48			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-35.418.872,22	-			
Transferências Financeiras Recebidas	44.632.914,20	44.632.914,20	Transferências Financeiras Concedidas	17.157.186,54	457,64
Resultantes da Execução Orçamentária	-	-	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Independentes da Execução Orçamentária	44.632.914,20	44.632.914,20	Independentes da Execução Orçamentária	17.157.186,54	457,64
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	-	44.632.914,20	Movimento de Saldos Patrimoniais	17.157.186,54	457,64
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	245.034.002,68	-	Despesas Extraorçamentárias	-	44.632.914,20
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	245.034.002,68	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	44.632.914,20
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	579.955.760,36	417.480.639,88	Saldo para o Exercício Seguinte	745.296.613,78	579.955.760,36
Caixa e Equivalentes de Caixa	579.955.760,36	417.480.639,88	Caixa e Equivalentes de Caixa	745.296.613,78	579.955.760,36
TOTAL	1.007.487.803,00	624.589.132,20	TOTAL	1.007.487.803,00	624.589.132,20



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	74917 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 31/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	RECEITA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	328.511.544,00	328.511.544,00	33.727.873,87	-294.783.670,13
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	16.570.687,33	16.570.687,33
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	16.570.687,33	16.570.687,33
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	328.511.544,00	328.511.544,00	-	-328.511.544,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	328.511.544,00	328.511.544,00	-	-328.511.544,00
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	17.157.186,54	17.157.186,54
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	17.157.186,54	17.157.186,54
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	216.141.823,00	216.141.823,00	148.770.166,09	-67.371.656,91
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	216.141.823,00	216.141.823,00	148.770.166,09	-67.371.656,91
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	74917 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2017	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integração do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	544.653.367,00	544.653.367,00	182.498.039,96	-362.155.327,04
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	544.653.367,00	544.653.367,00	182.498.039,96	-362.155.327,04
DÉFICIT	-	-	62.535.962,72	62.535.962,72
TOTAL	544.653.367,00	544.653.367,00	245.034.002,68	-299.619.364,32
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Liquidados	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	245.034.002,68	-	-	1.152.478.877,32
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	245.034.002,68	-	-	1.152.478.877,32
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	245.034.002,68	-	-	1.152.478.877,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	74917 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 31/03/2017	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	245.034.002,68	-	-	1.152.478.877,32
TOTAL	1.397.512.880,00	1.397.512.880,00	245.034.002,68	-	-	1.152.478.877,32

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	617.335.192,25	-	-	-	120.655.275,78	496.679.916,47
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	617.335.192,25	-	-	-	120.655.275,78	496.679.916,47
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	617.335.192,25	-	-	-	120.655.275,78	496.679.916,47

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	74917 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 31/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	16.570.687,33	44.632.914,20
INGRESSOS	33.727.873,87	44.633.371,84
Receitas Derivadas e Originárias	33.727.873,87	457,64
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	16.570.687,33	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	17.157.186,54	457,64
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	-	44.632.914,20
Ingressos Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	-	44.632.914,20
DESEMBOLSOS	-17.157.186,54	-457,64
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	74917 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 31/03/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-17.157.186,54	-457,64
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-17.157.186,54	-457,64
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	148.770.166,09	117.842.206,28
INGRESSOS	148.770.166,09	162.475.120,48
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	148.770.166,09	162.475.120,48
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-44.632.914,20
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-44.632.914,20
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	165.340.853,42	162.475.120,48
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	579.955.760,36	417.480.639,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	74917 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Atual
EMISSAO 31/03/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	745.296.613,78	579.955.760,36



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	74917 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Atual
EMISSAO 31/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	582.385.510,37	2.243.414.493,86
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	565.228.323,83	1.560.916.588,75
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	548.657.636,90	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	1.560.916.588,75
Descontos Financeiros Odiados	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	16.570.687,33	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	-	44.632.914,20
Transferências Intragovernamentais	-	44.632.914,20
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	475.389.412,79
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação de Ativos	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	475.389.412,79
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	17.157.186,54	162.475.578,12
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	162.475.120,48
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	74917 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Atual
EMISSAO 31/03/2017	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	17.157.186,54	457,64
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	17.157.186,54	1.101.763.853,18
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	17.157.186,54	457,64
Transferências Intragovernamentais	17.157.186,54	457,64
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	1.101.763.395,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	1.101.763.395,54



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	533008 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA
ORGAO SUPERIOR	74917 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA

EXERCICIO 2016	PERIODO Atual
EMISSAO 31/03/2017	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	565.228.323,83	1.141.650.640,68

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015